

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

JOELSON DE MARIA ROCHA

**A P.M. ESTÁ EM GREVE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA  
MÍDIA JORNALÍSTICA**

VITÓRIA

2021

JOELSON ROCHA

**A P.M. ESTÁ EM GREVE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA  
MÍDIA JORNALÍSTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos na área de concentração Estudos Sobre Texto e Discurso.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Micheline Mattedi Tomazi.

VITÓRIA

2021

**JOELSON DE MARIA ROCHA**

**A P.M. ESTÁ EM GREVE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA MÍDIA  
JORNALÍSTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos na área de concentração Estudos Sobre Texto e Discurso.

Aprovada em 12 de julho de 2021.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Profª Drª Micheline Mattedi Tomazi**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**  
**Orientadora**

---

**Prof. Dr. Fabio Malini (Avaliador interno)**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**

---

**Prof. Dr. Anderson Ferreira (Avaliador externo)**  
**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

---

**Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento (Avaliador interno suplente)**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**

---

**Prof. Dr. Mario Acrisio (Avaliador externo Suplente)**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**

*Dedico este trabalho à minha mãe, Maria no nome e na vida,  
cuja memória me faz acordar cada dia.*

*'Pode vir raio ou tempestade, que não me arredo deste rio.*

(Verso da canção "Aponte", composta por Lan Lanh, Sambê e Nanda costa)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, à Maria e a Ogum, sustentadores do ânimo, da saúde e da sensatez, sobretudo nos momentos mais difíceis.

À minha orientadora, Dra. Micheline Mattedi Tomazi, que me ofertou o conhecimento, que me mostrou o Norte, que acreditou no meu trabalho, que não admitiu desistências e que me fortaleceu. Minhas gratidões a ela serão sempre vivas.

Ao meu amado Robson Marques, que viveu comigo todas as dificuldades e alegrias da Graduação e da Pós-graduação.

Aos professores participantes da Banca de Defesa, por aceitarem fazer a leitura deste texto e por disponibilizarem seu conhecimento em prol da melhoria desta pesquisa.

Às valiosas contribuições dos professores Dr. Anderson Ferreira e Dr. Mario Acrisio, pelas orientações, após leitura atentíssima, no exame de qualificação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), por colaborarem com seus conhecimentos para a minha formação acadêmica.

Ao professor Dr. Rivaldo Capistrano Júnior, pela humana compreensão em um difícil momento, sem a qual a Defesa não seria possível.

Aos colegas integrantes do Gedim, Grupo de estudos sobre Discurso Midiático, pelas orientações, pela confiança e por dividirem conhecimentos em nossas prazerosas reuniões de quinta-feira.

Às minhas irmãs, Joelma, Josielma e Josiane, que me ofertam a serenidade e a segurança e pertencer a uma família.

Aos meus queridos sobrinhos, Tathiany, Paulo Guilherme e Natália, cuja jovialidade me alegria e me faz querer ser exemplo positivo.

Às amigas Alba, Aline, Regina, Aleidiane e Rosamaria, que são mais que companheiras; são apoiadoras dos caminhos que escolhi.

À Jandira, pela rotineira acolhida em sua casa, palco de muitos dos parágrafos escritos aqui. Também ao Izaque, primeiro leitor (fora do círculo acadêmico) do trabalho.

## RESUMO

Em 2017, ocorreu no Espírito Santo uma paralisação de uma categoria de trabalhadores que compõe a estrutura de segurança pública do estado: a Polícia Militar. Esse acontecimento, de graves impactos no cotidiano do capixaba, foi fartamente reportado pela mídia capixaba, com grande destaque para a imprensa. Nesse trabalho jornalístico, destacam-se os 23 dias de cobertura de um dos maiores jornais da região, o jornal A Gazeta, abordando o início da mobilização, por parentes dos policiais, a evolução da paralisação, os impactos sociais, econômicos e políticos do acontecimento e as medidas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário frente à crise de segurança. Dessa cobertura, emergem representações sociais de importantes participantes. Eis o objetivo desta pesquisa: analisar, a partir da perspectiva da Análise Crítica do Discurso, como são representados, pelo jornal A Gazeta, os policiais, as “mulheres” dos policiais, os comerciantes, a população e o Estado. Para tanto, elegeram-se como *corpus* títulos e subtítulos de notícias e reportagens que compuseram tal cobertura. Para esse trabalho, que pretende juntar-se a outros na compreensão desse importante momento da segurança pública no estado, serão revisitadas as contribuições da Filosofia, da Sociologia e da Psicologia Social sobre o fenômeno da representação social, para, então, aplicar algumas categorias sociossemânticas propostas por van Leeuwen (1996) e categorias de estruturas discursivas de van Dijk (2016, 2012, 2010, 2001), com o intuito de descrever como, sociocognitivamente, por meio da criação e da ativação de modelos mentais, são representados socialmente esses atores sociais. Os resultados apontam para uma representação social que constrói um projeto argumentativo de definição de participantes instabilizadores e de participantes estabilizadores, a partir da estratégia da polarização discursiva.

**Palavras-chave:** Representação Social. Discurso Midiático. Análise Crítica do Discurso. Greve da PM no Espírito Santo.

## ABSTRACT

In 2017, a class of workers that represents part of the public security structure of the state of Espírito Santo, the Military Police, went on strike. This event, which had a major impact in the daily life of capixabas, was widely reported by the state's media, specially on the press. Among all the journalistic work, the 23 days of coverage by one of the main newspapers in the region, A Gazeta, stands out. It addresses the first movements by police officer's relatives, the evolution of the strike, its social, economic, and political impacts, and the measures adopted by Executive, Legislative, and Judiciary powers in face of the security crisis. From this coverage, social representations of important actors emerge. The objective of this research is to analyze, from the perspective of Critical Discourse Analysis, how the newspaper A Gazeta represents police officers, policemen "wives", shopkeepers, the population and the State. In order to do, a corpus was assembled containing headlines and subheadlines of the news and reports that composed this coverage. To carry out this work, which intends to contribute to the comprehension of this important moment in the state's public security, contributions from Philosophy, Sociology and Social Psychology about the phenomenon of social representation will be examined. Then, some of the socio-semantic categories proposed by van Leeuwen (1996) and Van Dijk's (2016, 2012, 2010, 2001) categories of discourse structures will be employed in order to describe how these social actors are sociocognitively represented through the creation and activation of mental models. The results point to a social representation which builds an argumentative project aimed at defining stabilizing participants and destabilizing participants based on the strategy of discourse polarization.

**Keywords:** Social representation; Military Police Strike in Espírito Santo; Media discourse; Critical Discourse Analysis.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Categorizações dos títulos proposta pelo autor .....	21
QUADRO 2 – Círculos hierárquicos da PM do Espírito Santo .....	42
QUADRO 3 – Cinco características da representação social .....	47
QUADRO 4 – Síntese dos recortes que contribuíram para o desenvolvimento do fenômeno das representações sociais .....	64
QUADRO 5 – Algumas das categorias sociossemânticas .....	69
QUADRO 6 – Elementos dos modelos de contexto .....	73
QUADRO 7 – Quadrado ideológico / Polarização discursiva .....	78
QUADRO 8 – Arquitetura da cognição social .....	81
QUADRO 9 – Representação social, sob a perspectiva sociocognitiva .....	83
QUADRO 10 – Superestrutura das notícias .....	84
QUADRO 11 – Categorias de análise .....	87
QUADRO 12 – Concepções de greve e de notícias sobre greve, sob a sociocognição .....	88
QUADRO 13 – Representações sociais do Estado pós-ação de Paulo Hartung .....	98
QUADRO 14 – Representações sociais do Estado, o grande estabilizador .....	101
QUADRO 15 – Representações sociais da população pelos impactos da “greve” .....	102
QUADRO 16 – Jogo de números na representação da população .....	105
QUADRO 17 – Fenômenos abstratos na descrição dos impactos .....	106
QUADRO 18 – Representações sociais da população pela apassivação .....	106
QUADRO 19 – Representações sociais da população como apoiadora do Estado .....	109
QUADRO 20 – Representações sociais dos comerciantes por suas perdas .....	110
QUADRO 21 – Quadrado Ideológico .....	118
QUADRO 22 – Representações sociais da PM .....	121

## LISTA DE SIGLAS

ACD – Análise Crítica do Discurso

BME – Batalhão de Missões Especiais

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DML – Departamento Médico Legal

ES – Espírito Santo

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Gedim – Grupo de Estudo sobre Discurso da Mídia

HPM – Hospital da Polícia Militar

PDF – *Portable Document Format*

PIB – Produto Interno Bruto

PM – Polícia Militar

Rotam – Rodas Ostensivas Tático Móvel

RT – Representação Textual

Sindipol – Sindicato dos Policiais Civis do Espírito Santo

SMS - *Short Message Service*, ou Serviço de Mensagens Curtas em inglês

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1 Um problema social, um problema linguístico .....	12
1.2 Objetivos do trabalho .....	15
1.3 Metodologia .....	16
1.4 O <i>corpus</i> de nosso estudo.....	17
1.5 Um campo de estudos condizente com o <i>corpus</i> e com as ponderações iniciais .....	34
1.6 Greve, Polícia Militar e mídia.....	36
1.7 Percurso de registro de análise .....	42
<b>2 REPRESENTAÇÃO SOCIAL: PERCURSO RUMO A UMA ABORDAGEM DISCURSIVA .....</b>	<b>44</b>
2.1 Visões mais consentâneas sobre a representação social.....	45
2.2 Duas naturezas da representação como fenômeno que a tornam tão produtiva nas pesquisas atuais .....	47
2.3 Realidade e percepção como instâncias distintas.....	50
2.4 As representações coletivas de Durkheim .....	52
2.5 A Linguística e as representações coletivas.....	54
2.6 O renascimento da representação social: a teoria sociopsicológica de Moscovici .....	57
2.7 A representação social na Linguística .....	61
2.8 Panorama das teorias da representação social .....	63
<b>3 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA SOCIOCOGNITIVA DO DISCURSO .....</b>	<b>65</b>
3.1 A Análise Crítica do Discurso como perspectiva engajada e multidisciplinar .....	65
3.2 Atores sociais .....	67
3.3 A proposta triangular: discurso, sociedade e cognição .....	70
3.4 O vértice da cognição .....	71
3.5 O vértice da sociedade .....	74

3.6 O vértice do discurso .....	76
3.7 A polarização discursiva .....	77
3.8 O conhecimento na vertente sociocognitiva .....	78
3.9 Representação Social como um modelo mental especial .....	82
3.10 Notícia como discurso e como agente de fiabilidade de conhecimento social ..	83
3.11 Greve e notícias de greve, eventos sociocognitivos .....	88
<b>4 AS ANÁLISES .....</b>	<b>89</b>
4.1 Representações mentais dos participantes, segundo as categorias de modelo de contexto .....	89
4.2 O Estado, o grande estabilizador .....	92
4.3 A população e o respaldo à estabilização operada pelo Estado .....	102
4.4 Os comerciantes, fiadores da desgraça .....	109
4.5 Os policiais, a categoria cindida .....	112
4.6 “Mulheres dos policiais”: lugar de mulher é na... ..	121
<b>5 Conclusões .....</b>	<b>127</b>
<b>Referências .....</b>	<b>131</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 um problema social, um problema linguístico

O título da notícia “Mulheres protestam por reajustes para maridos”<sup>1</sup> abriu uma ampla cobertura que o jornal A Gazeta, do Espírito Santo, promoveu acerca da maior “greve”<sup>2</sup> da Polícia Militar deste estado, em fevereiro de 2017. Ocupando menos de um quarto da página 9, da edição de 5 de fevereiro, essa parca visibilidade ao movimento indica que não se supunha a intensa conturbação que se seguiria nos 22 dias de greve dos PMs do Espírito Santo, atingindo diversos setores da sociedade capixaba. A paralisação teve início com um bloqueio das “mulheres de policiais”<sup>3</sup> à saída de viaturas no Destacamento da Polícia Militar da região de Feu Rosa, bairro do município de Serra<sup>4</sup>, sob reivindicação de reajuste salarial e de melhores condições de trabalho.

A partir disso, seguiram-se 23 dias de intensa cobertura, já que o movimento se transformou em uma paralisação nunca vista no estado, imobilizando inúmeros segmentos capixabas: sem policiamento, escolas suspenderam aulas, empresas não abriram as portas, o transporte público deixou de circular, as ruas se esvaziaram e os capixabas se encerraram dentro de suas residências, sob imenso receio das diversas invasões a casas e a condomínios. A criminalidade agravou-se: registraram-se oficialmente 192 mortes no período da “greve”, caracterizando o mês de fevereiro de 2017 como o mais violento da nossa história. Decerto, houve um aumento estatístico

---

<sup>1</sup> Mulheres protestam por reajustes para maridos. In: **Jornal A Gazeta**: Cidades. 04 de fevereiro de 2017, p. 9.

<sup>2</sup> O termo greve será marcado neste trabalho sempre por aspas. A razão para isso está na relatividade de como tem sido analisada a suspensão da atuação da Polícia Militar em tal período. Apesar de os jornais do estado e os pronunciamentos oficiais referenciarem o movimento por greve, existem segmentos que não concordam com esse rótulo. Para esses, não se tratou de uma ação organizada pela categoria, visto que a paralisação foi iniciada pelas “mulheres”, parentes e amigos dos policiais, que, em 05 de fevereiro, promoveram um protesto em frente ao Quartel do Comando Geral, centro estadual das decisões dos militares. A partir daí, prostraram-se à entrada das repartições onde se estacionam viaturas, bloqueando a circulação desses automóveis e forçando a paralisação dos policiais.

<sup>3</sup> O termo “mulheres” também será grafado, neste trabalho, sempre com o uso de aspas. Acreditamos que esse item lexical, acompanhado do qualificador “de policiais”, mobiliza aspectos identitários da mulher a partir de sua relação afetiva com o homem. Esse aspecto será discutido no capítulo 4.

<sup>4</sup> Serra é um município que compõe a Região Metropolitana da Grande Vitória, no estado do Espírito Santo.

de 229 homicídios no mês, no Espírito Santo, se comparados aos 122 do mesmo mês em 2016.

O estado do Espírito Santo é uma região muito violenta. A modalização utilizada na afirmação demonstra o quão é indiscutível essa condição atual. A violência letal revela suas faces por meio de diversas modalidades de execução de humanos, como feminicídios e homicídios de jovens, impondo-se como importante ponto de discussão, não só às agendas de políticas públicas, mas também às pesquisas acadêmicas de natureza social. Quantificados estaticamente, o fenômeno da violência no estado pode ser medido pelos dados do Atlas da Violência, produzido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas, Ipea, e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, FBSP, segundo os quais 1270 homicídios ocorreram no estado em 2016, uma taxa de 32 por 100 mil habitantes (CERQUEIRA, 2018). Números mais recentes foram divulgados pelo Sindicato dos Policiais Cíveis do Espírito Santo (Sindipol/ES)<sup>5</sup>: 1403 mortes violentas em 2017. Em 2018, foram 1.108 homicídios no Estado.

A relevância social dessa “greve” produziu vastas reportagens e notícias pelos veículos de comunicação do estado. Particularmente, o jornal A gazeta, que possui forte influência sobre a classe política e econômica e que reúne leitores de diversos estratos sociais, incluindo as classes mais ricas, dedicou muitas páginas ao longo desses 23 dias. No ápice do movimento, a cobertura chegou a ocupar mais de metade da edição.

A rigor, é preciso que se admita a natureza complexa dessa cobertura. Em termos de aspectos temáticos, elas incorporaram, já a partir das primeiras edições do período, as ações dos manifestantes, as decisões (tanto do poder Executivo, quanto do Legislativo, além das determinações judiciais), as repercussões nacionais e internacionais, os impactos na rotina da população (limitações ao funcionamento do comércio, das escolas, do transporte público e do carnaval) e a escalada da violência, que instaurou um clima de caos: saques, assaltos, invasões a condomínios e mortes. A complexidade também se nota pelo forte potencial de repercussão de alguns fatos retratados, apresentando recorrências nas edições posteriores: a referência a alguns

---

<sup>5</sup> Os dados foram reportados em: <http://eshoje.com.br/sindipol-em-2017-o-espírito-santo-registrou-222-mortes-a-mais-do-que-no-ano-anterior/>. Acesso: 10 nov. 2018.

eventos se continha àquela notícia ou reportagem que os relatavam; outros, geravam novos conteúdos, que dialogavam com os eventos passados. Por isso, entendemos que essa cobertura apresenta natureza complexa.

Registrado o impacto desses acontecimentos e destacado o vasto material jornalístico produzido pela mídia capixaba, consideramos importante nos debruçarmos para o entendimento desse momento delicado da sociedade capixaba. Não nos restam dúvidas do quão profícuo é, às ciências humanas em geral, um estudo sobre essa greve, de 22 dias, de uma importante instituição de segurança, como a Polícia Militar. Especialmente, à Linguística, reconhecemos a relevância de analisar os discursos que foram produzidos, que certamente revelam interpretações e reações sociais, mas também interesses e posicionamentos. É, pois, esse percurso que esta pesquisa pretende trilhar.

As pesquisas sobre mídia, notícias, imprensa ou jornal são produtivas no Brasil. Ao se buscar, como filtro, essas quatro palavras, encontram-se, no catálogo de dissertações e teses do portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>6</sup>, os seguintes números: 111212, 2095, 7110 e 6443, respectivamente. Filiado ao próprio Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal do Espírito Santo, o Grupo de Estudo sobre Discurso da Mídia (GEDIM), o qual integro desde 2013, realiza importantes pesquisas sobre os discursos propagados na mídia capixaba. Coordenado pela Profa. Dra. Micheline Mattedi Tomazi, os estudos alcançam positivos resultados na análise dos discursos referentes a minorias, com forte ênfase à mulher. Este presente estudo se integra a esse movimento, já que, apesar de não tratar de uma minoria específica, analisa o discurso da mídia jornalística e sua influência em uma situação social de grave impacto social: a paralisação de uma categoria fundamental às sociedades modernas, a polícia.

Voltando à plataforma da Capes, ao filtrar pesquisas na área de ciências humanas com o termo “greve”, encontram-se 161 ocorrências, o que demonstra ser tópico já bastante pesquisado. A categoria “polícia” também tem sido estudada: 3644 ocorrências. Especificamente, o tema “greve de policiais” também não é uma

---

<sup>6</sup> A consulta à Plataforma foi realizada em 05 de abril de 2020.

novidade em dissertações de mestrado e em teses de doutorados. Porém, o filtro “greve da polícia” nas pesquisas linguístico-discursivas nos traz poucos resultados: trata-se de ótimas pesquisa, sendo uma do Programa de Pós-graduação em Ciências Políticas, da Universidade Federal de Pernambuco (Tiros na Democracia – De que lado ficou a imprensa na greve da Polícia Militar de Pernambuco no ano de 1997?) e outra, do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade do Estado da Bahia (A greve da Polícia Militar da Bahia no campo do discurso: disputas pelo sentido). Vê-se, pois, que, apesar da relevância social de uma paralisação policial, há poucos estudos linguísticos acerca desse assunto. Ainda mais: não se encontraram dissertações de mestrado que o analise sob a égide dos estudos da Análise Crítica do Discurso, como esta atual pesquisa. Acreditamos que a perspectiva sociocognitiva da ACD tem muito a contribuir para que entendamos como se constroem os discursos midiáticos em uma paralisação de qualquer categoria, em específico, a polícia militar dos estados.

## **1.2 Objetivos do trabalho**

Verificadas as justificativas para uma pesquisa sobre o presente tema, esclarece-se que o objetivo principal desta dissertação é analisar, sob a perspectiva da Análise Crítica do Discurso, como as representações sociais de cinco atores sociais (os policiais em greve, as “mulheres dos policiais”, o poder público institucional, os comerciantes e a população capixaba) são construídas pela ativação ou reforço de modelos mentais em títulos de notícias produzidas pelo jornal A gazeta durante a greve da Polícia Militar do Espírito Santo em fevereiro de 2017.

Para isso, perseguem-se os seguintes objetivos específicos:

1. Reconhecer, utilizando as categorias de análise propostas por Teun A. van Dijk, as estruturas linguístico-discursivas presentes nos textos jornalísticos de A gazeta, em sua cobertura à greve da Polícia Militar de 2017 no Espírito Santo.
2. Proceder a um estudo da dimensão cognitiva desses discursos, com vistas a explicar de que forma essas estruturas discursivas ativam/reforçam modelos mentais

que constroem socialmente representações dos atores sociais presentes nesses discursos referentes à “greve”.

3. Descrever os modos como esses participantes são representados em tais discursos.

### **1.3 Metodologia**

Esta pesquisa se caracteriza como descrição qualitativa incidida sobre títulos de notícias veiculadas pelo Jornal A Gazeta, capixaba, abordando a “greve” da Polícia Militar em fevereiro de 2017, no Espírito Santo. Para tanto, foi necessário, *a priori*, recorrer às leituras teóricas pertinentes. A perspectiva sociocognitiva da Análise Crítica do Discurso, representada por van Dijk, apresenta uma longa trajetória, que inclui os estudos do processo de compreensão de textos, na década de 70, (alguns em parceria com Walter Kintsch). Reencontrar os marcos iniciais dessa teoria foi importante, já que lá estão a gênese da Sociocognição, como a constatação de que os usuários da língua constroem uma representação mental do texto (RT – Representação Textual) na memória episódica (van Dijk, 2013, p.160). Dessas abordagens sobre processamento cognitivo do texto ao Discurso e Contexto (2012), há uma sólida construção teórica, que mereceu ser relida.

Em concomitância a essas leituras e releituras, procedeu-se à seleção do *corpus*. Coletado o *corpus*, iniciamos as análises. Trata-se, nas palavras de van Dijk, de descrições qualitativas dos detalhes (2012, p. 12). Para tanto, a Análise Crítica do Discurso nos oferece sugestões de ferramentas para descrevermos que representações sociais estão sendo ativadas pela mídia capixaba, na sua cobertura sobre a greve da PM.

As possibilidades de categorias de análises são vastas. Reforça-se que van Dijk, embora tenha as listado em várias obras e artigos, não apresenta ainda, em livro publicado, um rol de categorias fechado. Por isso, esta pesquisa se ateve àquelas que o próprio autor destaca em seus textos voltados à notícia como discurso. Essas categorias estão listadas e explicadas no capítulo 3, referente à teoria utilizada. Por fim, as análises são apresentadas neste trabalho.

#### **1.4 O corpus de nosso estudo**

Na busca por definição de material que exprimisse os discursos produzidos pelos jornais neste período, com o intuito de, assim, analisar a representação social, optamos pela recolha de notícias do jornal a Gazeta, do Espírito Santo. Como primeira justificativa para isso, levou-se em consideração a localização da empresa jornalística: deveria ser uma imprensa local. Isso porque se sabe, pela rotina jornalística, que os jornais de maior tiragem e visibilidade do país associam-se a outros localizados em regiões menos centrais do Brasil, recolhendo desses veículos menores alguns tópicos que consideram mais relevantes, seja de modo integral, seja parafraseando-os. Assim, ao se eleger textos produzidos no Espírito Santo, acredita-se estar mais próximos dos discursos circulantes, em esfera local, durante o período da “greve”, aos menos daqueles que os jornais buscaram representar.

Sob esse filtro, consideram-se dois jornais como de grande circulação no estado do Espírito Santo: jornal A Gazeta e jornal A Tribuna. Há um terceiro, de circulação gratuita, Metro, que, além de se constituir em uma publicação mais recente, ainda não abrange, em termos de circulação, todo o estado. Entre os dois de maior amplitude, optamos por um deles, visto a quantidade de material jornalístico produzido no período de “greve”. Por considerar que o jornal A Gazeta abrange segmentos sociais mais elitizados e com mais líderes de opinião – políticos, professores, empresários, comerciantes, estudantes –, além de se capilarizar também nas demais classes, optou-se por esse jornal, veículo de comunicação com mais longa trajetória no Espírito Santo: começou a circular em 11 de setembro de 1928. Hoje, as edições impressas do jornal A Gazeta não mais circulam: em 29 de setembro de 2019, foi publicada a última edição diária do jornal impresso, sendo à época apenas publicada uma, semanalmente, aos sábados. Atualmente, todo produto veiculado por essa empresa ocorre virtualmente, nas mais diversas plataformas, por meio, desde *posts* em redes sociais, até de *newsletter* propagadas por *e-mails* ou por SMS. Para além desse conteúdo de varejo, fabrica-se uma versão, somente aos sábados, aos moldes antigos: uma edição, seccionada em editorias, no endereço eletrônico [www.https://digital.agazeta.com.br/pub/agazeta/](https://digital.agazeta.com.br/pub/agazeta/), exclusiva para assinantes. Também são ofertados, no *site* de notícias de A Gazeta, conteúdos exclusivos, como textos de colunistas ou textos de opinião e de análise, também aos clientes do jornal.

O fim da edição impressa e a quase hegemonia da leitura virtual, fragmentada, e sem os suportes tradicionais, que localizavam o conteúdo jornalísticos em editoriais e, de certa forma, conduzia a leitura do material, poderia lançar sobre nossa pesquisa alguma dúvida sobre sua validade, apoiando-se no argumento da obsolescência. Argumentamos que o período da crise da segurança pública, tema desta dissertação, foi marcado pela hegemonia do jornal impresso. Havia, à época da paralisação da PM, como se sabe, a crescente adesão da população aos meios de comunicação em rede, em especial, o WhatsApp. Entretanto, a circulação desregulada de informações sobre a paralisação, que tanto afetou os segmentos capixabas, lançava dúvidas sobre a veracidade das informações que circulavam. Eis que, em pleno século XXI, as mídias tradicionais – televisão e jornal impresso – reocuparam lugar de fontes principais dos acontecimentos, oferecendo versões “oficiais”, tanto com relação às decisões governamentais, quanto referentes aos fatos que atingiam mais diretamente a população, como assaltos e saques em lojas. Em outras palavras, embora as mídias virtuais conseguissem difundir instantaneamente informações, eram as emissoras de telejornais e as empresas de jornal impresso que comunicavam hegemonicamente o que o público recebia como “verdadeiro e oficial”. Thompson (2011) explica essa confiança da população nos meios de comunicação de massa a partir de um processo de institucionalização dessas empresas, que incluem “feixes relativamente estáveis de relações sociais e recursos acumulados” de difusão da informação em larga escala. Esse quadro contextual do uso das mídias na cobertura do complexo evento da paralisação dos PMs faz-se necessário aqui, como forma de validação da análise de textos produzidos para serem impressos, embora haja hoje o domínio dos conteúdos virtuais.

À época da captação desse material, A Gazeta dispunha, aos seus assinantes, o acesso a matérias das edições dos dias anteriores, em uma antiga plataforma digital. Não permitia, porém, *downloads* da edição inteira ou de páginas específicas em formato PDF, acreditamos que por razões comerciais e autorais. A despeito disso, possibilitava-se o *print*, captação da tela, de uma área selecionada pelo usuário da plataforma. Com esse trabalho, captamos os textos que traziam alguma referência à “greve”, norteados por um tópico orientador: “Textos que fazem referência à paralisação dos PMs”. Eram, porém, inúmeros e dos mais diversos gêneros: charges,

artigos de opinião, editoriais, reportagens, nota de coluna social, nota de coluna diária, entre outros.

Dada a impossibilidade de análise desse material, verificada sua vastidão, cogitou-se recortar esse *corpus*, selecionando as notícias, ou seja, excluindo outros gêneros de texto. Essa tarefa não se constituiu produtiva, já que o material jornalístico publicado nesse período se reunia em uma ampla seção em cada edição intitulada “Caos na segurança”, marcada por esse tópico ao início das páginas, em um trabalho editorial multimodal, explorando as cores preto, vermelho e branco e com letras especiais. Isso conferia às reportagens e às notícias uma unidade, algo como “trata-se da cobertura que o jornal está realizando sobre a paralisação”. Nessa cobertura, misturaram-se notícias, notas, entrevistas, reportagens, frases destacadas de depoimentos de populares e de análises de especialistas, textos-legenda, fotografias (compondo outros textos ou autonomamente), entre outros diversos gêneros de texto. Isso nos fez constatar que essa grande editoria, especial e temporária, chamada “Caos na segurança” consistia em um texto complexo, multifacetado, que envolvia parte dos profissionais da empresa, de fotojornalistas a repórteres e entrevistadores. Além disso, formatados em quadros especiais, em colunas tradicionais ou em composições estilizadas, os elementos multimodais eram explorados. Por isso, foi preciso recortar ainda mais o *corpus*.

Assim, partiu-se para um novo filtro que se orientou pelo tópico: “Notícias ou reportagens que abordassem a paralisação da PM”. Levantou-se um total de 398 textos. Como alguns deles eram reportados à capa da edição, ainda havia materiais, como manchetes principais, olhos de matéria, tópicos em composições multimodais, que poderiam revelar representações dos atores que esta pesquisa visa a estudar. Mas, apesar do interesse que esse material despertou, foi necessário um recorte ainda maior, para que a vastidão de textos não desfocasse os objetivos desta pesquisa.

Acreditou-se que, diante dessa coleta, outra cisão devesse ser operada. Consiste na decisão de excluir da análise a variedade multimodal, focando-se nos textos escritos. Assim, entendamos esta pesquisa como aquela cujo intuito foi recolher uma amostra

dos componentes dos discursos produzidos e reproduzidos durante a paralisação da PM.

Com o prosseguimento operacional da pesquisa, constatou-se ainda aquilo que havia sido advertido, tanto pela professora-orientadora desta pesquisa, quanto pelos professores compositores da banca do XI Colóquio: ainda se tratava de um *corpus* extenso para ser analisado no tempo previsto. Uma decisão foi, a partir disso, tomada: adotaram-se, como *corpus* desta pesquisa, os 442 títulos de notícias ou de reportagens, de capa ou de páginas internas, publicadas no jornal A Gazeta, do Espírito Santo, entre 04 e 26 de fevereiro de 2017, referentes à paralisação da PM do estado. Acredita-se que esse material permite uma análise consistente de que representações sociais foram mobilizadas, constituindo discursos em prol de determinados objetivos, que a análise, no capítulo 4, mostrará.

Alguns aspectos multimodais foram conservados. Com a definição do *corpus*, verificou-se ser exequível a consideração de que aos títulos incidem hierarquias: alguns têm mais visibilidade que outros. Como se sabe, no jornal impresso, uma manchete principal recebe mais destaque, sob ampliação das letras, ocupação do centro, entre outros fatores. Por isso, nosso *corpus* leva em consideração essa natureza hierárquica dos títulos, alocando-os em quatro categorias:

Manchetes principais: títulos que ocupam maior destaque na primeira página da edição. Considera-se “destaque” a centralidade e o tamanho que este enunciado ocupa na impressão da página.

Outras manchetes: títulos que aparecem como secundários na primeira página. São impressos em letras menores e ocupam área menor da página.

Títulos principais: títulos que, nas páginas internas, ocupam a parte superior, topicalizando a principal notícia ou reportagem daquela página.

Outros títulos: títulos que aparecem em letras menores que as dos “Títulos principais”. Alguns deles guardam desdobramentos do fato relatado na notícia ou reportagem principal da página; outros apresentam fatos distintos.

Para efeito de ilustração, tomemos duas páginas da edição do dia 10 de fevereiro de 2017. Da esquerda para a direita, temos a primeira página e a página 8.



Quadro 1 – Categorizações dos títulos proposta pelo autor

Com essa subdivisão, acreditamos que, apesar de não alcançar os meandros todos das disposições espaciais, destaques e outros fatores semióticos, conseguimos considerar o impacto maior de uma manchete de primeira página na constituição do discurso jornalístico. As análises do capítulo 4 levarão em consideração essa categorização que ora está sendo proposta.

Sobre essa divisão, que considera a natureza do destaque do título, procedemos a outra divisão. Desta vez, as determinações são frutos da leitura sequencial das matérias jornalísticas, o que significa que tal agrupamento corresponde a uma posição do pesquisador. Explicando essa divisão, antes de defendê-la, verificou-se que, dentro

da condução discursiva operada pelo jornal, seis momentos são visivelmente demarcados.

1. Primeiras menções: trata-se da cobertura de um movimento de familiares dos agentes da polícia, sem que se soubesse que, dessas primeiras manifestações, decorreria a maior crise de segurança pública do estado. Aqui estão os primeiros bloqueios aos batalhões e as reações das entidades de classe e do poder público.

2. Foco nos impactos: trata-se do entendimento geral, inclusive da população, do tamanho dos acontecimentos para o funcionamento normalizado das cidades. Aqui estão as primeiras mortes, as suspensões de aula, os fechamentos de lojas. O clima de terror está instaurado.

3. Polarizações: trata-se de período de construções discursivas em busca de culpados. As análises das construções discursivas apontam para a isenção do Estado e a culpabilização nas chamadas “mulheres dos policiais” e em alguns policiais participantes do movimento, não a categoria como um todo.

4. A força do Estado: trata-se do período de ações fortes do Estado, incluindo a chegada da Força Nacional e busca de decisões jurídicas para acabar com a “greve”.

5. Alvos definidos e discursos de paz: definidos os culpados, trata-se de um período de projeções negativas contra “Eles” e de mobilizações da população em busca de “paz”.

6. Anúncios do fim: trata-se de um período de negociações finais e de anúncios de que a “greve” acabaria”.

Essa divisão proposta terá maiores explicações no capítulo 4, já que as análises das representações nos levaram a ela. Por ora, ela é apresentada porque os títulos estão agrupados de acordo com essa divisão.

De posse do entendimento dos critérios de coleta adotados e dos agrupamentos operados, apresenta-se o corpus desta pesquisa:

GRUPO 1: PRIMEIRAS MENÇÕES			
DATA: 04/02 - SÁBADO			
CAPA		INTERIOR DA EDIÇÃO	
MANCHETE PRINCIPAL	OUTRAS MANCHETES	TÍTULO PRINCIPAL	TÍTULOS SECUNDÁRIOS
		Mulheres de PMs protestam por reajuste para maridos	
DATA: 05/02 - DOMINGO			
CAPA		INTERIOR DA EDIÇÃO	
MANCHETE PRINCIPAL	OUTRAS MANCHETES	TÍTULO PRINCIPAL	TÍTULOS SECUNDÁRIOS
QUASE METADE DA FOLHA DA PM É PARA APOSENTADOS	PARENTES FAZEM PROTESTO, E POLÍCIA MILITAR PARA NO ES	Protesto fecha batalhão e ruas da cidade ficam sem policiamento	“Temos o pior salário do país”, diz sargento Mobilizações registradas de Norte a Sul do Estado (sic)
		Lojas fecharam mais cedo para evitar assaltos	
		“segurança pública foi afetada”	Policiais em ato podem ser punidos

GRUPO 2: FOCO NOS IMPACTOS			
DATA: 06/02 – SEGUNDA-FEIRA			
CAPA		INTERIOR DA EDIÇÃO	
MANCHETE PRINCIPAL	OUTRAS MANCHETES	TÍTULO PRINCIPAL	TÍTULOS SECUNDÁRIOS
ESTADO VAI À JUSTIÇA E SUSPENDE NEGOCIAÇÃO	22 MORTES EM FINAL DE SEMANA SEM POLÍCIA ESCOLAS PÚBLICAS PRIVADAS SUSPENDEM AULAS ARRASTÕES QUEBRA-QUEBRA POR TODA A GRANDE VOTÓRIA	22 PESSOAS MORTAS NO FIM DE SEMANA	Fila em delegacias para registrar queixas
		CAOS PELAS RUAS CAUSA SUSPENSÃO DE AULAS	Algumas unidades de saúde não vão atender a população
		MEDO TOMA CONTA COM ARRSTÃO E QUEBRADERA	
		TRÊS ÔNIBUS QUEIMADOS NA SERRA	Ministério Público e Justiça não vão funcionar
		GOVERNO ENGROSSA TOM COM CENÁRIO ALARMANTE	

GRUPO 3: POLARIZAÇÕES			
DATA: 07/02 – TERÇA-FEIRA			
CAPA		INTERIOR DA EDIÇÃO	
MANCHETE PRINCIPAL	OUTRAS MANCHETES	TÍTULO PRINCIPAL	TÍTULOS SECUNDÁRIOS
FAROESTE CAPIXABA EXÉRCITO VAI PARA AS RUAS		REFÊNS DO MEDO Homens da Força Nacional e das Forças Armadas chegam e começam a patrulhar as ruas das cidades	
		RASTROS DE MORTE PELAS RUAS DA GRANDE VITÓRIA	Dois rapazes são assassinados a tiros em frente a shopping
		CORPOS ESPALHADOS NOS CORREDORES DO DML	Jovem baleada em tentativa de assalto
		PREJUÍZO NO COMÉRCIO PASSA DE 4,5 MILHÕES	
		INVASÃO E SAQUES ASSUSTAM LOJAS	Arrombamentos também no comércio de Cachoeiro
		GUARDAS MUNICIPAIS BALEADOS EM ITAPUÃ	
		BANDO FAZ ARRASTÃO E TENTA MATAR POLICIAL	Médicos ficam refêns do medo
		APLAUSOS PARA O EXÉRCITO NAS RUAS	Deputados criam comissão e cobram diálogo Tropas federais no estado pela 3ª vez
		TROCA DE COMANDO EM TEMPO RECORDE	
		PMs DO ADMINISTRATIVO VÃO ATUAR NAS RUAS	Comandante do sul defende protesto
		DESEPERO NA HORA DE VOLTAR PARA CASA	Avenidas em clima de “cidade fantasma”
		FILAS E ESPERA PARA REGISTRAR OCORRÊNCIAS	PC vai decidir greve no dia 17
		ÔNIBUS VÃO CIRCULAR E AULAS ESTÃO SUSPENSAS	
		GUARDAS MUNICIPAIS REFORÇAM SEGURANÇA	
	SEIS REGRAS PARA BARRAR BOATOS EM MEIO AO CAOS	Imprensa estrangeira repercute a insegurança no Estado (sic) Falta de policiamento vira tema mais comentado no Twitter	
DATA: 08/02 – QUARTA-FEIRA			
CAPA		INTERIOR DA EDIÇÃO	
MANCHETE PRINCIPAL	OUTRAS MANCHETES	TÍTULO PRINCIPAL	TÍTULOS SECUNDÁRIOS
REVOLTA NA PORTA DOS QUARTÉIS	Policial civil morre ao tentar impedir assalto no Norte CHEGADA DAS FORÇAS FEDERAIS NÃO FREIA VIOLÊNCIA	PROTESTO POR PMs NAS RUAS	
		MILITARES IGNORAM ORDEM DO COMANDO	
		JUSTIÇA: MULHERES TÊM QUE SER RETIRADAS	HARTUNG CONVOCA ENTREVISTA APÓS VOLTAR AO ES
		TIROS E CONFUSÃO	Supostos PMs à paisana atiraram para o alto
		POPULAÇÃO REVOLTADA TAMBÉM EM GUARAPARI	Manifestação na porta de batalhão em Cachoeiro
		ESCALADA DE HOMICÍDIOS CONTINUA NA (sic) NO ESTADO	Motoqueiros matam em Novo México
		POLICIAL MORRE AO IMPEDIR ASSALTO	Bandidos usam caminhonete para arrombar loja em Jacaraípe
		DISTRIBUIÇÃO DE SENHA EM SUPERMERCADO	

		COMERCIO TEM PREJUÍZO DE R\$ 220 MILHOES	
		VIGÍLIA EM CONDOMÍNIOS PARA EVITAR ASSALTOS	
		SAQUES MESMO COM O EXÉRCITO NAS RUAS	
		PRODUTOS FURTADOS SÃO DEVOLVIDOS EM CACHOEIRO	Boatos de assaltos fecham lojas no interior do estado Homem é morto por vigilante durante assalto
		PRF PRENDE SUSPEITO EM DEPÓSITO DE LOJA	Colatina: arrombamento e prejuízo de R\$ 10 mil
		FAMÍLIAS FAZEM FILA PARA LIBERAR CORPOS NO DML	Coronel da "panela vazia" recebe R\$ 16 mil
		EM VÍDEO, POLICIAIS PEDEM AUTORIZAÇÃO PARA SAIR	Festa na porta do 4º batalhão
		ÔNIBUS VÃO FICAR LONGE DAS RUAS	

GRUPO 4: A FORÇA DO ESTADO			
DATA: 09/02 – QUINTA-FEIRA			
CAPA		INTERIOR DA EDIÇÃO	
MANCHETE PRINCIPAL	OUTRAS MANCHETES	TÍTULO PRINCIPAL	TÍTULOS SECUNDÁRIOS
GENERAL ASSUME O CONTROLE DA SEGURANÇA	QUANDO ISTO VAI PARAR? 103 MORTES "HARTUNG: É UMA CHANTAGEM ABERTA"	GENERAL COMANDA A SEGURANÇA NAS RUAS	"Leis diferentes, mas parecidas na prática"
		"NÃO HOUVE INTERVENÇÃO FEDERAL"	
		PMs SÃO BELADOS E CORONEL TEM CRISE	Acordo entre mulheres de PMs e governo pode sair hoje à tarde
		"SEQUESTRARAM A LIBERDADE DO CIDADÃO"	Hartung deve reassumir na próxima semana
		SECRETÁRIO DE SEGURANÇA RECEBE APOIO DA CÚPULA	Governo e Assembleia se estranham
		REAJUSTE DOS POLICIAIS CUSTARIA MEIO BILHÃO	Dom Luiz: "Essa situação é uma vergonha"
		ATÉ TANQUES PARA REFORÇAR A SEGURANÇA	Força nacional no interior
		MAIS DE 100 MORTES EM CINCO DIAS	
		CARRO É USADO PARA ARROMBAR LOJA DE CELULAR	Força-tarefa para liberar corpos no DML de Vitória
		"MARCELINHO MORREU COMO HERÓI"	
		PC DECIDE HOJE SE FAZ GREVE	"Tirei a vida de um trabalhador", diz menor
		NO PREJUÍZO E SEM POLÍCIA, COMERCIANTES PROTESTAM	Moradores querem mais exército
		CAPIXABAS CORREM PARA FAZER ESTOQUE DE COMIDA	Greve afeta bancos e deixa caixas sem dinheiro
		ANGÚSTIA DE FICAR PRESO EM CASA	Sem atendimento em unidades de saúde e farmácias
		SERRA E CARIACICA PEDEM MAIS MILITARES NAS RUAS	Cachoeiro decreta emergência Colatina também pede ajuda da Força Nacional
SEGURANÇA NA ESCOLTA DE MORADORES	Reforço de dois mil vigilantes no comércio e em condomínios		

		ÔNIBUS VOLTAM A CIRCULAR DURANTE O DIA	
		CARNAVAL DE VITÓRIA MANTIDO	
<b>DATA: 10/02 – SEXTA-FEIRA</b>			
<b>CAPA</b>		<b>INTERIOR DA EDIÇÃO</b>	
<b>MANCHETE PRINCIPAL</b>	<b>OUTRAS MANCHETES</b>	<b>TÍTULO PRINCIPAL</b>	<b>TÍTULOS SECUNDÁRIOS</b>
POLÍCIA COMEÇA A PUNIR 3003 PMs	Hartung: a PM vai ser reestruturada SEDE DA REDE GAZETA É ATINGIDA POR 4 TIROS Após 11 horas de reunião, PMs não aceitam acordo	PM COMEÇA A PUNIR GREVISTAS	
		HARTUNG: A PM VAI SER REESTRUTURADA	
		11 HORAS DE REUNIÃO E NENHUM ACORDO	Entidades que representam PM vão aguardar notificações Até meia-noite de ontem, negociações não haviam avançado
		“POPULAÇÃO PODE VOLTAR ÀS RUAS” Três mil homens na rua	
		A TROPA E SEUS EQUIPAMENTOS	
		PLANALTO SE CALA SOBRE A CRISE NA SEGURANÇA	Famílias de PMs marcam atos no Rio e em BH
		SEDE DA REDE GAZETA É ATINGIDA POR TIROS	OAB: ataque é contra a democracia Associação internacional repudia o ato
		CORONEL FAZ APELO PARA QUE TROPA VOLTE À RUA	Dupla presa após bater com carro roubado Colatina decreta ponto facultativo hoje Unidade de saúde é arrombada em Guriri
		PRESIDENTE DE SINDICATO DOS RODOVIÁRIOS É MORTO	Colega reclama da falta de segurança para a categoria
		NÚMERO DE HOMICÍDIOS CHEGA A 113	
		GUARDA PERSEGUE PICAPE EM CAMBURI	
		POLÍCIA CIVIL DÁ 14 DIAS ANTES DE FAZER GREVE	Saqueadores de loja devolvem produtos Detido com arma falsa no aeroporto
		FESTAS E CASAMENTOS CANCELADOS	Aprovados no Prouni sem matrículas Apenas urgências no Hospital das Clínicas
		ELES SE RECUSARAM A FICAR TRANCADOS	Greve não afasta clientes de feira na Praia do Canto “Há um impacto psicológico inédito”
		MENSAGENS DE ESPERANÇA E SOLIDARIEDADE	
		AGENTES TENTAM ACALMAR POPULAÇÃO	Guarda vai reforçar segurança na Serra Patrulhamento e cercos em pontos estratégicos
		PERDÃO DOS JUROS DE CONTAS ATRASADAS	
PRATELEIRAS VAZIAS EM SUPERMERCADOS	Lojas vão reabrir aos poucos		
MORADORES RECORREM A TROCA DE ALIMENTOS			
REPERCUSSÃO NA IMPRENSA INTERNACIONAL			

		PM COMEÇA A PUNIR GREVISTAS	
<b>DATA: 11/02 – SÁBADO</b>			
<b>CAPA</b>		<b>INTERIOR DA EDIÇÃO</b>	
MANCHETE PRINCIPAL	OUTRAS MANCHETES	TÍTULO PRINCIPAL	TÍTULOS SECUNDÁRIOS
GOVERNO ANUNCIA ACORDO PARA PÔR FIM À GREVE DA PM	“Apesar de você” Vida que segue ACORDO NÃO TIRA MULHERES DA PORTA DE BATALHÕES 127 mortes em 7 dias 666 veículos furtados ÔNIBUS VOLTAM A CIRCULAR ENTRE OS TERMINAIS	GOVERNO APOSTA EM ACORDO COM A PM	
		MULHERES NÃO DEIXAM A PORTA DOS BATALHÕES	
		“SÃO 200 ANOS DE HISTÓRIA NA LAMA”	
		“NÃO SE NEGOCIA COM UMA ARMA NA CABEÇA”	
		O CAMINHO DAS PUNIÇÕES	
		JANOT VAI DISCUTIR PUNIÇÕES A GREVISTAS	Michel Temer condena paralisação da Polícia Reforço de mais de 500 militares na segurança
		BME ENSAIA SAÍDA DE BATALHÃO PARA A RUA	Rose nega ter atrapalhado negociações
		ÔNIBUS SÓ VÃO CIRCULAR ENTRE TERMINAIS	Número de coletivos pode aumentar
		A TROPA E SEUS EQUIPAMENTOS	
		GOVERNO VAI APURAR GRUPOS DE EXTERMÍNIO	OAB irá acompanhar apuração para garantir punição a crimes
		JOVEM É MORTO COM DISPARO DE FUZIL	SML de Cachoeiro lotado de corpos
		NA PERIFERIA SEMANA FOI DE TIROS E MORTES	Diária de segurança privada tem aumento de até 350%
		EM 7 DIAS, ESTADO TEM 666 CARROS FURTADOS	Mais mortes que em fevereiro de 2016
		MATRÍCULA DO SISU É SUSPensa	Banco vai perdoar juro do cartão
CAPIXABAS COMEÇAM A VOLTAR À ROTINA			
FEIRA DO MÁRMORE E GRANITO É CANCELADA	Prejuízo e queda nas reservas de hotéis		
		POLÍCIA DO RIO NÃO VAI PARAR, DIZ SECRETÁRIO	
<b>DATA: 12/02 – DOMINGO</b>			
<b>CAPA</b>		<b>INTERIOR DA EDIÇÃO</b>	
MANCHETE PRINCIPAL	OUTRAS MANCHETES	TÍTULO PRINCIPAL	TÍTULOS SECUNDÁRIOS
OPERAÇÃO RESGATA PMs NO QUARTEL		600 PMs NAS RUAS E ATÉ RESGATE AÉREO	População mostrava alívio e receptividade aos PMs Policial militar tem crise de choro no retorno ao trabalho
		MULHERES CONTINUAM PROTESTOS EM BATALHÕES	Portão de unidade é acorrentado em Colatina
		TROPAS SEM PRAZO PARA DEIXAR O ESTADO	Ministro coloca estrutura à disposição de PMs
		PMS NÃO VÃO TER ANISTIA, DIZ MINISTRO	Comando vai punir militares aquartelados
		ÔNIBUS AINDA CIRCULAM COM HORÁRIO REDUZIDO	
		DEZ HOMICÍDIOS NO OITAVO DIA DE GREVE DA PM	Dupla rouba passageiros em ônibus
		TIROS EM CARRO DE DELEGADA	Durante a paralisação, registro de 40 mortos em um dia

		CAMINHADA PELA PAZ HOJE EM CAMBURI	Capixabas aproveitam para tentar voltar à rotina
		CRISE CAPIXABA DISPARA ALERTA EM TODO O BRASIL	
		"APOSTA NO QUANTO PIOR, MELHOR"	
		HELICÓPTEROS TAMBÉM FORAM USADOS NO RIO	

GRUPO 5: ALVOS DEFINIDOS E DISCURSOS DE PAZ			
DATA: 13/02 – SEGUNDA-FEIRA			
CAPA		INTERIOR DA EDIÇÃO	
MANCHETE PRINCIPAL	OUTRAS MANCHETES	TÍTULO PRINCIPAL	TÍTULOS SECUNDÁRIOS
VITÓRIA DA PAZ 1,2 PMs NAS RUAS: ÔNIBUS VOLTAM HOJE		1,2 MIL PMs DE VOLTA ÀS RUAS	
		HELICÓPTERO RESGATA MILITARES DO BME	Mulheres continuam bloqueando acesso a batalhões
		POLICIAIS VOLTAM ÀS RUAS NO SUL DO ESTADO	Em Linhares, não há prazo para retorno da tropa Filho vê pai ser assassinado por ladrões
		"VAMOS SEPARAR O JOIO DO TRIGO", DIZ CORONEL	Mais de cem foram parar no HPM
		POLICIAIS AINDA NÃO ESTÃO NA PERIFERIA	
		ÔNIBUS VÃO CIRCULAR EM HORÁRIO NORMAL	
		ENSAIO PARA O CARNAVAL HOJE	
		5 MIL PEDEM PAZ EM CAMINHADA EM VITÓRIA EM 9 DIAS, 144 PESSOAS ASSASSINADAS	Homem é morto a facadas no Sul Atos pedem paz no Sul do Estado (sic) Exército abre inquérito para apurar morte de adolescente em Cariacica
		BLINDADO DO EXÉRCITO SE ENVOLVE EM ACIDENTE	
		MINISTRO DIZ QUE AORDEM ESTÁ DE VOLTA	PRG estuda a federalização de crimes Ministro da Justiça volta a Vitória para acompanhar negociações Mulheres querem encontro com Hartung e procurador-geral
		POLICIAL É BALEADO POR COLEGA NO RIO DE JANEIRO	Mulheres desistem de bloqueio em Copacabana
DATA: 14/02 – TERÇA-FEIRA			
CAPA		INTERIOR DA EDIÇÃO	
MANCHETE PRINCIPAL	OUTRAS MANCHETES	TÍTULO PRINCIPAL	TÍTULOS SECUNDÁRIOS
NA PERIFERIA, O MEDO CONTINUA	Comando da polícia abre processo para demitir 166 PMs	SERRA TEM MAIS MORTES GRAVES	
		O RETRATO DA TRAGÉDIA	Todas as linhas do sistema Transcol vão funcionar hoje
		BANDIDOS PÕEM FOGO EM DOIS ÔNIBUS	

Bandidos agredem frei em assalto ao Convento Na volta à rotina, capixabas enfrenta longas filas	PERIFERIA DA GRANDE VITÓRIA PEDE SOCORRO	Força-tarefa diz que faz patrulhamento 1743 policiais já retornaram ao trabalho	
	FREI É AGRADIDO EM ASSALTO NO CONVENTO	Perseguição policial acaba em batida	
	161 PMS PODEM SER EXPULSOS DA CORPORAÇÃO	Agentes penitenciários em estado de greve Policiais civis são promovidos pelo governo	
	TEMER QUER LEI PARA REGULAMENTAR GREVE		
	“É PRECISO ROMPER COM O CORPORATIVISMO”	Deputados estaduais cobram retratação do governo	
	PREJUÍZO DE 2,4 BI COM PARALISAÇÃO DA PM		
	PERDAS PARA A IMAGEM		
	POPULAÇÃO ENFRENTA FILAS NA VOLTA À ROTINA	Vitória recomeça as aulas Mais tempo para pagar ICMS e contas de energia	
LIGA REFORÇA SEGURANÇA PARA MANTER O CARNAVAL	Governo não define se haverá blitz		
<b>DATA: 15/02 – QUINTA-FEIRA</b>			
<b>CAPA</b>		<b>INTERIOR DA EDIÇÃO</b>	
MANCHETE PRINCIPAL	OUTRAS MANCHETES	TÍTULO PRINCIPAL	TÍTULOS SECUNDÁRIOS
Força-tarefa investiga ação de milícias em mortes e atentados	Justiça exige que mulheres liberem portas de batalhões Câmara recebe dois projetos para dar anistia a grevistas	FORÇA-TAREFA PARA INVESTIGAR MILÍCIAS RADICAIS	
		QUATRO VEZES MAIS ASSASSINATOS NA GREVE	Mais de 40 casos ainda estão sem explicação
		SETE ÔNIBUS ATACADOS	Passageiros reclamam de atrasos
		LADRÃO REZOU E PAGOU PROMESSA	
		UNIFORMES ROUBADOS E ALERTA EM CARIACICA	Vigilante é morto com tiro de escopeta na cabeça No Hucam, homem leva arma de segurança do pronto-socorro
		CRIANÇA BALEADA E MORTA AO BRINCAR EM GUARAPARI	Sensação de insegurança no interior
		POLICIAIS MILITARES MARCHAM EM PROTESTO	
		151 MILITARES PROIBIDOS DE TRABALHAR	
		GOVERNO PROMETE NOVAS PUNIÇÕES	
		PROJETOS PARA DAR ANISTIA A GREVISTAS	
		MULHERES OBRIGADAS A DEIXAR BATALHÕES	Familiares esperam Estado para negociar
		SECRETÁRIO AVISA QUE SOLUÇÃO PODE DEMORAR	Forças federais prolongam tempo no Estado (sic)
		HEROÍNAS CONTRA O MEDO NO RETORNO ÀS AULAS	Reposição ainda será definida
		REFORÇO DAS TROPAS FEDERAIS NOS DESFILES	
FORÇA-TAREFA PARA INVESTIGAR MILÍCIAS RADICAIS			
<b>DATA: 16/02 – SEXTA-FEIRA</b>			
<b>CAPA</b>		<b>INTERIOR DA EDIÇÃO</b>	
MANCHETE PRINCIPAL	OUTRAS MANCHETES	TÍTULO PRINCIPAL	TÍTULOS SECUNDÁRIOS
FIM DA ROTAM	Carnaval terá maioria das tropas perto do Sambão	GUARAPARI PARA APÓS MORTE “SE TIVESSE PM, ISSO TERIA SIDO EVITADO” MAIS 20 DIAS COM FORÇA NACIONAL E EXÉRCITO	Helicópteros sobrevoam periferia

GRUPO DE ELITE DA PM SERÁ EXTINTO	APÓS CRIME, GUARAPARI TEM DIA DE ÔNIBUS PARADOS E LOJAS FECHADAS Governadores fazem pressão em Brasília contra anistia para PMs	GOVERNADORES SE UNEM CONTRA ANISTIA A PMs	
		ASSOCIAÇÃO CONTESTA AFIRMAÇÃO DE SECRETÁRIO	Redes sociais auxiliam investigação sobre crimes Código de Ética será discutido
		PROTESTO MANTIDO MESMO APÓS 3 DECISÕES JUDICIAIS	
		PMs ENFRENTAM PÂNICO AO VOLTAR ÀS RUAS	Especialista vê estresse pós-trauma Policiais sem condições de portar arma
		EXÉRCITO VAI GARANTIR SEGURANÇA NO CARNAVAL	Guardas no trajeto de carros Sem garantia de ônibus do Transcol durante a folia no Sambão
		BLOCOS NAS RUAS SÓ SE HOVER SEGURANÇA	Em Vila Velha e Vitória, folia mantida para o próximo sábado O Surpresa, da Barra do Jucu, é um dos que temem segurança
		MOTORISTA É MORTO COM DOIS TIROS NA CABEÇA CAÇA AOS ACUSADOS DE QUEIMAR ÔNIBUS	Dois jovens assassinados com escopeta Operação do Exército e da Força em 5 bairros
<b>DATA: 17/02 – SÁBADO</b>			
<b>CAPA</b>		<b>INTERIOR DA EDIÇÃO</b>	
MANCHETE PRINCIPAL	OUTRAS MANCHETES	TÍTULO PRINCIPAL	TÍTULOS SECUNDÁRIOS
EXÉRCITO SÓ VAI FICAR MAIS 6 DIAS	PM LEVA 14 TIROS E MORRE NA FRENTE DA NAMORADA SÃO PEDRO APELA POR PAZ NO ESTADO	PM É MORTO A TIROS NA FRENTE DA NAMORADA	Suspeito de participar do crime é preso
		PMs COBRAM JUSTIÇA E SOLUÇÃO PARA A CRISE	“Foram muitos tiros”, diz testemunha Adolescentes confessam incêndio a ônibus
		MAIORIA DOS MORTOS É JOVEM	
		POLICIAIS E FAMILIARES VÃO ÀS RUAS PEDIR PAZ	PM atira em manifestante em frente a batalhão
		ELES SÓ QUEREM VIVER SEM MEDO DA VIOLÊNCIA	“Vivemos tropeçando em corpos”, diz padre
		FORÇAS ARMADAS FICAM SÓ MAIS 6 DIAS NO ESTADO	Para ministro, situação está sob controle
		PIUMA DECIDE CANCELAR CARNAVAL	2,4 mil policiais militares nas ruas
		HOTÉIS PERDEM 40% DE RESERVA EM GUARAPARI	Prejuízo de 20 milhões no comércio
		GUARDAS MUNICIPAIS E PMs NA SEGURANÇA DO SAMBÃO	
TRANSCOL SÓ DEPOIS DAS 4H	Camarotes reforçam segurança privada		
<b>DATA: 18/02 – DOMINGO</b>			
<b>CAPA</b>		<b>INTERIOR DA EDIÇÃO</b>	
MANCHETE PRINCIPAL	OUTRAS MANCHETES	TÍTULO PRINCIPAL	TÍTULOS SECUNDÁRIOS
MAIS DE MIL PMs NA MIRA DE PUNIÇÕES	MINISTRO DIZ QUE TROPAS NÃO TÊM PRAZO PARA DEIXAR O ESTADO BLOCOS DE RUA DE VILA VELHA E	1151 PMs INVESTIGADOS POR MOTIM OU REVOLTA	
		ROTAM: METADE É INVESTIGADA	
		“NÃO TENHO CONDIÇÕES DE VOLTAR A TRABALHAR”	De férias, 574 voltaram ao trabalho
		DÉTIDO O ACUSADO DE MATAR POLICIAL NA SERRA	Colegas cobrem caixão de soldado com fardas Jovem passa mal ao ver suspeito
		ESTADO TEM 921 CARROS ROUBADOS OU FURTADOS	Ônibus é incendiado em Cariacica
		MINISTRO DIZ QUE TROPAS CONTINUAM NO ESTADO	

	SERRA MANTÉM DESFILES CIDADES DO LITORAL CANCELAM CARNAVAL	NEGOCIAÇÃO COM AS MULHERES NÃO AVANÇA	Projeto que muda punição deve voltar na Assembleia
		HELICÓPTEROS E PARAQUEDISTAS NO SAMBÃO	Guardas ajudam PMs no patrulhamento
		EXÉRCITO MANTÉM SIGILO SOBRE BLITZ	Ônibus garantido para toda a folia
<b>DATA: 19/02 – SEGUNDA-FEIRA</b>			
<b>CAPA</b>		<b>INTERIOR DA EDIÇÃO</b>	
MANCHETE PRINCIPAL	OUTRAS MANCHETES	TÍTULO PRINCIPAL	TÍTULOS SECUNDÁRIOS
SEGURANÇA PÚBLICA: QUAIS AS SAÍDAS PARA O COLAPSO?		SEGURANÇA, UM DESAFIO DO TAMANHO DO BRASIL	
		“É PRECISO TER PROJETOS. SÓ DINHEIRO NÃO RESOLVE”	
		HARTUNG: “REAÇÃO SERÁ DE TOLERÂNCIA ZERO”	Ônibus incendiado de madrugada em Aracruz Ciodes volta ao controle do Estado
		POLICIAL É BALEADO DURANTE ASSALTO	Morre PM atacado em santa Maria
<b>COMERCIANTE É MORTO COM 19 TIROS EM PADARIA</b>			
<b>DATA: 20/02 – TERÇA-FEIRA</b>			
<b>CAPA</b>		<b>INTERIOR DA EDIÇÃO</b>	
MANCHETE PRINCIPAL	OUTRAS MANCHETES	TÍTULO PRINCIPAL	TÍTULOS SECUNDÁRIOS
		NÚMERO DE HOMICÍDIOS POR DIA VOLTA A SUBIR	
		PM REAGE A ASSALTO E MATA BANDIDO	Carnaval de Vitória sem ocorrências graves
		POLÍCIA INVESTIGA AMEAÇAS DE MORTE A ANDRÉ GARCIA	Nova rodada de negociações com as mulheres
<b>DATA: 21/02 – QUARTA-FEIRA</b>			
<b>CAPA</b>		<b>INTERIOR DA EDIÇÃO</b>	
MANCHETE PRINCIPAL	OUTRAS MANCHETES	TÍTULO PRINCIPAL	TÍTULOS SECUNDÁRIOS
29 CIDADES CANCELAM O CARNAVAL	ADOLESCENTE É MORTO AO TENTAR ASSALTAR PM	CARNAVAL É CANCELADO EM 29 CIDADES DO ESTADO	
		BLOCOS DESISTEM DE IR ÀS RUAS	
		NAS RUAS, PRESENÇA DA POLÍCIA AINDA É TÍMIDA	
		GOVERNO DÁ ULTIMATO, MAS PROTESTO É MANTIDO	Ônibus vão circular até as 23h
		PM REAGE A ASSALTO E MATA ADOLESCENTE	Bandido é baleado por policial militar
		EXÉRCITO INVESTIGA PEDIDO DE PROPINA	Comando não informa prazo para fim das investigações Suspeitos de beber e levar mulheres em viatura
		CARTA CHEGA A GENERAL, E MENINO REALIZA SONHO	
FORÇA-NACIONAL EM MAIS TRÊS ESTADOS	Deputados barram suspensão do regulamento disciplinar da PM		
<b>DATA: 22/02 – QUINTA-FEIRA</b>			
<b>CAPA</b>		<b>INTERIOR DA EDIÇÃO</b>	
MANCHETE PRINCIPAL	OUTRAS MANCHETES	TÍTULO PRINCIPAL	TÍTULOS SECUNDÁRIOS

MAIS DE 2,5 MIL PMs PODEM SER PUNIDOS		PMs AMEAÇADOS DE MORTE PARA NÃO DEIXAR GREVE	Policiais: "Afirmção generalista"
		MAIS DE 2500 PMs ALVOS DE PROCESSOS	
		CORONEL: 3 MIL PMs NÃO ESTÃO NAS RUAS	Policiais com atestados serão chamados ao HPM
		SEM ÔNIBUS, COMERCIANTES BANCAM TRANSPORTE	Supermercados fecham lojas mais cedo
		VOLTA DA FACULDADE ESTÁ MAIS COMPLICADA	Transcol continua em horário limitado Moradores protestam na Serra
		AJUDANTE DE CARGA É MORTO NA CEASA	Policial é baleado durante ação em Guarapari
	TROPAS FEDERAIS POR MAIS 13 DIAS	Polícia Civil à caça de quem pôs fogo em ônibus	

GRUPO 6: ANÚNCIOS DO FIM			
DATA: 23/02 – SÁBADO			
CAPA		INTERIOR DA EDIÇÃO	
MANCHETE PRINCIPAL	OUTRAS MANCHETES	TÍTULO PRINCIPAL	TÍTULOS SECUNDÁRIOS
GOVERNO ANUNCIA FIM DA GREVE DA PM EM 23 CIDADES	ESTADO LIBERA NOMEAÇÕES E DINHEIRO PARA A POLÍCIA CIVIL	FIM DA GREVE DA PM EM 23 CIDADES DO INTERIOR	
		MILITARES JÁ ATUAM NA MADRUGADA	Batalhões na Grande Vitória ainda interditados
		IMPASSE NAS NEGOCIAÇÕES ENTRE GOVERNO E MULHERES	
		LIBERADOS 7,4 MILHÕES PARA A POLÍCIA CIVIL	Bandes oferece crédito emergencial
		BLOCOS DA SERRA RECUAM E NÃO VÃO SAIR	Em Vitória, grupos "estão por conta e risco", diz secretário
		EXÉRCITO NA FOLIA EM GUARAPARI	Festa começa hoje em Conceição da Barra Guriri fica sem trios elétricos e shows
		PRF REFORÇA BLITZ DURANTE O CARNAVAL	Atuação em bairros às margens da rodovia
DATA: 24/02 – DOMINGO			
CAPA		INTERIOR DA EDIÇÃO	
MANCHETE PRINCIPAL	OUTRAS MANCHETES	TÍTULO PRINCIPAL	TÍTULOS SECUNDÁRIOS
TROPA DE ELITE LIBERA PORTÃO E DE QUARTEL E RECUPERA VIATURAS		OPERAÇÃO RESGATA 41 VIATURAS DE BATALHÕES	
		ATÉ MURO CORTADO PARA RETIRAR CARROS	Lista de nomes nas redes sociais
		JUSTIÇA: O USO DE FORÇA PARA LIBERAR BATALHÕES	
		GOVERNO VAI COMPRAR 77 VIATURAS E INVESTIR NO HPM	Policial processada no Norte Sindicatos alertam sobre boato de paralisação geral
		CONDOMÍNIOS VÃO FAZER SEU PRÓPRIO CARNAVAL	
		SHOWS E BLOCOS PARA CURTIR O CARNAVAL	PM reforça segurança nas cidades
		COMO SE PROTEGER DE ROUBOS DURANTE A FESTA	
		ÔNIBUS NOS DIAS DE FOLIA SÓ ATÉ AS 23H	
DATA: 25/02 – SEGUNDA-FEIRA			

CAPA		INTERIOR DA EDIÇÃO	
MANCHETE PRINCIPAL	OUTRAS MANCHETES	TÍTULO PRINCIPAL	TÍTULOS SECUNDÁRIOS
	199 ASSASSINATOS INVESTIGAÇÃO SOBRE GREVE DA PM DEVE PARAR EM BRASÍLIA	INVESTIGAÇÃO DE PMs DEVERÁ SER FEDERALIZADA	
		GREVE DA PM ACABA EM 61 MUNICÍPIOS	Mulheres e governo em negociação
		QUASE 200 MORTES EM 21 DIAS DE PARALISAÇÃO	
		ESTUDANTE LEVA TIRO E MORRE APÓS BRIGA	Vendedor de peixe é assassinado 53 indiciados por saque no Sul
<b>DATA: 26/02 – TERÇA-FEIRA</b>			
CAPA		INTERIOR DA EDIÇÃO	
MANCHETE PRINCIPAL	OUTRAS MANCHETES	TÍTULO PRINCIPAL	TÍTULOS SECUNDÁRIOS
FIM DA GREVE DA POLÍCIA MILITAR	JUSTIÇA MANDA PRENDER CAPITÃO ASSUMÇÃO E CORONEL FORESTI COMANDANTE DA PM: “PEDIMOS DESCULPAS, ESTAMOS DE VOLTA” XÔ INSEGURANÇA: BLOCOS VÃO PARA AS RUAS	APÓS 22 DIAS, GREVE DA POLÍCIA ACABA	
		COMANDANTE DA POLÍCIA PEDE DESCULPAS À POPULAÇÃO	
		QUASE 9 HORAS DE NEGOCIAÇÃO NO MPT	
		PRISÃO PAR 4 PMs POR INCITAR MOTIM	Governador agradece a tropas federais pelo apoio
		GRUPO DE BOLSONARO ARTICULOU O MOVIMENTO	Deputado vai exonerar assessora Secretário: “terrorismo digital” veio de fora do Espírito Santo

De posse desses títulos, separados por destaque e por sua inserção em um dos seis momentos descritos, operou-se ainda mais uma divisão, que será conhecida na análise das representações, no capítulo 4: buscou-se separar os títulos por sua referência a um dos cinco atores sociais cuja representação intentou-se estudar. A partir disso, procedeu-se à análise utilizando a metodologia já descrita.

### **1.5 Um campo de estudos condizente com o *corpus* e com as ponderações iniciais**

A análise do discurso sobre a paralisação de um importante órgão da segurança pública requer, como condição determinante, a necessidade de apoiar-se em um referencial teórico multidisciplinar. Por mais que estejamos interessados nos aspectos linguístico-discursivos de notícias publicadas, deixar de considerar a sociedade e os modos de operação cognitiva de construção de suas crenças resultaria em um trabalho parcial, sob nosso ver. Por isso, ao compreendermos o papel da mídia como formadora de posicionamentos junto ao público, é preciso reconhecê-la como um agente que recursivamente atualiza modos de pensar e de significar o mundo. Nesse propósito, encontramos na teoria sociocognitiva, defendida por Teun A. van Dijk, um valioso estudo sobre como o público é influenciado pela produção midiática. Sob essa visão, dada a sua natureza multidisciplinar (van Dijk, 2001, p. 144), a construção do discurso passa pela interface da cognição (pessoal e social), uma vez que estão na memória de longo prazo, tanto dos leitores quanto dos produtores do conteúdo jornalístico, valores e crenças estruturados, que são acionados nos momentos de interpretação. Isso significa que a atuação dos sujeitos na sociedade, por meio da linguagem, é mediada por modelos acumulados na memória, que foram construídos em sociedade (van Dijk, 2016, p. 9).

A Análise Crítica do Discurso nos oferece mais estudos da representação social. Van Leeuwen (1996) estabelece categorias que nos permitem compreender como os atores sociais estão representados em um discurso. Tal categorização se apresenta como um inventário, de natureza social e semântica ou retórica, que nos auxilia a identificar as representações. Os sentidos que emanam das escolhas representacionais têm natureza pan-semiótica, dado o seu caráter multimodal. Além disso, centra-os como polissêmicas, uma vez que só podem ser compreendidas em

um dado contexto de uma cultura: o mundo social representado submete-se às significações dos grupos sociais em um determinado momento.

Dessa forma, acreditamos ter um consolidado aparato teórico. A partir dele, foi possível entender as notícias jornalísticas como: 1. dotadas de discursos que representam as crenças e posicionamentos de um determinado grupo; 2. capazes de ativar estruturas de pensamento que comporão novos discursos do público leitor. Essa dupla propriedade sociocognitiva do discurso jornalístico será a base de toda a análise desta pesquisa e configura o que consideramos uma contribuição desses estudos: conseguir explicar essa influência do discurso midiático, demonstrando a complexidade dessa “manipulação”. Nesta pesquisa, portanto, restringimo-nos ao fenômeno sociocognitivo da ativação/reativação/reforço de modelos mentais.

Se cognitivamente representamos nossas experiências, vividas, mitificadas ou operadas pelas narrativas construídas, os textos da mídia oferecem ao leitor uma oportunidade de reforço ou de modificação dessas experiências. Para van Dijk, a maioria das experiências pessoais não são acessíveis em seus detalhes específicos, dada a limitação de recuperá-los no grande depósito que corresponde à nossa memória. Assim, se houver relevância, há a tendência de memorização mais global dos eventos, ou seja, “formamos modelos globais mais ‘macro’ a partir das sequências de modelos ‘micro’ das experiências do dia a dia” (van Dijk, 2012, p. 95).

Tal propriedade cognitiva nos é muito válida. Isso porque acreditamos que as notícias que abordaram o movimento grevista reproduziram e construíram modelos mentais referentes aos participantes em questão. Em um momento tão impactante para a sociedade, analisar como modelos mentais são ativados / criados pode nos oferecer pontos de vista que circularam na mídia acerca da mobilização.

Por isso, fundamentar-se com a perspectiva sociocognitiva do discurso e com as categorias sociossemânticas de representação foi, decerto, a escolha teórica desta pesquisa. O capítulo 3 será dedicado ao desenvolvimento dos conceitos e categorias dessas duas vertentes.

## **1.6 Greve, Polícia Militar e mídia**

Paralisações de uma categoria profissional, mesmo especificamente a da Polícia Militar, ecoam visões historicamente construídas desse tipo de mobilização do trabalhador. Ademais, as condições socioculturais hodiernas impõem novas leituras dos movimentos trabalhistas em geral, regidos hoje por corporações, que obedecem a interesses de determinados segmentos, incluindo as instâncias patronais, e, concomitantemente, a discursos que os colocam como desgastados, violentos, agitadores da paz social. Nessa constante (re)construção do sentido de “greve”, na cognição social, a mídia ocupa lugar de destaque. Por isso, esta seção objetiva recuperar brevemente históricas e atualizadas visões do movimento grevista, apresentar as especificidades da Polícia Militar enquanto concomitantemente categoria trabalhadora e agente do Estado, e, por fim, ponderar sobre os discursos evocados e reproduzidos pelos meios de comunicação de massa sobre esse fenômeno complexo, que é a greve.

Dada a vastidão de referências bibliográficas sobre os três tópicos compositores do título desta seção, optamos por fazer um breve resgate, dentre as leituras realizadas, de três autores: Rosa Luxemburgo, defendendo sua visão social-democrata e dialogando com o socialismo científico e o anarquismo; Álvares Vieira Pinto, que, inclinado ao pensamento decolonial, aponta a submissão dos movimentos dos trabalhadores a realidades contaminadas e impostas por interesses externos à categoria e, por fim, Thompson, para nos provocar sobre cultura e ideologia, a fim de entendermos, preliminarmente, os agenciamentos midiáticos. Ressalta-se que a visão de mídia da ACD, que constitui a referência teórica espinhal deste trabalho, será abordada no capítulo 3. Portanto, esses três nomes, que são evocados nesta seção, objetivam se somar às abordagens teóricas dos próximos capítulos, além de contribuir para definições iniciais de tópicos compositores do título desta pesquisa: Greve, Polícia Militar e mídia. No terceiro capítulo, será dito que, embora os dois autores que sustentam esta pesquisa, van Leeuwen e van Dijk, não tenham tratado centralmente de polícia ou de greve, será oferecida a possibilidade de entender esses temas sob o arcabouço teórico das noções de “poder”, de “crenças”, de ideologias” e de “Modelos Mentais”.

Sob o intuito, pois, de oferecer ponderações sobre o movimento grevista, iniciamos com a constatação de que ele já foi visto como instrumento de revolução político-social. No século XX, ecoando ainda a diversidade de propostas contrárias ao sistema produtivo-capitalista do século XIX, Rosa Luxemburgo dissertou sobre movimentos de operários. Nascida em Zamosc, na Polônia russa, é reconhecidamente uma imponente figura representativa da social-democracia alemã e influenciadora do pensamento político-econômico mundial do século XX. Em um texto de 1906, traduzido pela Universidade de Coimbra em 1974, ela analisa que a maioria dos escritos do socialismo internacional sobre o tema “greve” teriam se envelhecido após a experiência da Revolução Russa. Para ela, as definições de greve para Friedrich Engels, em 1873, ocorreram no centro de um movimento de contraposição às visões anarquistas. Cita integralmente o teórico revolucionário prussiano que, junto com Karl Marx, fundou o chamado socialismo científico ou marxismo. Reproduzimos a citação, que se refere à greve geral de trabalhadores:

Uma bela manhã operários de todas as empresas de um país ou de todo o mundo abandonam o trabalho, obrigando, assim, mais ou menos em quatro semanas, as classes poderosas ou a capitular ou a atacar os operários, tendo estes o direito de defender-se, e ao mesmo tempo de abater inteiramente a velha sociedade. (ENGELS apud LUXEMBURGO, 1974).

No trecho, Engels critica, em prol da luta quotidiana da classe operária, a greve geral como um fermento que desencadeia a revolução social, pois os governos e as classes dominantes impediriam tamanha organização. Para Luxemburgo, foi na experiência da Revolução Russa que a emancipação da classe operária e a greve geral se constituíram dialeticamente, pois defendia que, embora a social-democracia não devesse determinar antecipadamente uma greve geral, poderia orientá-la, para que compusesse a luta dos operários. Observa-se, então, a noção de greve historicamente colocada como reação de classe, frente a uma elite econômica ou política.

Reforçando a complexidade de um movimento grevista, Vieira Pinto (1962) analisa que a definição de greve, presente no senso-comum, como “a voluntária cessação do trabalho por parte dos trabalhadores”, apenas considera a aparência da mobilização, deixando de evidenciar sua essência. O autor centra a greve num quadro de subserviência do Brasil a outros mais desenvolvidos, já que o País é caracterizado

pelo semicolonialismo, pelo subdesenvolvimento e pelo capitalismo marginal. Isso requer de nós, mesmo mais de quatro décadas após a publicação dessas reflexões, o exercício de entender que as greves no Brasil, hoje, são afetadas por um discurso produtivista mundial, que interfere nas manifestações locais de trabalhadores. Por isso, deve-se admitir ainda validade de suas afirmações, ao dizer que não é fácil delinear o desenvolvimento de um movimento de trabalhadores brasileiros, quanto ao grau das forças produtivas internas e quanto a suas possibilidades de prosseguimento autônomo. Assim, por mais que estejamos falando de uma categoria de um determinado estado federativo do Brasil, as visões presentes na cognição social sobre uma greve não são construídas apenas aqui, mas sim, alinhadas a discursos internacionais. Isso ficou visível no apelo pelo retorno à normalidade, que tanto compôs os discursos que serão analisados no capítulo 4.

Outro aspecto da obra do autor, que merece tanto nossa menção, mas também nossa adaptação à categoria policial, resulta do que ele chama de “essência” da greve, em oposição à “aparência” da greve, o “cruzar de braços”. Sob a lógica da luta de classes, a greve pode ser entendida como um descolamento do “produzir para o outro” em direção ao “produzir para si”. Constituiria um momento de consciência de distinção de classe, em que se quereria “ampliar (até chegar um dia à totalidade) a parte para si do seu trabalho”. Acontece que os policiais, que prestam serviço à normalidade das atividades capitalistas e a tudo que advém desse projeto constituidor de modos de vida e de rotinas, não o fazem diretamente: o destino imediato desse uso da força de trabalho é o Estado. Sob tal condição, a negação de um serviço por um policial, ou pela categoria como um todo, não fere apenas um “patrão”, mas toda a população a qual esse Estado representa ou comanda. O que se reforça aqui é a complexidade de se negar prestar serviços ao Estado: o governador e sua estrutura burocrática financeira têm o poder de um aumento de salário, mas não são eles apenas os afetados pela greve, mas sim todo o sistema capitalista que ele representa, incluindo outros trabalhadores, comerciantes, agentes de outros poderes, entre outros. Por isso, os participantes da greve neste complexo evento de paralisação da PM do Espírito Santo não se compuseram somente do binário proletário/força produtiva e dono do meio de produção, mas também de especificidades da própria categoria de trabalhadores: policiais prestando serviço à população a mando da estrutura do Estado. Essa inerência levou o Estado brasileiro, nas últimas décadas, a agir pela

judicialização de greves de categorias como a polícia, conforme se explana nos parágrafos subsequentes.

Antes, porém, um registro reflexivo: se a paralisação da polícia, assim como a de outras categorias (médicos, motoristas de ônibus etc.), não afeta apenas o seu “patrão” imediato, mas impacta na normalidade da vida produtiva capitalista, discursos que representam esses movimentos trabalhistas de modo negativo circulam fartamente. Nessa construção discursiva, ganha destaque o papel das mídias tradicionais, como o jornal impresso, na defesa do funcionamento da máquina capitalista, ferida pela paralisação dos trabalhadores.

Corroborando essa análise, Thompson (2011), norteado pela Teoria Social Crítica, disserta sobre o poder e influência das empresas de comunicação de massa na cultura moderna. Desenvolvidas pelo domínio de uma técnica, que inclui capacidade de fixação e de reprodução dirigidas a indivíduos em um contexto social que lhe permita habilidades de codificar e de decodificar formas simbólicas, as empresas de comunicação se constituem em um “aparelho institucional” que se faz crível. Nesse aparato institucional, com suas hierarquias e controles, as formas simbólicas podem ser empregadas como um recurso na busca de interesses e de objetivos particulares, podendo ser reguladas e controladas. Assim, no caso da cobertura da paralisação da PM no Espírito Santo, sob quase hegemonia da imprensa capixaba, as empresas jornalísticas exerceram amplo poder de difundir seu modo de ver a greve de trabalhadores, a noção de normalidade da rotina das pessoas, os impactos econômicos e sociais desse período.

Esse constante discurso pela normalidade das rotinas, bastante comum aos meios de comunicação e aos representantes do Estado capitalista brasileiro, tem mobilizado ações restritivas a greves de determinadas categorias. Desde o século passado, vem ocorrendo um processo de judicialização dos movimentos grevistas, que são intercedidos pela ordem de um juiz, que julga ser “legal” ou “ilegal” determinado movimento. Nesse sentido, algumas categorias não têm direito à greve, sendo qualquer mobilização trabalhista regida por uma instância externa à categoria, a saber, o Judiciário. Para compreender esse cenário, é válido retomar as principais normas que permitem o direito de greve e as que o restringem.

No artigo 9º da Constituição vigente, dentro do capítulo “Dos direitos sociais”, a greve é reconhecida como de competência do trabalhador, prevendo futuras leis específicas que garantiriam a assistência às demandas do trabalhador, embora também se prevejam punições aos abusos. É válida a reprodução do artigo, a título de destacar sua significância:

Título II  
Dos Direitos e Garantias Fundamentais  
Capítulo II  
Dos Direitos Sociais

Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei (BRASIL, 1988).

No entanto, no artigo 37, já no Título III, que trata da administração pública, determina-se o seguinte no artigo VII: “o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”. Isso significa que, desde a Constituição, o direito de greve dos empregados da iniciativa privada e o direito de greve dos servidores receberam tratamento jurídico distinto, considerados os princípios próprios da atividade do trabalhador do serviço público, que não se aplicam aos trabalhadores da iniciativa privada.

Filtrando-se um pouco mais em direção às polícias militares, chegamos ao artigo IV, presente no Título V: “Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas”. Nele, diz-se: “ao militar são proibidas a sindicalização e a greve”, sendo que essa determinação, como o 3º parágrafo mesmo define, dirige-se aos integrantes das Forças Armadas. Porém, mais, adiante, essa vedação é estendida:

Art. 42. Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (BRASIL, 1988).

Após essa extensão, sobre os policiais militares também passam a ser incididas as limitações a que se submetem os agentes da Força Nacional: “§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do [...] art. 142, §§ 2º e 3º [...]” (BRASIL, 1988).

Também aqui se registra a criação de um código específico à greve na atividade trabalhista. Trata-se da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, sancionada pelo Presidente da República, em que se considera “legítimo o exercício do direito de greve e a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços a empregador”. Essa determinação jurídica, no entanto, tem sido voltada aos trabalhadores dos setores privados.

A partir desses pavimentos legislativos, observa-se que, nas interpretações mais consentâneas atuais do mundo jurídico, a Polícia Militar, enquanto categoria de trabalho do setor público e estratégico da administração e da segurança da nação, é impedida de paralisar suas atividades.

Para finalizar esta seção, valendo-se da oportunidade de revisar a legislação que rege a atividade trabalhista policial, apresentamos também a organização administrativa e atuadora da polícia militar do Espírito Santo, para que sejam mais bem compreendidas as manchetes que serão analisadas. Segundo a lei Nº 3.196, de 09/01/1978<sup>7</sup>, que “regula a situação, as obrigações, os deveres, os direitos e as prerrogativas dos policiais militares”, a Polícia Militar é subordinada operacionalmente ao Secretário de Estado da Segurança Pública. Trata-se de uma instituição destinada à manutenção da ordem pública no Estado, sendo considerada força auxiliar, reserva do Exército. Seus integrantes são tidos como formadores de uma categoria especial de servidor público, estando em duas situações possíveis: na “ativa” ou na “inatividade”.

O artigo 12 dessa lei estadual apresenta a estrutura hierárquica que compõe a instituição. Nela, o termo “círculos hierárquicos” corresponde a “âmbitos de convivência entre os policiais militares da mesma categoria e têm a finalidade de

---

<sup>7</sup> A legislação que regulamenta a atividade da Polícia Militar do Espírito Santo pôde ser acessada no site institucional da corporação: [https://pm.es.gov.br/Media/PMES/Leis%203/Estatuto%20dos%20Policiais%20Militares%20do%20ES%20-%20Lei\\_3196.pdf](https://pm.es.gov.br/Media/PMES/Leis%203/Estatuto%20dos%20Policiais%20Militares%20do%20ES%20-%20Lei_3196.pdf). Acesso: 07 de abril de 2020.

desenvolver o espírito de camaradagem, em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo”. Segue a estrutura no quadro abaixo:

CÍRCULO DE OFICIAIS	POSTOS
Círculo de Oficiais Superiores	Coronel PM Ten. Coronel PM Major PM
Círculo de Oficiais Intermediários	Capitão PM
Círculo de Oficiais Subalternos	1º Tenente PM 2º Tenente PM
CÍRCULO DE PRAÇAS	GRADUAÇÕES
Círculo de Subtenentes e Sargentos	Subtenente PM 1º Sargento PM 2º Sargento PM
Círculo de Cabos e Soldados	Cabo PM Soldado PM
PRAÇAS ESPECIAIS	
Frequentam o Círculo de Oficiais Subalternos	Aspirante a Oficial PM
Excepcionalmente ou em reuniões sociais tem acesso ao Círculo de Oficiais	Aluno Oficial PM
Excepcionalmente ou em reuniões sociais tem acesso ao Círculo de Oficiais	Aluno do Curso de Formação de Sargentos PM
Excepcionalmente ou em reuniões sociais tem acesso ao Círculo de Cabos e Soldados	Aluno do Curso de Formação de Soldados PM

Quadro 2 – Círculos hierárquicos da PM do Espírito Santo

Entendendo a localização política dessa corporação, ligada diretamente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, e, tendo o “Coronel” como posto superior na hierarquia institucional, leem-se com mais clareza as falas reproduzidas pelo jornal capixaba, durante a cobertura da paralisação da Polícia Militar em 2017.

### 1.7 Percorso de registro de análise

Esta pesquisa está estruturada em cinco capítulos. O primeiro consiste nesta parte introdutória.

No capítulo 2, recuperamos, por meio de recortes, a teoria da representação social, retomando, desde as reflexões da antiguidade, a constituição de um pensamento segundo o qual o mundo representado não corresponde ao mundo real. Neste capítulo, ainda não damos ênfase à Análise do Discurso, mas oferecemos um painel de como a representação (mesmo antes da social) esteve presente na filosofia, na sociologia e na psicologia social. O objetivo de toda essa retomada é compreender como esse conceito chegou à linguística. Além disso, esse capítulo registra os trabalhos predecessores que permitiram a incorporação da noção de Representação Social à Análise Crítica do Discurso.

Estudadas as condições epistemológicas para o florescimento da noção de Representação social, o capítulo 3 foca-se na Análise Crítica do Discurso, apresentando a incorporação dessa noção aos estudos propostos por van Dijk e por Van Leeuwen. Esse embasamento teórico nos fornece enquadramentos para olhar a notícia, o movimento dos policiais e seus participantes e, por fim, proceder à análise.

No capítulo 4, apresentamos as análises, dividindo-a em partes, correspondentes a cada ator social analisado.

Por fim, no capítulo 5, apresentamos as considerações finais.

## **2 REPRESENTAÇÃO SOCIAL: PERCURSO RUMO A UMA ABORDAGEM DISCURSIVA**

A posição que a representação social assume na Análise Crítica do Discurso (especificamente na perspectiva sociocognitiva, proposta por T. van Dijk, e na vertente sociossemiótica desenvolvida pelo professor holandês Theo van Leeuwen) pode ser compreendida como um movimento de apropriação de um conceito já estabilizado na Psicologia Social, desenvolvendo-o dentro de seus quadros de estudos. Em van Dijk, por exemplo, a representação social não constituiu tema ainda de uma obra inteira, mas, como ele adota a concepção de discurso como uma representação mental de estado de coisas, a representação é categoria presente em seus estudos. Seu trabalho, voltado aos discursos em sua relação com a cognição social, enveredou-se aos quadros coletivos de percepção como fundantes do processamento discursivo, o que talvez explique a incorporação desse conceito aos seus estudos. Além disso, salienta-se o caráter inovador de interpretar as representações sociais como um tipo especial de modelo mental.

Em van Leeuwen, a noção de representação de atores sociais ocupou maior espaço em seus escritos. O autor defende que os atores sociais podem ser descritos a partir do conteúdo semântico da proposição referente a eles. Seus estudos, portanto, desenvolveram uma categorização dos modos de representação dos atores sociais no discurso. Partindo de duas categorias mais vastas, Exclusão e Inclusão, a proposta do autor possibilita encontrar no discurso marcas que visibilizam ou não os atores e de que modo isso se constrói linguisticamente.

Essa abordagem da Análise Crítica do Discurso para a representação social, enquanto fenômeno sociocognitivo e discursivo, que, sob nosso ver, apresenta algumas contribuições à teoria psicossocial de representação social, será desenvolvida no capítulo seguinte. Neste, consideramos válida a retomada dos precursores que possibilitaram tal incorporação, refazendo, mesmo que de forma sucinta – na verdade, trata-se de recortes –, o percurso dos estudos sobre representação, na Filosofia, na Sociologia, na História, na Linguística para, no próximo

capítulo, em específico, possa se tratar da Análise do Discurso<sup>8</sup>. Adverte-se, porém, que não se pode tomar o percurso proposto aqui como linear, visto que a história do pensamento é um processo contínuo, sequencial, mas caracterizado por rupturas, inovações, oposições. Decerto,

Contrariamente a uma visão simplista e caricatural do desenvolvimento das ciências, não se pode conceber a história da sociologia tomando simplesmente por modelo a acumulação linear, regular e virtuosa de um saber que se poderia, de uma vez por todas, conservar no Panteão das ideias. (LALLEMENT, 2008, pp. 7-8)

Essa advertência é justificada pelo caráter não autônomo das ideias, mas sim pela sua submissão a fatores contextuais sociais, culturais e institucionais. Assim, nosso registro da noção de representação social, incapaz de registrar todas as contribuições advindas do pensamento ocidental, recorta propostas, com a finalidade de demonstrar como essa categoria de análise social foi incorporada à Análise Crítica do Discurso. Em tais registros fragmentados do pensamento histórico reside o esforço deste capítulo.

## **2.1 Visões mais consentâneas sobre a representação social**

Para iniciar, faz-se importante o esforço de apresentar definições mais consensuais vigentes nos estudos atuais de representação social, com o fito de partir de uma conceituação: de modo abrangente, de que representação social mais consentânea se fala hoje? Grande parte das investigações em representação social, ainda que com todas as nuances que os usos multidisciplinares permitiram, apoiam-se na abordagem psicossocial, defendida pelo psicólogo social romeno Serge Moscovici. Importantes ecos e avanços dessa abordagem podem ser encontrados no trabalho de Denise Jodelet (1988, 1993). Para a autora (1993, p. 4), as representações sociais são um fenômeno de significação que envolve “elementos informativos, cognitivos,

---

<sup>8</sup> Existe uma vasta produção acadêmica em torno da representação social. Muitas delas, apresentam uma retomada dos alicerces que embasaram o conceito. Reconstruir esse caminho não tem a intenção nem de ser inovador, nem de repetir pavimentos consolidados. Pretende-se aqui associar a representação social que será tratada no capítulo seguinte a um quadro ainda maior de busca de uma teoria do conhecimento, conforme já se reconhece no trabalho do romeno Serge Moscovici.

ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens etc.”, organizados como uma espécie de saber sobre um estado da realidade. Essas representações não são apenas individuais, mas sistemáticas, constituindo-se em versões da realidade. Podem ser entendidas como visões consensuais acerca de um objeto, que se materializam sob forma de palavras ou imagens, carregadas de significações. Por meio dessas diversas significações, as representações expressam o indivíduo ou o grupo e os constroem também. Assim, nenhuma representação pode alcançar fidelidade em relação ao real ou ao ideal, devendo ser atribuída a uma posição que as pessoas ocupam na sociedade, ou seja, existe nessa concepção de representação social o pressuposto de que não há uma correspondência fiel entre o mundo das coisas e o mundo representado, mas sim uma construção representativa, que envolve o indivíduo, sua cultura, sua sociedade. Trata-se do imaginário que se constrói na relação dessa pessoa com o mundo, dentro do seu grupo social. Nas palavras de Sêga, em seu trabalho de explanação do pensamento de Jodelet e de Moscovici,

Ela (a representação) não é cópia do real, nem cópia do ideal, nem a parte subjetiva do objeto, nem a parte objetiva do sujeito, ela é o processo pelo qual se estabelece a relação entre o mundo e as coisas. (SÊGA, 2000, p. 129)

A partir disso, pontua-se, pois, que a representação social não pode ser compreendida apenas pela relação direta entre as coisas e o ser que as percebe, mas entendida como um processo em que sociedade e cultura estão em interação com as pessoas, produzindo saberes que somente são possíveis nessa interação.

Sêga, nesse estudo supracitado, ainda enumera características bastante elucidativas da noção de representação social defendida por Jodelet, que estão arrumadas nesta tabela seguinte. Na coluna à direita, acrescentamos comentários nossos, a fim de tornar ainda mais clara a conceituação desse fenômeno.

<b>REPRESENTAÇÃO SOCIAL</b>	
É sempre a representação de um objeto;	Representação social está relacionada a como as pessoas, as coisas e os processos são entendidos pelas pessoas. Ressalva-se que “Objeto” aqui pode ser um conceito, abstrato.
Tem sempre um caráter imagético;	Esses objetos são projetados a partir de imagem que se forma no imaginário coletivo e, por conseguinte, na cognição social.
Tem um caráter simbólico e significante;	Os objetos representados não são efetivamente os objetos em si, mas sofrem um processo de simbolização, em que significantes os representam.
Tem um caráter construtivo;	Adota-se a noção dinâmica da percepção de realidade, jamais vista como algo pronto, mas em construção.
Tem um caráter autônomo e criativo.	As representações sociais, desde a concepção de Moscovici, não apenas explicam a sociedade, mas contribuem para sua criação / recriação.

Quadro 3 – Cinco características da representação social

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, com comentários seus das características listadas por Sêga (2000, p. 129) sobre representação social segundo Jodelet.

## **2.2 Duas naturezas da representação como fenômeno que a tornam tão produtiva nas pesquisas atuais**

Na história do pensamento universal, as abordagens de representação social, obedecendo sempre às demandas de seu tempo e, por conseguinte, a descontinuidades de paradigmas, foram sendo inseridas em determinados campos de estudo, a exemplo da Sociologia e da Psicologia Social. Dois grandes expoentes representativos desse empreendimento são Émile Durkheim e Serge Moscovici. A partir de seus estudos, o fenômeno da representação social esteve presente em muitas pesquisas nas últimas décadas.

Decerto, a transversalidade que está no cerne do conceito de representação social, visto que propõe interface entre individual e coletivo, atribui à representação social duas naturezas importantes: a primeira é referente à variedade de predecessores, afinal, o fenômeno pode ser colocado em um quadro mais amplo de busca das teorias do conhecimento, das percepções da realidade, da construção de verdades objetivas e subjetivas, o que remonta a própria história da Filosofia; a segunda, à produtividade, já que permite os mais diversos usos interdisciplinares.

Com relação à primeira inerência, destacamos a constante preocupação humana de questionar a relação entre signos e os objetos do mundo, ora valorizando as percepções sensoriais, ora advertindo quanto à falibilidade dela. Moscovici (2015, p. 32) demonstra esse dilema humano diante das infiéis representações dos signos, recorrendo à tela pintada em 1929 pelo artista surrealista belga René Magritte, *Les deux mystères*, que está reproduzida a seguir, para acompanhamento das provocações feitas por Moscovici.



Imagem 1 – *Les deux mystères*<sup>9</sup>

O estranhamento provocado pelo artista acerca da correspondência entre a representação pictográfica do cachimbo e sua incapacidade de ser o próprio cachimbo motivou Moscovici a utilizar a obra para levantar esse questionamento. A pintura do cachimbo no cavalete, em associação ao outro cachimbo fora do cavalete, provoca uma reflexão sobre os modos de representação desse objeto: seria o cachimbo dentro das molduras desenhadas menos real que o que está externo à pintura? Moscovici pondera que esta seria uma errônea interpretação, já que ambos estão pintados dentro de uma mesma tela. Entendemos que esse tipo de questionamento deve estar

---

<sup>9</sup> Fonte: MAGRITTE, René. *Les deux mystères*. 1966. Óleo sobre tela, 65 x 80 cm. Bruxelas, Cortesia Galerie Isy Brachot Disponível em: <https://ecole-durkheim.org/emile1.0/travaux/tableaux/magritte/magritte.htm>. Acesso em: 29 dez. 2018.

vivo em qualquer empreendimento de estudos sobre representação. Aliás, a própria Linguística abarcou esse dilema, conforme se explanará mais adiante.

Com relação à segunda inerência, a produtividade, Jodelet (1993, pp. 5-6) destaca que o conceito foi um reunificador nas ciências sociais, rompendo com as concepções behavioristas<sup>10</sup> e com os aparelhos autônomos propostos por Althusser<sup>11</sup>, regedores de todas as práticas. Ao propor uma interface entre indivíduo e mundo, entre o mental e o concreto, entre psicologia e sociedade, Moscovici abre a possibilidade de reabilitar a representação social, oferecendo-a aos mais diversos estudos que buscam explicar a simbolização dos fenômenos do mundo.

Especificando mais a defesa de Jodelet, a consolidação da representação social deve-se a três características, que se correlacionam: a *vitalidade*, a *transversalidade* e a *complexidade*. Para a autora, os estudos sobre representação social estão muito vivos porque propriedades atribuídas a ela desde 1961 por Moscovici convergem a interesses de diversas áreas do conhecimento “que se referem à realidade social como uma construção consensual, estabelecida na interação e na comunicação” (1993, p. 7). Além disso, todos os empreendimentos empíricos e conceituais diversos, frutos da articulação da concepção psicossociológica com as de outras disciplinas, autorizaram certa fluidez conceitual, entendida como avanço teórico pela estudiosa. Essa primeira característica se relaciona ou conduz à transversalidade, já que o conceito tem perpassado tantas disciplinas e áreas do saber já mencionadas, interpelando-as e articulando-as, uma vez que há “não uma justaposição mas uma real coordenação de seus pontos de vista” (Jodelet, 1993, p. 8). Por fim, vitalidade e transversalidade impõem a complexidade, já que qualquer estudo de representação social reclama um aparato teórico que considere, programaticamente, tanto o funcionamento cognitivo, quanto o do sistema social, dos grupos e das interações, uma vez que essa dinâmica social afeta as representações e, concomitantemente, são afetados por elas.

---

<sup>10</sup> Behaviorismo consiste em um conjunto de abordagens, nascidas nos séculos XIX e XX, que elege, como objeto de estudo e de prática clínica, o comportamento observável.

<sup>11</sup> Em seus estudos, expostos em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* (Althusser, 1970), Louis Althusser sustenta que os sujeitos nunca são constituintes, mas sempre e já constituídos na e pela ideologia, operada por aparelhos do Estado.

### **2.3 Realidade e percepção como instâncias distintas**

Antes de se pensar a realidade como construída socialmente, por meio de representações, a Filosofia já se debruçava em modos de representação da realidade. Considerando que, no prolongamento do pensamento de Pitágoras de Samos, segundo o qual a Natureza é constituída de um sistema de proporções matemáticas, está a defesa de que o pensamento alcança essa estrutura matemática, enquanto os sentidos sensoriais e as percepções apenas acessam o modo como a Natureza aparece às pessoas, encontra-se aí, na origem do pensamento ocidental, uma preocupação com a realidade e o que se acessa dela. Mesmo anteriormente a Pitágoras, Tales de Mileto e todos os outros da chamada Escola Jônica, ao buscar explicações racionais e sistemáticas sobre a origem, ordem e transformação da Natureza, estão, de certo modo, envolvidos em representações. Decerto, a contribuição da filosofia ao entendimento das formas de representação do mundo é notável, tanto que, dado o volume de estudos, bem como sua consolidação no conhecimento socialmente compartilhado, serão resgatadas nesta seção algumas influências ao que se conhece hoje como representação social.

No período compreendido como Século de Péricles, durante a democracia ateniense, os sofistas contribuíram com a representação das coisas do mundo, ao desenvolver e difundir a persuasão. Opondo-se, em diversos aspectos a eles, Sócrates, ao defender a busca de uma essência das coisas, admite a ignorância humana em representar fielmente qualquer coisa. Para ilustrar a falibilidade das impressões humanas, é válido transcrever curto trecho de Apologia de Sócrates, em que Platão narra o julgamento e a morte de seu mestre:

Pois que, ó cidadãos, o temer a morte não é outra coisa que parecer ter sabedoria, não tendo. É de fato parecer saber o que não se sabe. Ninguém sabe, na verdade, se por acaso a morte não é o maior de todos os bens para o homem, e entretanto todos a temem, como se soubessem, com certeza, que é o maior dos males. (PLATÃO, 1999, p. 16)

Vê-se, pois, que Sócrates “considera as opiniões e as percepções sensoriais, ou imagens das coisas, como fonte de erro, mentira e falsidade, formas imperfeitas do conhecimento” (CHAUÍ, 2000, p. 46). Sob tal abordagem, os homens nunca alcançam

a verdade plena da realidade, ou seja, existe uma distância entre realidade e representação dela.

Platão, discípulo de Sócrates, sistematizou, como instâncias distintas, realidade e percepção de realidade. Alegorizando esses elementos por meio da narrativa mítica, o Mito da Caverna, o filósofo propõe que há uma limitação na forma como o mundo é visto. As impressões sensoriais, que conferem sensação de verdade e de realidade, são, para ele, sombras que se projetam nas paredes de uma caverna. Inacessível, exceto pelo pensamento racional e filosófico, o lado de fora corresponderia ao mundo das ideias, ou mundo inteligível. A existência de uma representação da realidade, localizada fora do Homem, é, portanto, sistematizada pelo filósofo. A própria introdução na história do pensamento humano do conceito de simulacro contribui para a noção de representação do mundo e da realidade e, concomitantemente, permite a abertura de uma atual crítica à noção de representação social: pode-se acessar a realidade por meio de sua representação, já que ela se constitui um simulacro? Em outras palavras, se ela não é a realidade, por que pode nos ajudar a compreender a realidade?

A continuidade da defesa desse pensamento que separa realidade de percepção foi protagonizada por Aristóteles, discípulo de Platão. De sua vasta sistematização do pensamento grego, encontram-se, nos conceitos de mimese e de verossimilhança, constituintes da não correspondência entre o real e o percebido. Enquanto Platão depreciava o simulacro (cópia das formas perfeitas, como o faz a atividade artística), Aristóteles defendia que a arte em geral não visava à essência das coisas, mas a imitação das imitações, distanciando-se muito da busca da realidade. Assim, valoriza a atividade imitativa da arte como possibilidade de obter possíveis interpretações da realidade, surgindo daí a ideia de verossimilhança (DA COSTA, 1992, p. 47).

O que se observa desse resgate da tradição grega é a existência de projeções, distintas daquelas encontradas na realidade. Distantes ainda da possibilidade de explicar como sociocognitivamente se constroem tais representações, essas contribuições alicerçam uma visão que domina o pensamento universal: a realidade é representável.

## 2.4 As representações coletivas de Durkheim

O pensamento de Durkheim sobre representação se desenvolve em um contexto específico de busca de determinação do objeto de estudo da recém-fundada sociologia, no século XIX.

Para Lallement (2008, p. 77), a industrialização e a urbanização, que se inicia na Inglaterra nos fins do século XVIII, provocaram profundas transformações não apenas econômicas, que reverberaram na sociedade: diluição dos laços sociais tradicionais e abalo das técnicas e costumes. A classe nova do proletariado, submetida a precárias condições de trabalho, experimenta comportamentos que formam um quadro social inédito: “difíceis condições do trabalho, promiscuidade e falta de higiene, alcoolismo, prostituição, delinquência, concubinato e nascimentos ilegítimos...” (Lallement, 2008, p. 77). Essa realidade social é muito bem ilustrada pelo célebre romance histórico do escritor francês Émile Zola, *Germinal*, lançado em 1885, já no contexto dos movimentos trabalhistas contra a ordem produtiva vigente:

Quando chegaram à Gaston-Marie, eram ainda em maior número, mais de dois mil e quinhentos furiosos, quebrando tudo, varrendo tudo, com a força impetuosa de uma torrente. Os policiais tinham passado por ali uma hora antes, seguindo depois para os lados da Saint-Thomas, mal informados por camponeses, sem mesmo tomarem a precaução, na sua pressa, de deixar uma guarnição de alguns homens, para proteger a mina. Em menos de quinze minutos as fornalhas foram emborcadas, as caldeiras, esvaziadas, as construções, invadidas e devastadas. Mas a bomba era o alvo principal. Não bastou que parasse com um último sopro de vapor, atiravam-se contra ela como a uma pessoa viva, a quem quisessem tirar a vida. (ZOLA, 2000, p. 265)

Na sequência, são exploradas características dos comportamentos do proletariado que demandavam estudos à época:

Catherine, esgotada, apavorada, olhava para ele. Lembrava-se das suas confidências, da sua necessidade de dar cabo de alguém quando bêbado, envenenado a partir do terceiro copo, a tal ponto seus pais viciados no álcool tinham injetado aquela peçonha no seu corpo. Bruscamente ela arremeteu contra ele, esbofeteou-o com suas mãos de mulher, gritando-lhe na cara, sufocada de indignação... (Zola, 2000, p. 266)

Surge, sob esse quadro denominado “questão social”, o que o sociólogo francês nomeia de “a invenção do social”, que se constitui em uma demanda por pensar a sociedade, sobretudo na França. Esse solo contextual levou Auguste Comte a criar o

termo “Sociologia”, campo de estudos da sociedade e de suas dinâmicas. Esse projeto institucionalizador evolui com o convite a Émile Durkheim para ministrar a disciplina em Bordéus em 1887, marcando, na França, a Sociologia como uma ciência e, como tal, passando a ser partícipe das disciplinas universitárias.

Porém, em um contexto de domínio das ciências naturais, a Sociologia ainda carecia de definições de métodos e de objeto de análise, sob a égide das formas dominantes de fazer ciência à época: com objetividade, verificação e experimentação. Já na introdução de *As regras do método sociológico*, critica as limitações do trabalho de Spencer<sup>12</sup>, por se destinar a demonstrar as dificuldades e possibilidades da Sociologia, silenciando-se quanto aos procedimentos que ela deveria adotar (Durkheim, 2007). Um passo a tal consolidação e autonomia consistiu na diferenciação da Sociologia e da Psicologia. Para Durkheim, distintamente desta, cabe àquela estudar os estados de consciência coletiva, suas leis, suas representações, que são diferentes dos de natureza individual. Para tanto, elaborou o conceito de *atos sociais*, que seriam anteriores e exteriores ao indivíduo e comuns a todos os membros de uma sociedade. Apesar da abrangência dos fatos sociais, eles podem se constituir em categoria de análise social, visto que existem nas partes porque antes existem no todo. Estavam se consolidando os estudos das sociedades: por meio da indução, regularidades comportamentais de grupos poderiam ser explicadas por forças coercitivas sociais, a exemplo do fenômeno religioso ou do suicídio, crescente à época entre os trabalhadores.

Eis a grande contribuição de Durkheim à presente pesquisa. Ao separar a instância social da individual, mesmo reconhecendo suas relações, o pensador abre espaço para se pensar em produções coletivas de representações, que, mesmo existindo no indivíduo, são coercitivamente sociais. Ele exemplifica, em seu esforço de estabelecer o objeto de estudo da nova ciência, que as regras jurídicas, o sistema de signos e o de moedas, dogmas religiosos etc. consistem em “maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude

---

<sup>12</sup> Herbert Spencer (1820-1903) esteve ativamente presente nas discussões que enredam o surgimento da sociologia. Em *As regras do método sociológico*, Durkheim considera insuficientes as definições do filósofo inglês sobre o objeto de estudo da Sociologia.

do qual esses fatos se impõem a ele” (2007, p.39). Não se trata, pois, de fenômenos orgânicos ou psíquicos, mas sim de “representações e de ações”.

Estão criadas as condições para as *representações coletivas* como conceito-chave de análise sociológica. Na obra *As formas elementares de vida religiosa*, em 1912, Durkheim aborda a valorização do simbolismo coletivo como princípio fundante da realidade social. Pinheiro Filho (2014) elucida essa evolução do pensamento durkheimiano:

É certo que tal movimento, visível ao menos desde *O suicídio*, de 1897, em que o autor afirma que a vida coletiva é feita essencialmente de representações, não passou despercebido pelos estudiosos da obra. No entanto, dada a importância heurística da noção, creio que um estudo sobre sua gênese contribui para esclarecer o sentido do projeto durkheimiano de superação do discurso filosófico – ou, mais precisamente, de substituição da epistemologia kantiana por uma sociologia do conhecimento. (Pinheiro Filho, F. A, 2004, p. 139)

Entendendo a religião como um fato social, ao estudar o totemismo de tribos australianas, Durkheim advoga que o mundo representado por uma sociedade é o mundo que o sistema total dos conceitos exprime (2003, p. 491). Por isso, as representações coletivas devem ser entendidas como prática e sistema de ideias. Nesse sentido, as representações coletivas são concomitantemente categoria de análise social e instrumento de pesquisa que permitem entender as concepções dos grupos. Ambos os *status* atribuem validade a esta pesquisa.

## **2.5 A linguística e as representações coletivas**

Forte inquietação moveu a escrita desta seção, durante a revisão bibliográfica da representação coletiva. Se, no esforço de explicar definitivamente os fatos sociais, Durkheim (2017, p. 2) defende que o sistema de signos funciona independentemente do uso que dele é feito, um questionamento se impera: como a linguística desenvolveu as representações coletivas dentro do sistema linguístico? Teria ela ignorado essas concepções durkheimianas?

A resposta à segunda interrogação é: não absolutamente. Além disso, ela só pode ser afirmada se forem consideradas as condições epistemológicas do surgimento da

linguística moderna. Os estudos histórico-comparativos dominaram sobretudo a Alemanha na primeira metade do século XIX. Além disso, influenciados pela publicação de *Origem das Espécies*, por Charles Darwin, em 1859, analogias entre fenômenos biológicos e linguísticos eram comuns à época (Pickering, 2011, p. 105). Em paralelo, havia certa rejeição a Durkheim devido à consideração de fatos sociais como “coisas”, exteriores aos indivíduos, restando à observação empírica o estatuto único de análise social. Assim, não havia espaço para referência ao indivíduo e à sua realização linguística. Porém, a discussão sobre a natureza inata ou social dominou as reflexões linguísticas, colocando-se como um problema que foi debatido pelos mais influentes linguistas do fim do século XIX e início do XX e adquirindo status de centro nas definições propostas para o que seria língua. Nesse ambiente, embora sem utilizar o termo “fato social”, mas sim a terminologia “instituição social”, William Dwight Whitney, linguista, filólogo e lexicógrafo americano do século XIX, considerava a língua uma posse da sociedade e fora da alçada individual (Marra; Milani, 2012, p. 69).

Marra e Milani (2012, p. 70) asseveram que se encontra em Paul Jules Antoine Meillet, influente linguista do início de século XX, aluno de Saussure, a primeira menção a fato social no ambiente de estudos linguísticos. Parte do pensamento científico-social da época, o conceito foi incorporado pelo linguista francês, que defendia a linguagem como elemento central para socialização de membros de um grupo. Para ele, a linguagem não consiste em uma faculdade inata, mas em uma posse concreta adquirida no meio social. Com tal concepção, ajusta a linguística às correntes mais emergentes do pensamento científico da época, ao tratar as mudanças linguísticas atreladas sempre às estruturas sociais. Para tanto, apresenta referências a Durkheim e esvazia a ação produtora do indivíduo, submetendo-o às coercitividades da linguagem, social.

No entanto, é em Ferdinand de Saussure, embora não fazendo referências explícitas a Durkheim, que a língua passa a ser vista por longo tempo como um fato social. O valor que se atribui à sua concepção de língua como um fato social se deve à repercussão de seu corte metodológico, ao eleger a *langue* como objeto da linguística. Na publicação póstuma *Curso de linguística geral*, pode-se ler, enquanto trabalho de definição do objeto da linguística, a defesa de língua como convenção social e a

natureza do signo linguístico como convencional (Saussure, 2012, p. 45). Ao focar-se nas regularidades dos elementos que compõem o sistema linguístico, Saussure opera um corte metodológico que privilegia a visão de língua como externa aos indivíduos:

O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo – esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação – é psicofísica. (Saussure, 2012, p. 51)

Na natureza convencional e arbitrária do signo reside o que se aproxima da representação social e, portanto, o que mais importa a esta presente pesquisa. Marques (2016, p. 93) sumariza essa propriedade do signo linguístico:

As relações contratuais do sistema da língua escapam à vontade humana desde sua origem (idealizada, pois não existe em si mesma). Isso porque:  
1) A língua é recebida passivamente pelas gerações seguintes;  
2) A transmissão ocorre em condições sem relação alguma com as iniciais;  
3) No processo de transmissão o sistema sofre alterações involuntárias; e  
4) essa relação do signo com o pensamento é precisamente o que constitui o signo.

Dessa natureza social do signo linguístico, muito embora Saussure não tenha tratado de representação social, infere-se, pois, a natureza social da língua.

Por fim, para evitar leituras simplistas de Saussure, destaca-se a advertência de Farr (1995, p.45) em sua explanação sobre a teoria da representação social. Para o autor, a distinção entre *parole* e *langue* não se reside tecnicamente entre o nível do indivíduo e o nível do coletivo, visto que a fala é interativa. Partindo dessa premissa, em seu quadro-resumo dos níveis de teorização em psicologia Social, localiza a *langue* no nível coletivo e a *parole* em um nível intermediário.

Outras inquietações sobre a língua como um objeto dado ou como uma construção social estão presentes na Linguística. Como essa discussão se aprofunda no século XX, aguardemos a seção dedicada à representação na linguística, que se seguirá adiante, pois, antes, é preciso registrar um notável desenvolvimento da noção de representação, advindo da psicologia social.

## **2.6 O renascimento da representação social: a teoria sociopsicológica de Moscovici**

Em meados do século XX, mais precisamente nos fins da II Guerra Mundial, as ciências ainda viviam um contexto de discussão sobre seus objetos de estudo, o que pode ser considerado uma espécie de “ressaca” dos conflitos vigentes no século XIX. Se o conceito de representações coletivas desenvolvido por Émile Durkheim foi fruto do esforço de definir a sociologia como disciplina científica autêntica, o desenvolvimento de representações sociais por Serge Moscovici também se centra nas ainda fortes discussões sobre os determinismos das instâncias indivíduo e sociedade para o mundo científico: ou seja, as disciplinas ainda debatiam sobre se determinado estudo compunha uma subdisciplina, se deveria ser alocado em uma nova disciplina, se deveria ser localizado dentro da sociologia ou da psicologia. A representação social, tal qual a representação coletiva, insere-se, pois, em um contexto de definições:

1) de caráter epistemológico, que ecoam as visões conflituosas sobre os determinismos sociais impostos sobre o indivíduo. Essa discussão pode ser entendida como um prolongamento do determinismo imposto pelo pensamento durkhemiano: ao defender as representações coletivas como coercitivas, independentes das vontades das pessoas, instaurou-se uma visão de que a sociedade moldava os indivíduos, provocando, ao longo do século XX, estudos relacionados à influência social sobre os seres humanos.

2) de caráter científico e acadêmico, que obedecem a um movimento de organização dos campos de estudos das ciências modernas. Desde o positivismo defendido por Auguste Comte, as ciências se preocuparam em definir seus objetos de estudo: Durkheim determinou que a sociologia se preocuparia com os fatos sociais, enquanto a psicologia com os indivíduos. Isso provocou na psicologia um conflito: quais as dimensões do social sobre as atitudes e vontades individuais? Embora tenha se favorecido vertentes importantes do estudo do comportamento humano, a exemplo do Behaviorismo, a necessidade de investigação que inserisse esses indivíduos nos seus grupos sociais, entendendo que ele, embora um, era influenciado pelo coletivo, impôs uma necessidade de estudos interdisciplinares, entre a Psicologia e a Sociologia.

Nasce a vertente sociopsicológica, que precisou se debruçar em defender sua autonomia e validade, num mundo científico contaminado pelo isolamento das disciplinas, que ainda via, como necessidade primeira, definir seu objeto de estudo e seus métodos.

Eis a grande contribuição do romeno Serge Moscovici (1925 – 2014). Questionando o caráter permanente dos fatos sociais sobre os indivíduos, percebe a necessidade de ajustar o conceito de “representações coletivas”. Substitui, então, o termo por “representações sociais” e o define como uma forma sociológica de psicologia social, abandonando a noção coercitiva e permanente dos fatos sociais e adequando as representações ao dinamismo no tempo e no espaço, mais conveniente à sociedade do século XX, complexa e mutável.

Ressalva-se, é claro, que esse alcance protagonizado pelo teórico não ocorre de modo tão linear e instantâneo, como pode, à primeira vista, parecer. Diversas contribuições predecessoras, como as de Kurt Lewin, Solomon Asch, Fritz Heider, são destacadas por autores da psicologia social, a exemplo Gerard Duveen (DUVEEN, 2015). Este último observa que o próprio Moscovici reconheceria que os paradigmas que envolvem a representação social são descontínuos, que se mudam e se substituem, surgindo “mais ou menos desconectados de seus predecessores”:

Na verdade, conceitos que operam em grandes profundidades parecem levar mais de cinquenta anos para penetrar no nível mais baixo de uma comunidade científica. É por isso que a maioria de nós só agora começa a sentir o significado de certas ideias que germinam em sociologia, psicologia e antropologia desde o início deste século, (MOSCOVICI, 1984, p. 941. Tradução nossa<sup>13</sup>).

Essas inúmeras e descontínuas contribuições não serão aqui pormenorizadas, visto o objetivo desse apanhado para a presente pesquisa: interessa-nos muito mais evidenciar o conturbado solo epistemológico em que surge a noção de representação social, bem como as contribuições que tornaram possível a incorporação desse conceito à vertente sociocognitiva da Análise do Discurso, que embasa as análises desta pesquisa. Focando-se nesse propósito, registra-se apenas a existência de larga

---

<sup>13</sup> Texto original: In truth, concepts that operate at great depths seem to take over fifty years to penetrate the lowest of a scientific community. That is why most of us are only now beginning to sense the meaning of certain ideas that have been germinating in sociology, psychology, and anthropology since the dawn of this century.

produção escrita sobre os surgimentos, desenvolvimentos e prolongamentos da psicologia social, a exemplo de, José Luis Álvaro e Alícia Garrido (ÁLVARO; GARRIDO, 2017).

Sob o objetivo de investigar as contribuições da psicologia social à representação social da teoria sociocognitiva, destacamos que o entendimento desse conceito em Moscovici se abre com os aproveitamentos e críticas às representações coletivas de Émile Durkheim. Duveen (2015, pp. 14-15) assinala que o objetivo do sociólogo francês de estabelecer a sociologia como disciplina autêntica o levou a considerar as representações coletivas dentro do interesse de entender como as sociedades se mantinham coesas, ou seja, que forças estruturais as conservavam ou as preservavam contra fragmentações ou desintegrações. Já Moscovici, em sua defesa sociopsicológica, concebe representações sociais como fenômeno – e não como conceito – e direcionou-se a questões sobre como as mudanças ocorrem na sociedade a partir de seus processos sociais, já que a novidade e a mudança ou a preservação e a conservação são partes da vida social. Tais considerações direcionaram o interesse a relevar não as forças coercitivas, mas as dinâmicas sociais que orientam os indivíduos. Está criada, a partir disso, a interface que oferece interdisciplinaridade à psicologia social.

Duveen (2015, p.15) centra o trabalho de Moscovici na constituição de uma teoria do conhecimento. No contexto ainda da relação entre os mundos interiores e exteriores dos indivíduos, Moscovici (2015) analisa que durante milênios a humanidade esteve sob a égide do pensamento primitivo: a mente teria o poder de determinar o curso dos acontecimentos, ou seja, agindo sobre a realidade. Em oposição, o pensamento científico moderno concebe a internalização do que se experimenta, ou seja, o pensamento sendo uma réplica da realidade. Moscovici critica essa simetria e visualiza a construção do pensamento a partir da vivência no mundo, mas que, uma vez criado, age sobre a realidade. Cabe, pois, à Psicologia Social, quando estuda o sistema cognitivo, pressupor que os indivíduos reagem a fenômenos e que processam informações visando à sua compreensão.

Nesse quadro teórico, as representações sociais são criadas internamente, mentalmente: o processo coletivo penetra no pensamento individual. Assim, os

indivíduos criam suas representações na vivência coletiva, mas não o fazem isoladamente: pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação (MOSCOVICI, 2015, p. 41). Uma vez criadas, elas se materializam, “adquirem vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem”. Fica evidente, pois, o caráter dinâmico das representações sociais, que tanto as distingue das representações coletivas.

Essa autonomia das representações, construídas coletivamente, está longe de apenas refletir o comportamento ou a estrutura social, como propunha o surgimento da sociologia. Assim, passou-se a afirmar que uma representação social condiciona as pessoas. Isso ocorre porque, muito mais do que o fato de ser um objeto coletivo, de origem coletiva, ela é compartilhada por todos os membros, reforçada pelas tradições, constituindo-se uma realidade social. Para Moscovici,

Quanto mais sua origem é esquecida, e sua natureza convencional é ignorada, mais *fossilizada* ela se torna. O que é ideal, gradualmente, torna-se materializado. Cessa de ser efêmero, mutável e mortal e torna-se, em vez disso, duradouro, permanente, quase imortal. Ao criar representações, nós somos como artista, que se inclina diante da estátua que ele esculpiu e a adora como se fosse Deus. (2015, p. 41).

Com relação a esse funcionamento da representação social, dois processos de construção são categorizados pelo psicólogo romeno: a ancoragem e a objetivação. No primeiro, diante de algo estranho e perturbador, faz-se uma comparação com um paradigma de uma categoria já apropriada. Subverte-se, pois, aquilo que é intrigante a um modelo já previamente assimilado. Ancorar é classificar e dar nome a alguma coisa, o que só pode ser realizado se houver um paradigma classificatório antecedente, estocado na memória. Quanto à objetivação, relaciona-se com a assimilação daquilo que é estranho, o que demanda tempo. Para tanto, transforma-se algo abstrato em algo quase concreto, transferindo o que está na mente em algo que exista no mundo.

Essa visão de representação social como um fenômeno que cria e perpetua realidades é determinante para sua inserção nos estudos da Análise Crítica do Discurso.

## 2.7 A Representação Social na Linguística

A questão da representação esteve viva entre os estudiosos da língua, sobretudo em dois aspectos: o primeiro, na pujante discussão sobre a língua como algo dado, fechado nela mesma, ou como uma construção social; a segunda, que decorre da anterior, reside na inerente preocupação, dessa área do conhecimento, com a relação entre signo (objeto presente) e significação (objeto ausente), o que conduz ao fenômeno da representação. Saussure, como se disse nas seções anteriores, apesar de admitir a língua como instância social, operou um corte epistemológico, elegendo a língua como objeto autêntico e possível dos estudos linguísticos, legitimando a vertente estruturalista e formalista<sup>14</sup> entre os estudiosos de grande parte do século XX. Entretanto, nesse mesmo século, evoluiu-se ao crescente deslocamento da relação significante / significado, proposta por Saussure (2012), à natureza relacional, implicada, entre significado e representação, o que pressupõe considerar os significados não como dados, mas sim, construídos socialmente. Essa evolução se inscreve na história própria da Linguística contemporânea, com enfoque nas multifacetadas mudanças de paradigma das abordagens formalistas à enunciação.

Rojo (1997) reconhece, no debate filosófico entre convencionalistas e naturalistas, na Grécia antiga, a centralidade da representação, ainda que tal conceito não tivesse sido plenamente estruturado. Cita Demócrito, como representante do primeiro grupo, defendendo a inexistência de harmonia entre o nome, que é resultado de um acordo entre os homens, e o mundo. Contrapõe-no a Heráclito, para quem as coisas da natureza têm essência, que é capturada pelo nome. Retoma também Aristóteles e a ideia de linguagem como secundária, tradutora da realidade pré-existente. Em seguida, Rojo (1997) avança para a Gramática Geral e Lógica de Port-Royal, em que a língua é vista como instrumento de representação das capacidades humanas de conhecer o mundo.

Da importante contribuição à Linguística dada por Saussure, destacamos nesta seção a arbitrariedade do signo linguístico, estabelecendo um laço arbitrário entre significado e significante. A partir dessa relação, a significação de cada signo linguístico vai sendo

---

14 Cf. Matoso Câmara Jr.

CÂMARA JR., Matoso. Estruturalismo. ALFA: Revista de Linguística, v. 11, p. 43-88, 1967. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3298/3025>. Acesso em: 25 mai. 2021.

transmitida ao longo do tempo, de maneira imposta, propriedade que chamou de imutabilidade do signo (SAUSSURE, 2012). Essa visão influenciou os linguistas do século XX, a exemplo de Benveniste, que estudou essa arbitrariedade saussuriana. Para o linguista francês, ao contrário de Saussure, a relação entre a língua e a realidade é de adequação completa: “o signo encobre e comanda a realidade; ele é essa realidade” (BENVENISTE *apud* SARTORI, 2015), sendo o falante o responsável por usar um significante (uma cadeia de sons) para ativar um conceito falado na mente. Por isso, ganha destaque o conceito de enunciação, em que os sentidos são evocados na mente, por significantes escolhidos pelo falante.

Nota-se, portanto, que as discussões que a Linguística propôs trazem a representação social de um modo não explícito. Mas algumas propostas se aproximaram de modo mais claro à noção de representação. Enquanto a perspectiva funcional da língua buscava romper com os pressupostos formalistas, o Círculo de Praga, no início do século XX, já promovia investigações para além da estrutura linguística e das relações internas entre seus elementos, tão defendidas pelos estruturalistas. Dentre eles, o psicólogo alemão Karl Bühler, ao elaborar três funções da linguagem, reconhece, como uma delas, a representação, também conhecida como referencial (MARTELOTTA, 2013). Nela, reside a defesa da ideia de que os objetos são representados por meio de elementos linguísticos que os referenciam.

Outra área propícia ao desenvolvimento da representação social é a Linguística Textual, especificamente devido ao espaço que ocupa a referenciação nesses estudos. Para Cavalcante (CAVALCANTE, 2013), desde os anos noventa, a Linguística Textual tem se interessado pela observação e análise de como a referenciação é construída nas práticas discursivas. Logo, perde força a ideia de que a linguagem é um espelho fiel do mundo. Assim, se retomarmos a caracterização dos processos referencias, elencados pela autora, será notado o enveredamento para a noção de sentido como não dado, ou seja, como construído, o que se aproxima da ideia de representação. Retomando as características da referenciação: uma atividade discursiva de elaboração da realidade, uma reconstrução discursiva dessa elaboração e, por fim, uma negociação de sentidos, que ocorre na interação. Fica claro como a Linguística Textual, neste estágio de estudos, apesar de não trazer com

clareza o termo “representação”, trabalha um arcabouço teórico que se aproxima do fenômeno da representação.

Um exemplo mais claro da representação social na Linguística Textual está no desenvolvimento do termo “representação discursiva”, que admite a construção interativa e negociada de imagens para um determinado objeto do discurso, a partir das escolhas lexicais, na construção de um enunciado. Nesse sentido, “todo texto constrói, com maior ou menor explicitação, uma representação discursiva do seu enunciador, do seu ouvinte ou leitor e dos temas ou assuntos tratados” (RODRIGUES et al, 2010, p. 173). Trata-se, pois, de um uso mais explícito da representação social atualmente.

É, decerto, na Análise do Discurso, mais especificamente na Análise Crítica do Discurso, que o fenômeno da representação social tem sido mais fecundamente apropriado. Como se verá no próximo capítulo, a noção de representação estará com forte presença nos estudos de van Dijk e de van Leeuwen, o que justifica reservar a esses estudos um capítulo à parte.

Por fim, reafirma-se que, na Linguística, a representação social tem sido desenvolvida, ora com pouca utilização do termo, como nas noções de construção social de sentido, ora com maior visibilidade, como na proposta da representação discursiva e nos usos pelos autores que desenvolvem a Análise Crítica do Discurso.

## **2.8 Panorama das teorias da representação social**

O longo caminho percorrido pelo fenômeno das Representações e seu espraiamento multidisciplinar consolidam a teoria desenvolvida por Moscovici no meio acadêmico. Neste capítulo, apresentamos alguns recortes que contribuíram para o fortalecimento desse fenômeno nos estudos atuais. Desde as discussões sobre realidade e percepção de realidade, ainda na Antiguidade, à incorporação da Representação social na Análise Crítica do Discurso, um solo muito bem pavimentado foi construído. Para efeito de síntese, compilamos neste quadro seguinte os principais recortes que selecionamos neste capítulo:

EVOLUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO FENÔMENO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS			
TRADIÇÃO GREGA	INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA	FUNDAMENTOS DA LINGÜÍSTICA MODERNA	PERSPECTIVA PSICOSSOCIAL
Realidade e representação como instâncias distintas	Inserção do caráter social das representações	Língua como entidade social	Produção de representações pelos grupos sociais
Pitágoras de Samos, Tales de Mileto (Escola Jônica), Sócrates, Platão, Aristóteles	Émile Durkheim [Representações Coletivas]	Ferdinand Saussure [ <i>langue</i> ]	Serge Moscovici [Representações sociais]

Quadro 4: Síntese dos recortes que contribuíram para o desenvolvimento do fenômeno das representações sociais

Fruto do alcance dessa teoria, existem também diversas críticas que contribuem para o amadurecimento dos estudos relacionados à representação social. Soares (2007) enumera alguns apontamentos que parecem questionar o determinismo das representações sobre o modo como a sociedade pode ser entendida, incluindo o próprio processo de nomeação. Um dos questionamentos é se a representação pela língua seria determinante para revelar o modo como a sociedade se vê. Sobre isso, o autor reflete que poderíamos estar presos demais ao significante. Além disso, cogita existirem outros processos na comunicação, para além de as pessoas colocarem suas visões sobre os objetos citados por elas.

Por tudo isso, esta pesquisa adota uma teoria, a vertente sociocognitiva do discurso, que defende fundadamente a existência de relações entre os objetos referenciados e as construções sociais inerentes a esse objeto. Esse processo não é tão arbitrário, mas sim fruto de um processamento de memória, construída socialmente. Ao propor a indissociável relação entre discurso, sociedade e cognição, acreditamos que a teoria sociocognitiva apresenta algumas respostas a esses questionamentos.

### **3 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA SOCIOCOGNITIVA DO DISCURSO**

O fenômeno da representação social alcança expressão mais clara na Análise Crítica do Discurso, principalmente nos trabalhos de van Dijk e de van Lewenn. Trata-se de uma grande contribuição à histórica concepção de representação social, que se localiza na possibilidade de análise das estruturas linguístico-discursivas que são construídas junto a essas representações. O primeiro autor, sob a concepção de que as realizações discursivas correspondem a escolhas representacionais, alia, pois, sociedade (culturas, crenças) e discurso; o segundo, a partir da proposta triangular de inseparabilidade entre sociedade, discurso e cognição, entende as representações sociais como um modelo instalado na memória de longo prazo, que reflete uma cognição social. Este capítulo destina-se, pois, a apresentar esses estudos.

#### **3.1 A Análise Crítica do Discurso como perspectiva engajada e multidisciplinar**

O surgimento da Análise Crítica data da década de 1990, a partir de um encontro de estudiosos, que incluíram Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Teo van Leeuwen e Ruth Wodak. Desse encontro, em que se definiram aspectos teóricos e metodológicos afins, fomentou-se uma rede de pesquisas e de publicações, a exemplo de *Discourse and Society*, de 1990, considerada marco desse movimento. O interesse que permeava todo o grupo estava na investigação crítica de como “a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem (ou no discurso)” (Wodak, 2010). Com bases na Linguística Crítica, caracteriza-se por um conjunto de estudos (investigações nas palavras de van Dijk), que se propõe precipuamente a analisar como são postos em prática o abuso de poder e a desigualdade, focando nos modos como são reproduzidos e como resistem socialmente. Apesar da diversidade de tendências de estudos, há princípios norteadores desses trabalhos, destacando-se: a) relações de poder são discursivas; b) discurso é histórico e ideológico, c) discurso é uma forma de ação social.

Dessa constatação, destacamos duas propriedades desses estudos. A primeira, sobre o caráter engajado da ACD, que exige dos analistas do discurso a consciência de um papel interventor na sociedade: “os analistas do discurso conduzem a investigação em solidariedade e cooperação com grupos dominados” (van Dijk, 2017, p. 20). Decerto, a produção científica da ACD alinha-se com atitude, pois centra-se em problemas sociais, mais especificamente no papel do discurso na produção e reprodução do abuso do poder ou da dominação. Para van Dijk, a constituição de poder, em sociedade, é necessária, porém, ao abuso, ele nomeia como “dominância”. O autor ilustra esse empreendimento da ACD por palavras, sempre presentes nas pesquisas com esse fim: “poder, dominância, hegemonia, ideologia, classe, gênero, raça, discriminação, interesses, reprodução, instituições, estrutura social e ordem social” (2016b, p. 21). A ACD, portanto, não nega, mas “defende a sua própria posição sociopolítica”, ou seja, é “enviesada”. Igualmente, nesta pesquisa, incomodamo-nos com os direcionamentos discursivos da cobertura jornalística e, mesmo entendendo que as estabilizações políticas e sociais fossem necessárias àquele momento, as polarizações nas representações sociais dos participantes podem ser entendidas como um abuso de poder discursivo. Nessa linha, van Dijk, por exemplo, desenvolveu diversos trabalhos, com ênfase no racismo.

A segunda característica da ACD que destacamos é o seu caráter multidisciplinar. Esse enviesamento requer muito rigor e a combinação das diversas teorias multidisciplinares para explicar as complexidades das relações entre discurso e estruturas sociais. Ao conceber as relações de poder como discursivas, é preciso que se considerem as teorias advindas da Sociologia, Psicologia, Antropologia, História, entre tantas outras. A própria menção de seus estudiosos à teoria crítica da Escola de Frankfurt, anterior à Segunda Guerra Mundial, como fonte de alguns princípios, já fincam a ACD como multidisciplinar.

Importante à ACD estão os estudos desenvolvidos por van Dijk, que relacionam o discurso à cognição e à sociedade. Os estudos linguísticos da década de 60 estavam fortemente impregnados pelo estruturalismo e pela semiótica francesa. Foi nesse ambiente acadêmico que van Dijk iniciou seus estudos voltados para a poesia surrealista, sob viés da Semântica Estrutural e de Greimas (van Dijk, 2017). O texto, tomado como objeto de estudo, então, era concebido a partir de um viés de gramática

do texto. No fim dos anos 60, a gramática gerativa de Noam Chomsky se inseria nos estudos linguísticos europeus, recebendo grande atenção de van Dijk. Do contato com essa perspectiva mentalista resultou a cogitação de que a linguística não correspondia ao seu interesse pelo processamento cerebral do texto, enveredando-o a estudos da psicologia. Daí surge o contato e a posterior parceria com o psicólogo americano de origem austríaca Walter Kintsch, com quem publicou inúmeros trabalhos. Essas publicações foram determinantes para responder aquilo que a gramática do texto ainda obscurecia.

Compreender as representações sociais construídas pela mídia capixaba, durante a paralisação da PM do ES, período em que poder e discurso moldaram completamente as opiniões públicas, requer esse caráter, tanto engajado, quanto multidisciplinar, da Análise Crítica do Discurso.

### **3.2 Atores sociais**

A noção de atores sociais está presente em van Leeuwen, conforme explanaremos a seguir. van Dijk, apesar de utilizar o termo “participante” do discurso, apresenta uma visão próxima. Ao conceber que os modelos mentais (conceito que será trabalhado também mais a seguir) não são uma construção apenas desenvolvida individualmente, acende uma visão de participantes do discurso como atores cognitivos. Para van Dijk, pois, essa construção sociocognitiva é aprendida, adquirida, nas interações sociais, por meio de crenças, conhecimentos, normas e valores compartilhados.

van Leeuwen (2005) demonstra a noção de ator observando o crescimento da visão funcionalista, a partir da década de 1920, presente na arquitetura, na sociologia, na linguística, cujo representante, Halliday, é influenciador, com sua teoria funcional da linguagem. Com relação à arquitetura, explana como as edificações, a partir desse período, passaram a ser determinadas pelos modos de vida. Na sociologia, retoma Durkheim, definindo as instituições sociais como funcionando para atender às necessidades gerais, não tanto dos indivíduos, mas da sociedade como um todo. Com o desenvolvimento do funcionalismo, clareou-se a ideia de que “as atividades das

partes funcionam para manter a unidade e coesão do todo, enquanto o todo funciona para satisfazer necessidades básicas das peças”. Assim, as ações humanas básicas, bem como suas necessidades, que se referem à individual, são regidas por imperativos culturais, internalizados pelas pessoas, o que se configura coletivo. Já na linguística, a visão funcionalista passou a entender cada uma das partes de uma cláusula não apenas com uma posição particular, mas também com um papel funcional, em relação com o todo. Destarte, para van Leeuwen, os imperativos culturais dinâmicos, muito mais que as singularidades individuais, são determinantes das pessoas, que atuam em determinada posição sociocultural. Fortalece-se, assim, a noção de atores sociais, já que há uma atuação, dentro das estruturas coletivas. Além disso, os atores são representacionais, ou seja, projetam, nos discursos, como são concebidos, se são valorados, se não o são, o que torna possível a descrição da representação social desses atores.

A partir disso, van Leeuwen (1996) estabelece categorias que nos permitem compreender como os atores sociais estão determinados em um discurso. Tal categorização se apresenta como um inventário, de natureza social e semântica ou retórica, que nos auxilia a identificar as representações. Os sentidos que emanam das escolhas representacionais têm natureza pan-semiótica, dado o seu caráter multimodal. Além disso, centra-os como polissêmicas, uma vez que só podem ser compreendidas em um dado contexto de uma cultura: o mundo social representado submete-se às significações dos grupos sociais em um determinado momento.

As categorias sociossemânticas são organizadas em redes de sistemas, tendo em vista que, partindo de duas categorizações mais amplas, Exclusão e Inclusão, van Leeuwen desdobra várias outras formas de representar os atores sociais. É importante frisar que o próprio autor apresentou novas formulações dessas categorias em republicações da teoria. Este trabalho recolhe essas categorias da publicação de 1996, visto que as modificações propostas não interferem nesta análise. Elas estão organizadas neste quadro:

CATEGORIAS SOCIOSEMÂNTICAS	DESCRIÇÃO	ALGUMAS REALIZAÇÕES LINGUÍSTICAS
Inclusão: Ativação e Apassivação	As referências aos atores sociais podem ser mais ou menos visíveis, de acordo com a natureza da agentividade que é construída. Na Ativação, a representação ocorre por agentes e verbos ativos e dinâmicos. A Apassivação, quer pela Sujeição (ator social sujeito), quer Beneficiação (ator social beneficiado), consiste na representação por meio da recepção da atividade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construções de cláusulas em voz passiva;</li> <li>• Referenciações por nominalizações ou nomes processuais;</li> <li>• Referências pelo lugar ou instituições.</li> </ul>
Inclusão: Personalização e Impersonalização	Na representação dos atores sociais, as referenciações podem ser mais específicas a eles ou por meio de referências a uma classe (referência genérica). Destacam-se aqui processos como Generalização e Especificação. Este último desdobra-se ainda em Individualização ou Assimilação (Agregação quantifica grupos e a Assimilação referencia por um substantivo contável).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização de plural sem artigo ou singular com artigo indefinido;</li> <li>• Uso de numerais quantificadores;</li> <li>• Referência por substantivos contáveis;</li> </ul>
Exclusão: Supressão e Encobrimento	Dois processos advêm dessa intenção de exclusão: <b>Supressão</b> , que consiste em uma exclusão radical, dada a inexistência de referências ao ator social ou a suas atividades, e o <b>Encobrimento</b> , quando é retirada a visibilidade das referências a determinado ator.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apagamento do agente da passiva;</li> <li>• Uso de orações infinitivas;</li> <li>• Referenciações por nominalizações ou por nomes processuais.</li> </ul>

Quadro 5: Algumas das categorias sociosemânticas (1996).

Revisitadas, ainda que brevemente, as categorias de análise das representações de atores sociais propostas por van Leeuwen, é importante a este trabalho buscar as concepções de representação social em van Dijk, por sua perspectiva sociocognitiva. Para o autor, os usuários de uma língua “representam as experiências e os eventos ou situações do dia a dia em modelos mentais subjetivos” (van Dijk, 2012, p. 91). Para

compreender esse trabalho, deve-se investir na investigação da relação entre discurso, sociedade e cognição, proposta por ele.

### **3.3 A proposta triangular: discurso, sociedade e cognição**

Uma contribuição dos estudos sociocognitivos desenvolvidos por van Dijk está em uma associação entre três fundamentais dimensões dessa vertente: discurso, sociedade e cognição. Reforçando a natureza multidisciplinar da ACD, ele propõe que as estruturas do discurso, leia-se sua composição, sua natureza, suas origens, diferem-se das estruturas sociais, como grupos, comunidades e instituições, mas esses componentes sociais são influenciados pelo discurso e os influenciam. Isso ocorre por uma interface mental. Por isso, os componentes cognitivos funcionam como processadores: se a realidade é representável e se o discurso constitui uma representação de um estado de coisas (van Dijk, 2016, p. 39), isso só pode ser intermediado pela estrutura de atividades cognitivas, incluindo o processamento de memória.

Assim, a proposta do triângulo discursivo (van Dijk, 2001) se baseia na relação entre discurso, sociedade e cognição como uma tríade. Isso significa que, numa situação de comunicação, os participantes ativam modelos mentais, que são representações na sua memória episódica, construídos socialmente. Assim, esses três vértices se interligam de modo indissociável. Entre os vértices do discurso e sociedade, há, porém, uma relação que não é direta, visto que ela recebe a interface da cognição. Por isso, valemo-nos de esquema ilustrativo elaborado por Tomazi e Natale (2015, p. 143), em que a proposta triangular é exposta:



Figura 1 - Tríade Sociocognitiva de ACD, de van Dijk

Fonte: TOMAZI; NATALE (2015, p.143).

Nessa representação, nota-se a linha pontilhada entre a sociedade e discurso, pela interface cognitiva, o que ilustra bem a posição de van Dijk quanto a essas três dimensões de sua proposta teórica. A fim de marcarmos essas definições, passemos a descrever, dentro da proposta sociocognitiva, os três conceitos basilares, a saber: cognição, sociedade e discurso.

### 3.4 O vértice da cognição

A cognição possibilita, como já se disse, a interface entre estruturas discursivas e estruturas sociais. Para compreender seu papel, é válido retomar as noções de cognição pessoal e cognição social, explanados na proposta sociocognitiva. De início, deve-se reconhecer o papel das subjetividades no processamento das informações colhidas no mundo. Desde o declínio da teoria hipodérmica – modelo de teoria da comunicação, fundada no behaviorismo, reconhecedor de uma ligação direta entre estímulo e resposta –, já se admite a seletividade operada pelo espectador, a exemplo da memória e da atenção seletivas. Essa subjetivação está relacionada à cognição pessoal, porque faz uso de aparelhos cognitivos e de processos neurológicos individuais. Porém, o conjunto de conhecimentos de qualquer ator social (ideologias,

crenças, entre outros) é constituído de representações que são construídas em sociedade e que são compartilhadas (van Dijk, 2016c).

Esses processos que constituem a cognição são operados por meio de modelos mentais. van Dijk assinala que a compreensão do discurso como ativação, atualização ou construção contínua de modelos mentais é bastante estabilizada já nos estudos da psicologia cognitiva (2016c).

Quanto ao discurso, os usuários da linguagem representam seus entornos por modelos mentais multimodais. Essa noção de modelos se baseia na ideia de que o cérebro, frente a uma vastidão de informações, advindas das “cenas, situações, eventos, ações, pessoas e objetos” do seu entorno, reduzem-nas e organizam-nas em termos de representações menos complexas, tomando por base aquilo que foi relevante àquela situação. As experiências diárias são, portanto, organizadas em modelos de experiência, por meio de processos como generalização e abstração. Esses modelos se tornam base do conhecimento que construirá os novos modelos de experiência. Ao buscar, portanto, compreender o entorno, os usuários da linguagem não o copiam fielmente, mas elaboram, atualizam, abstraem modelos, o que se torna relevante à presente pesquisa, que se propõe a analisar representações.

Os modelos mentais recebem, pela abordagem sociocognitiva, um pressuposto construtivista, isto é, pela atividade da memória, com base em informações linguísticas e visuais da experiência, as pessoas constroem modelos de situação, como, por exemplo, de um acidente, sejam elas espectadoras de um evento trágico (Experiências diretas ou imediatas) ou ouvintes de um relato dessa natureza (Experiências indiretas ou vicárias). Essa construção, tendo como base experiências anteriores, torna-se discurso efetivo, uma representação cognitiva do evento, que pode ser, é claro, fragmentada ou enviesada.

Esse trabalho cognitivo só é possível graças a uma propriedade da memória, já bastante estudada pela psicologia cognitiva: Memória Episódica, parte da memória de longo prazo que promove a representação por símbolos e signos. Decerto, a repetição de processos, advindos da experiência, tendem a ser estandarizados e abstraídos pelas pessoas, formando modelos mais gerais. Nesse caminho, ganham o poder de se descontextualizar de situações específicas: temos noções sobre como tomar café,

como fazer compras, como dar aula, como participar de uma festa, exemplifica van Dijk (2013).

Quando se pensa, no entanto, o participante do discurso, em uma situação específica, os modelos prévios de situação não são suficientes para explicar o processamento cognitivo da situação pragmática que o envolve. Desenvolve-se, a partir dessa constatação, a noção de modelos de contexto. Eles representam, nas palavras de van Dijk, “os aspectos do ambiente comunicativo, e, por consequência, os parâmetros sociais do uso da linguagem, definidos como relevantes para os e pelos participantes” (2016c). Isso significa que, embora se tenha estruturado algum nível de organização cênica espaço-temporal, advindo dos modelos de situação, o aqui-agora é representado mentalmente, de modo subjetivo, por cada participante, sendo capaz de definir que aspectos da comunicação vigente são relevantes. Nessa representação do contexto, são controladas as maneiras como os participantes vão gerir a interação e o discurso. Esses modelos mentais pragmáticos são também multimodais; também estão localizados na Memória Episódica.

van Dijk elabora uma proposta de categorias para a descrição do contexto, com a inquietação de a quais aspectos das situações de comunicação os usuários da língua estão atentos. Um esquema de modelo de contexto contribuinte para o entendimento das situações de comunicação está no quadro a seguir:

<b>Elementos dos modelos de contexto</b>
Ambiente: Tempo/Período, Espaço/Lugar, Entorno
Participantes
O Eu-mesmo <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Papéis comunicativos</li><li>▪ Tipos de papéis sociais, ser membro de um grupo ou identidades</li><li>▪ Relações entre participantes</li><li>▪ Crenças e conhecimentos compartilhados e sociais</li><li>▪ Intenções e objetivos</li></ul>
Ações / Eventos comunicativos ou de outra natureza

Quadro 6 – Elementos dos modelos de contexto (van Dijk, 2016, pp. 113-115)

Essas categorias contribuem para a compreensão de como os participantes analisam e representam subjetivamente seus entornos e as situações. Uma representação bastante relevante é o modo como o participante se vê, o Eu-mesmo. Se os modelos de contextos são construções subjetivas, egocêntricas, como cada participante se representa – falante, ouvinte e outros – é fundamental para cada modelo construído.

O “aqui” é representado pelo lugar e tempo em que ocorre o evento comunicativo. No próximo capítulo, que apresenta a análise, aplicaremos essas categorias às notícias de greve analisadas neste trabalho.

Voltando à compreensão da interface cognitiva, um exemplo de ação desse mecanismo entre sociedade e discurso, pela cognição, está no fato de que modelos de situação definem a coerência local e global. Assim, os significados de elementos do discurso, como troca de turno ou sequência das orações, são determinados por modelos de situação e por modelos de contexto. A coerência do discurso é fruto da capacidade dos receptores de construir um modelo mental sobre ele mesmo.

Assim, a interface cognitiva é executada: os participantes adquirem da sua experiência social modelos semânticos, localizados na Memória de Longo Prazo, e acionam modelos de contexto, pragmáticos, tomando por base concepções subjetivas do momento de interação.

### **3.5 O vértice da sociedade**

Esse funcionamento cognitivo, que inclui interpretação subjetiva de informações socialmente compartilhadas, é processado por pessoas, que interagem socialmente com diversos grupos, com instituições e, por conseguinte, com todo modo vigente de organização social. Por isso, a dimensão social é tão importante dentro da perspectiva sociocognitiva do discurso.

É dessas relações sociais que surge, por exemplo, o poder, outro relevante conceito dentro dos estudos críticos do discurso. van Dijk assinala que o poder é necessário nas relações sociais, mas, aos seus estudos, interessa especificamente o abuso de poder (ou “dominância”). O poder é entendido nessa abordagem em termos de controle de atos e de mentes dos grupos dominados. Ele se configura de acordo com os recursos empregados para exercê-lo: poder coercitivo, poder econômico, poder baseado no conhecimento. Para o autor, o discurso produzido pelos agentes poderosos se torna ilegítimo quando se enquadra em termos de consequências mentais negativas dessa dominação, produzindo ou perpetuando violações aos

direitos humanos ou civis ou promovendo desigualdade social e favorecimento dos que dominam.

Nesse sentido, é válido retomar a noção de controle. van Dijk assevera que, tradicionalmente, controle tem sido visto como controle sobre as ações dos outros. O “fiel da balança” que define se esse controle é abusivo está na questão dos interesses: se há ação na preservação dos interesses de um grupo, em detrimento dos dominados, está caracterizada a dominância ou abuso de poder. Como essa vertente teórica entende ação junto a situações comunicativas, o controle passa também a ser pelo discurso, sob o domínio de elementos do contexto ou do discurso. Fica evidente, portanto, a noção de discurso como forma de ação social.

Sob tais mecanismos, portanto, relações de poder são criadas e reproduzidas pelo discurso e ocorrem por meio do controle. Por isso, o discurso deve ser entendido como uma forma de ação. Nas ações de dominação, o autor destaca dois mecanismos: controle das estruturas típicas do contexto (controle do tempo, espaço, identidades, entre outros) e controle de estruturas típicas do discurso (gênero, tópicos, léxico). Um exemplo, relativo ao tema desta pesquisa, está nas entrevistas coletivas, as quais não foram convocadas por participantes da “greve”, como as “mulheres dos policiais”, enquanto o Estado, detentor do controle do discurso, realizava-as, controlando, inclusive, aspectos do contexto, como hora e lugar. Nas palavras de van Dijk, “um grupo pode ser definido em função da natureza de seu acesso ao discurso público e controle do mesmo” (2016c).

O controle do discurso não tem aplicações apenas nas práticas sociais, como, por exemplo, em uma situação de sala de aula, em que o professor detém o controle sobre o discurso e sobre elementos do contexto, mas pode-se dizer também que o discurso atinge o controle das mentes. Trata-se de um controle indireto e consequente do controle do discurso. Assim, conhecimento, atitudes, valores, ideologias, normas são vistos nesta vertente teórica como importantes desdobramentos dos controles das mentes. Esses componentes serão esclarecidos em seção seguinte; por ora, vale ressaltar que, se toda ação é determinada por ideologia, valores, entre outros, o discurso, que indiretamente os controla, é, decerto, é uma forma de agir em sociedade (van Dijk, 2012, p. 18).

Observa-se que essa visão de controle das mentes rompe, de certa forma, com como tradicionalmente a análise social, apoiada pelos estudos de Marx, tem sido feita: em termos de classe, sustentadas pelo controle dos meios de produção. O controle discursivo, em todas as suas possibilidades semióticas, gerencia as relações sociais. Por isso, a noção de hegemonia, definida por Gramsci, em *Prison notebooks*, embora não negada, é mais explicitada, já que, sob a perspectiva sociocognitiva, as ideologias são reproduzidas sob interesse dos grupos que estão no poder.

É importante também ressaltar que os grupos não são vistos, sob tal perspectiva, como estanques, independentes ou autônomos. As pessoas, então, fazem parte de diversos grupos, circulam entre eles e assumem aspectos do contexto, como as identidades, por exemplo. Isso ocorre de acordo com o que consideram relevante em cada situação de comunicação.

### **3.6 O vértice do discurso**

Embora este termo tenha sido utilizado desde as primeiras linhas deste trabalho, somente aqui reside enorme oportunidade de apresentar suas definições necessárias. Primeiramente, reforça-se sua presença na tríade: por meio da ação cognitiva, discurso e sociedade se sustentam e se modificam. Assim, é no discurso que reside o objeto maior de estudo dos analistas do discurso, embora, é claro, ele dependa dos outros dois vértices, multidisciplinarmente e indissociavelmente. Por isso, explica-se que estas três últimas seções, analisando cada elemento dos estudos sociocognitivos do discurso, em separado, intencionam apenas ser o mais didáticas possível.

Discurso é, sob a ação cognitiva e social, uma ação comunicativa baseada em representações sobre estados de coisas. Nesse sentido, não recebe grandes diferenciações do texto, que consiste em uma organização semiótica do discurso. van Dijk utiliza o termo “texto” ao se referir a uma publicação ou a uma fala proferida, por exemplo, mas seu interesse maior está no discurso.

Relativamente à sociocognição, é importante registrar os modos como são processados os discursos. Controlados pelos modelos mentais semânticos e pragmáticos, os usuários da linguagem estão constantemente envolvidos na

compreensão e na produção de palavras, orações, frases, sequências de frases, parágrafos e turnos de fala. O que ocorre é uma projeção, via funcionamento cognitivo, de modelos mentais sobre estruturas proposicionais, que, obviamente, são simplificações desses modelos. As relações causais e temporais envolvidas controlam localmente as sequências coerentes das orações. Outras estruturas discursivas, como cabeçalhos, títulos ou outros componentes tópicos, definem e controlam a coerência mais global. Retornaremos a essas estruturas discursivas em seguida. Reforçamos, agora, que o processamento do discurso, sob controle dos modelos mentais, é um fator imprescindível nesse enquadramento teórico.

O discurso é, em suma, forma de ação social, porque é uma forma de ação comunicativa, com vistas a situações sociais, e só pode ser compreendido em função das representações mentais dos participantes. Ele age em termos de controle, que conseqüentemente, age sobre a mente dos outros, influenciando atitudes, valores, ideologias, entre outros.

### **3.7 A polarização discursiva**

A proposta sociocognitiva do discurso também retoma o tradicional conceito de ideologia e o concebe em termos de cognição social. van Dijk propõe uma perspectiva mais social e política das ideologias, vendo-as como uma construção socialmente compartilhada, da qual as pessoas fazem uso em função de sua personalidade e experiência pessoal. Trata-se de crenças básicas, socialmente compartilhadas, que giram em torno de temas fundamentais ou preocupações da vida social, como vida e morte, sexualidade, gênero e etnia. Elas são adquiridas pelo discurso público, o que reforça o caráter sociocognitivo delas. Como as pessoas, funcionalmente, participam de diversos grupos, às vezes, defendem ideologias contraditórias, já que são influenciadas por referências distintas.

É importante ressaltar que as ideologias influenciam os discursos e as práticas sociais, mas não os determinam, uma vez que os modelos mentais de práticas sociais são controlados por diversas representações sociais e pessoais.

As ideologias se mostram socialmente por discursos polarizados. Por isso, van Dijk (2011) propõe um quadrado ideológico, que funciona na produção dos discursos. Trata-se de um trabalho de enfatizar características positivas do endogrupo (aquele do qual o “eu-mesmo” se considera integrante) e de enfatizar características negativas do exogrupo (aquele ao qual o “eu-mesmo” se contrapõe ideologicamente). Assim, evita-se uma imagem negativa sobre si e sobre seu grupo, ao mesmo tempo em que se busca imagem positiva sobre si e sobre seu grupo. Ilustrativamente, o quadrado ideológico que promove a polarização discursiva pode ser assim representado:

Enfatizar aspectos bons em Nós	Enfatizar aspectos ruins sobre Eles
(Des)Enfatizar aspectos ruins sobre Nós	(Des)Enfatizar aspectos bons sobre Eles

Quadro 7 – Quadrado ideológico / Polarização discursiva (van Dijk, 2011, p. 396.)

Esse quadrado ideológico mostra-se valioso às análises da presente pesquisa, já que, no capítulo seguinte, será defendida a ideia de que os discursos da mídia capixaba recorreram à estratégia da polarização na representação dos atores sociais envolvidos na “greve” aqui estudada.

### 3.8 O conhecimento na vertente sociocognitiva

Na proposta sociocognitiva do discurso, deve-se destacar também a noção de conhecimento. Sob tal enquadre, conhecimento, assim como atitudes e ideologia, é forma de cognição socialmente compartilhadas.

A rigor, toda produção e compreensão do discurso requerem posse e ativação de um vasto conhecimento sobre o mundo, tanto em termos de um conhecimento genérico quanto de situações mais específicas. Em notícias sobre a greve da PM, em 2017 no Espírito Santo, por exemplo, jornalista-redator e público leitor precisam acionar conhecimentos compartilhados, a exemplo de “Polícia Militar tem a atribuição de garantir a segurança” ou “O governador, Paulo Hartung, estava em recuperação de um tratamento médico”. Porém, cada discurso também traz informações novas, o que é, aliás, uma das funções das notícias. Assim, os leitores podem atualizar seus conhecimentos. Todo uso da linguagem é, portanto, uma ação de ativar e atualizar modelos depositados na memória.

Esse conhecimento guardado – que são de diversos tipos e que estão em constante atualização – é compartilhado por diversos grupos que compõem a sociedade, acendendo a noção de comunidade epistêmica, aquela que compartilha determinados saberes. Dentro delas, mostra-se importante o papel das organizações epistêmicas, como universidades, empresas jornalísticas, laboratórios e academias, na reprodução, regulação e legitimação do conhecimento socialmente compartilhado. Isso coloca o conhecimento como um componente importante do controle, que se faz pelo discurso e que produz o controle das mentes. Essa aproximação entre discurso e conhecimento permite averiguar de que modo conhecimentos novos e *common Ground* (termo em inglês para designar conhecimento compartilhado em status de consolidado, estabilizado) são controlados pelo discurso.

Esta pesquisa admite, portanto, que o discurso é a maior fonte de conhecimento humano. Também admitimos que ele é capaz de se constituir em critérios de verificação e de validação. No caso específico de notícias jornalísticas, discursos que são objeto de nosso estudo, a mídia jornalística tem sido capaz de definir como verdade o que publica, ativando e reconfigurando modelos mentais do seu público.

A existência de um conhecimento compartilhado é explicada por van Dijk (2016, p. 34) pela necessidade de sobrevivência. A evolução da nossa espécie se deveu, entre outros fatores, à interação cotidiana com elementos naturais e com o entorno social. Essa interação social é fruto de percepção fiável da situação e do contexto, de uma representação mental, a partir dos aparelhos cognitivos, dessas percepções e, por fim, de uma capacidade de uso da linguagem para comunicar essas informações a outros membros da comunidade epistêmica. Essas representações mentais são chamadas de crenças, que, em outras palavras, são percepções sobre si mesmo e sobre o entorno natural e social. A criação de uma representação mental não ocorre baseada em tentativa-e-erro, mas em critérios de fiabilidade: observação de repetição de situações ou escuta de relatos. Crenças fiáveis podem ser colocadas no status de conhecimento. Nas palavras de van Dijk (2016), conhecimento são

crenças compartilhadas por uma comunidade epistêmica e justificadas por critérios variáveis (epistêmicos) de confiabilidade histórica, contextual e culturalmente. (2016, p. 37. Tradução nossa<sup>15</sup>).

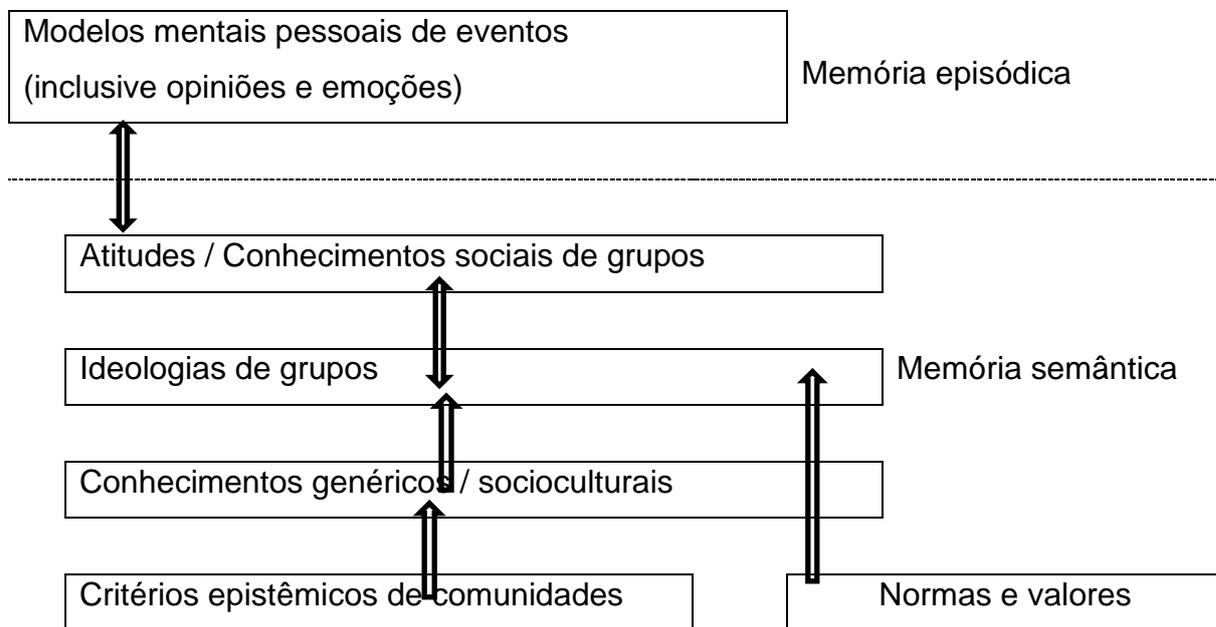
---

<sup>15</sup> Texto original em espanhol: “... creencias compartidas por una comunidad epistémica y justificadas por criterios (epistémicos) de confiabilidad histórica, contextual y culturalmente variables.”

Essa confiabilidade se dá pelo discurso produzido em sociedade. É nesse sentido que organizações, como as empresas jornalísticas, representando elites simbólicas, são determinantes na ativação de modelos mentais, construindo e ressignificando crenças junto aos seus públicos. Se as experiências cotidianas dos membros da maioria das comunidades contemporâneas são permeadas pelo discurso jornalístico, ele pode funcionar como agente de fiabilidade, criando conhecimento social.

Nesse sistema de produção de conhecimentos, elementos muito presentes na proposta sociocognitiva do discurso, como crenças, conhecimento, atitudes, ideologia, norma e valores se relacionam de modo sistêmico, não autômato. Também se constituem de modo funcional e não estanque, encrustado, perene ou universal. Os grupos sociais desenvolvem crenças específicas quando possuem um conhecimento sociocultural genérico em comum em toda a comunidade (o que explica graus variados de preconceitos, por exemplo, em grupos distintos). Para tanto, o conhecimento social é a base de toda a cognição. Estamos falando, portanto, do sistema de cognição social, que inclui crenças, ideologias de grupos e atitudes de grupo. Ao afirmarmos que esse sistema é funcional, estamos admitindo que as pessoas fazem parte de diversos grupos e, dessa interação, constroem seus conhecimentos. Essa construção considera os diversos mecanismos de fiabilidade das crenças.

Este esquema, retirado da própria obra de van Dijk (2016, p.143), contribui para a compreensão do sistema cognitivo funcional, o qual explicaremos a seguir:



Quadro 8 – Arquitetura da cognição social (van Dijk, 2016)

A partir do quadro, pode-se afirmar que a experiência das pessoas constrói modelos pessoais de eventos, incluindo suas emoções e opiniões pessoais, que estão localizados na memória episódica. Mas a seta vertical de dupla indicação demonstra que isso é influenciado pelas atitudes e conhecimentos sociais de grupos. O pontilhado sinaliza a interface cognitiva entre as interações sociais e os modelos de eventos. As atitudes e conhecimentos de grupos influenciam e são influenciados pelas ideologias de grupos, que, nesta proposta, são as crenças sociais básicas de um grupo, positivas ou negativas, que definem cognitivamente identidades e valores.

Essas ideologias são definidas por conhecimentos mais gerais, os socioculturais, portanto, conhecimentos mais estabilizados, que foram e são passados pelos critérios epistêmicos das comunidades. Também são definidores das ideologias as normas e valores de um grupo social.

Nesse sistema de cognição, as atitudes são importante categoria, porque elas se relacionam à aceitação ou não dos grupos. Elas são uma forma de crença socialmente

compartilhada sobre assuntos relevantes, devendo ser distinguida de opiniões pessoais. Elas se baseiam em esquemas gerais, como identidade de grupo, normas e valores. Para que qualquer assunto seja debatido, é preciso, de antemão, saber sobre o assunto. Por isso, são formas de cognição social representadas na Memória de Longo Prazo e compartilhadas por um grupo. Mas não podem ser confundidas com modelos mentais, como o de contexto, visto que as atitudes influem nos modelos, bem como nas opiniões.

### **3.9 Representação social como um modelo mental especial**

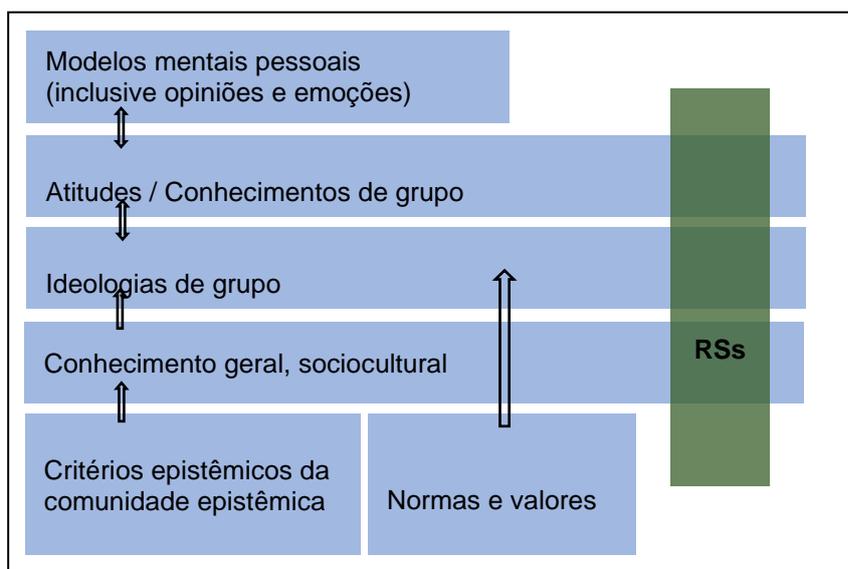
Entendido o sistema de cognição proposto por van Dijk, encontramos terreno solidificado para compreendermos a representação social nesta vertente teórica.

Primeiramente, destaca-se aqui que pouco se sabe sobre a estruturação e organização precisas das representações sociais. Algumas tentativas as explicaram em termos de *scripts* (Abelson, apud van Dijk, 2017). Na perspectiva sociocognitiva do discurso, representações sociais são um sistema de referências socialmente compartilhadas que compõem o sistema de cognição social. Além disso, são instrumentos estratégicos para a manipulação nas situações de interpretação e de interação. Elas são operadas por uma hierarquização de categorias nucleares, como Aparência, Origem, Perfil Socioeconômico, Personalidade, entre outros. Essas categorias criam conhecimento social, mas com uma informação avaliativa. O que se diz é que a cognição social cria opiniões sobre pessoas, grupos, práticas sociais, que os avalia, mas se constitui socialmente. Isso significa que toda representação social passou pelo processo de abstração, adaptação e normalização, deixando de ser uma visão sobre uma situação única e atingindo a cognição social. Por isso, as representações sociais se localizam na memória social.

Nesse processo, é importante retomar a noção de modelos de situação. Ao viver uma situação, os participantes fazem representações de pessoas, de eventos, de ações, que são a contrapartida cognitiva das situações. As representações sociais não estão nessa memória episódica, visto que foram sendo construídas socialmente, localizando-se na memória semântica. Mas os modelos de situação são cruciais para

se entender a interface entre cognição social e as percepções dentro de uma situação específica (van. Dijk, 2017, p. 101).

Observando as representações sociais no quadro ilustrativo da arquitetura da cognição social, pode-se fazer a seguinte proposta:



Quadro 9: Representação social, sob a perspectiva sociocognitiva (van Dijk, 2016, p. 156).

As representações sociais, portanto, localizam-se na memória semântica e perpassam as outras formas de cognição social, influenciando-as.

### 3.10 Notícia como discurso e como agente de fiabilidade de conhecimento social

As mensagens proferidas pelas empresas de mídia são tipos específicos de texto. Dentre elas, as notícias, bastante estudadas por teorias da comunicação e da linguística, receberam também diversas contribuições da AD, descrevendo e explicando de modo mais sistemático e explícito suas mensagens. A ACD, dada a multidisciplinaridade que marca tal empreendimento, buscou entender as relações entre essa compreensão estrutural, com várias características do contexto cognitivo e sociocultural.

van Dijk lembra que a maior parte do nosso conhecimento social e político e das nossas crenças sobre o mundo deriva das dúzias de relatos noticiosos que lemos ou vemos todos os dias:

Talvez não haja outra prática discursiva, para além da conversação quotidiana, que seja tão frequentemente exercida e por tantas pessoas como o são as notícias da imprensa e da televisão (van Dijk, 2017).

Em termos estruturais, o autor descreve o que chama de superestrutura das notícias, que está organizada neste quadro:

<b>ESQUEMA HIERÁRQUICO DAS NOTÍCIAS</b> [COMPOSTO POR CATEGORIAS CONVENCIONAIS]		
<b>SUMÁRIO</b>	<b>TÍTULO</b>	“Mendis foi posto no avião enquanto a polícia enfrentava a fúria da “turma a soldo”: 2 macroproposições (Tópicos)
	<b>LEAD</b>	
<b>CONDIÇÕES</b>	<b>ACONTECIMENTOS PRINCIPAIS</b>	Dão mais detalhes dessas duas macroproposições. É característico dar-se pouca atenção às condições sociais e políticas dos acontecimentos, mas fornecerem muitos detalhes sobre manifestantes e os seus defensores trabalhistas.
	<b>CONTEXTO GERAL</b>	
	<b>HISTÓRIA BREVE</b>	
	<b>REAÇÕES VERBAIS</b>	São frequentemente enviesadas por meio da escolha das fontes e dos usos dos textos-fonte.
	<b>COMENTÁRIOS</b>	Aparece de forma descontínua no texto, por meio de várias descrições negativas.

Quadro 10 – Superestrutura das notícias: quadro elaborado a partir de van Dijk, 2017, p. 67)

Essa divisão do discurso apresenta o conteúdo semântico global, por partes, estabelecendo uma espécie de hierarquia das informações. Tal topicalização, que marca todo o texto, mas que se inicia no título, é um dos fatores que corroboram o viés de interesse dos redatores, enquanto elite simbólica, o que coloca a notícia como bastante profícua a análises.

Também importante, dentro do quadro teórico da vertente sociocognitiva do discurso é a relação entre notícia e conhecimento. Ressalta-se que a maioria dos acontecimentos relatados pelos jornais não são vivenciados pelas pessoas gerais. Assim, ao se ler uma notícia, a compreensão forma um modelo daquele evento e, lendo diversas outras notícias sobre aquele assunto, infere-se, pela generalização e pela abstração, um conhecimento mais geral. O inverso também ocorre: ao ler uma notícia sobre determinado assunto, utilizam-se conhecimentos mais gerais para a

compreensão e para criação do modelo de situação vigente. “Logo, a notícia é uma complexa interação entre conhecimento conhecido e desconhecido, e será nossa tarefa examinar essa e outras distinções em mais detalhes” (van Dijk, 2005).

Para tanto, uma das formas de acessar esses discursos é pela análise das estruturas linguístico-discursivas. Como se sabe, a língua dispõe de elementos estruturais que são invariáveis, como a posição do artigo em relação a seu substantivo. A análise deve se concentrar, no entanto, nas estruturas variáveis, uma vez que são projeções de representações mentais que foram construídas socialmente.

(...) os Estudos Críticos do Discurso (ECD) se concentrarão, em geral, naqueles sistemas e estruturas da fala ou da escrita que podem variar em função de condições sociais relevantes do uso linguístico, ou que podem contribuir para consequências sociais específicas do discurso, tais como influenciar crenças e ações sociais dos ouvintes e leitores. (VAN DIJK, 2010, p. 14)

Por exemplo, na descrição de um ator social, a referência feita a ela, as modalizações, as marcas ou ausências de agentividade, as escolhas dos tópicos constituem elementos reveladores de crenças, de ideologias e de representações sociais. O autor, até o momento de registro desta pesquisa, não elaborou uma lista fechada dessas estruturas, porém, ao longo de suas obras, propôs análises e até enumerou diversas possibilidades. Por exemplo, ao analisar notícia como discurso, sugere algumas categorias prototípicas que são reveladoras de modos de pensar dos produtores de notícia ao escrever para seu público.

Nesse projeto analítico, a semântica textual é destacada pelo autor. Ela é composta de coerência local e de coerência global:

**Coerência local:** A relação referencial entre as proposições e os conceitos que elas representam se organiza nos chamados *scripts*: “elos” entre conceitos as proposições do texto, que é, por assim dizer, um iceberg semântico do qual só o cume é expresso, já que pressupõe que os leitores conhecem a outra informação. Também há uma relação funcional, quando associamos partes do texto, como por Especificação, Paráfrase, Contraste ou Exemplo, sendo o primeiro mais recorrente em notícias, já que descrever mais ou menos os atores sociais implica representações mentais pré-existentes. Como analisaremos títulos de notícia, que se constituem de enunciados

curtos, às vezes nominais, essas categorias só poderão ser realizadas se se tomar toda a notícia. Por isso, ela, aqui, será pouco explorada.

**Coerência global:** É conhecida pelo que hoje chamamos de tema e de tópico. Após qualquer leitura, é possível representá-la em proposições, ou seja, o que, afinal, foi dito. Essa propriedade de tematizar ou topicalizar discursos é possível graças a processos, como seleção, abstração e outras operações de redução, tomando como critério a relevância.

**Léxico:** constitui-se poderosa categoria, já que influi no modo como são referenciados os atores sociais, por meio de palavras ou expressões que os designam. Decerto, o que dizem os itens lexicais “mulheres dos policiais”, em vez de, por exemplo, “familiares dos policiais” ou “policiais grevistas”, em vez de “PMs”? Esta categoria se mostra, portanto, bastante produtiva às análises que virão.

**Implicações:** van Dijk as assinala como uma das noções mais poderosas na análise crítica das notícias. Decerto, a informação de um texto não está explicitamente expressa, mas é deixada implícita. Assim, palavras, frases e outras expressões textuais podem implicar conceitos ou proposições que podem ser inferidas com base no conhecimento que a todos é comum. Esse traço tem implicações ideológicas, já que a análise do não-dito é, por vezes, mais reveladora do que o estudo daquilo que está na materialidade do texto.

**Estilo de composição:** recortaram-se dois elementos a serem analisados: sintaxe e figuras retóricas. Com relação ao primeiro, embora grande parte dos elementos de uma sentença obedeçam à gramaticalidade da língua portuguesa, algumas inversões e variações de vozes verbais podem sinalizar representações mentais sobre os atores sociais. Assim, serão analisados em quais títulos os agentes são claros e em quais eles aparecem subentendidos. Relativamente ao segundo elemento, as figuras retóricas, gravidade de um evento complexo, como este analisado neste trabalho, é expressa por emoções, desconfianças, confianças, indignações, cobranças veementes. Por isso, os títulos frequentemente recorreram a esse tipo de dispositivo, sobretudo na fase de maior acirramento da crise de segurança. Para van Dijk (2015), as metáforas e metonímias assinalam opiniões dos repórteres sobre diversos elementos do contexto: os atores das notícias, os acontecimentos reportados, as

características da situação social e comunicativa, as pertencas de grupos dos falantes, a dimensão cultural da linguagem do texto (popular, sério...), entre outros.

**Jogo de números:** pode-se observar como a descrição dos fatos noticiados recorre ao discurso estatístico. Ainda que esses elementos estejam mais produtivos no corpo da notícia, por vezes, eles compõem os títulos.

Assim, pode-se alcançar análise mais abrangente: houve polarização discursiva? Como isso contribui para a representação social dos atores? Em conjunto com as outras categorias descritas, será possível analisar os cinco atores sociais a que esta pesquisa se destina: o Estado, os policiais militares, as “mulheres dos policiais”, a população e os comerciantes.

Para concluir esta seção, apresentamos, em resumo, as categorias para nossa análise:

CATEGORIAS DE ANÁLISE		
Nível Micro	Léxico	Trata-se de uma categoria muito sensível em se tratando de discurso tendencioso. Por meio das referências, mostram-se as identidades sociais, as relações, os estados de espírito, as emoções, os valores, as opiniões e atitudes, os propósitos, o conhecimento, entre outros.
	Implicações	Os implícitos, preenchidos com o conhecimento socialmente compartilhado, são importantes à descrição dos atores.
	Sintaxe	A maneira como se sequenciam os termos de uma frase pode ser um indicador de discurso tendencioso. É possível enfatizar ou atenuar ações manipulando os termos que ocupam as posições mais importantes e de maior visibilidade da frase. Vozes do verbo, constituição de sintagmas nominais, topicalizações diversas podem ser analisadas.
	Figuras retóricas	É possível verificar o uso e os efeitos de personificações, metáforas, hipérboles, ironias. Especialmente em notícias que causam comoção popular, esse tipo de recurso é bastante explorado.
	Jogo de números	A quantificação expressa por números confere credibilidade ao discurso. Por isso, é frequentemente utilizada pela mídia, seja para expressar chocantes números, seja de mortes, seja de prejuízos financeiros
Nível Macro	Polarização discursiva	Essas estruturas linguístico-discursivas operam uma polarização, de acordo com o Quadrado Ideológico proposto por van Dijk.

Quadro 11 – Categorias de análise. Elaborado pelo autor, a partir de van Dijk 2017.

### 3.11 Greve e notícias de greve, eventos sociocognitivos

Na pesquisa biográfica desta dissertação, não foram encontradas referências de van Dijk, representante da vertente sociocognitiva do discurso, para paralisação de alguma categoria trabalhista ou para notícias sobre greve. Sua explanação teórica sobre o discurso, sociedade e cognição nos autoriza, a despeito disso, a analisar as greves e as notícias sobre uma greve, sob uma perspectiva sociocognitiva. Algumas dessas aplicações estão organizadas no quadro a seguir, que traz premissas sobre como estamos entendendo esses fenômenos sociais e discursivos.

<b>GREVE</b>	<b>NOTÍCIAS SOBRE GREVE</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• São fenômenos sociais que obedecem a modos como eles são organizados na cognição social;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• São eventos comunicativos, frutos de como o movimento é representado na cognição social;</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Existe uma representação social de greve construída historicamente e realimentada por instituições vigentes;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• As notícias ativam, constroem, reconfiguram modelos de situação, por meio do controle discursivo e do contexto, influenciando a cognição social sobre a greve;</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Paralisações de uma categoria estão submetidas a diversos fatores socioeconômicos, como condições das instituições (Estado, empresas, sindicatos);</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Empresas jornalísticas são, acima de tudo, uma organização, com interesses próprios;</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Greves são avaliadas por crenças e atitudes, que influenciam e são influenciadas pela opinião pública.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Empresas jornalísticas são constituídas de pessoas, em seus grupos sociais, e os representam, geralmente, positivamente, apresentando avaliações sobre o movimento grevista, em consonância com crenças, ideologias, atitudes do grupo que representam.</li></ul>

Quadro 12 – Concepções de greve e de notícias sobre greve, sob a sociocognição. Elaborado pelo autor.

Essas categorias de análise, como se vê nesse quadro, possibilitam uma análise que levam em consideração o nível micro, para se chegar à estratégia da polarização discursiva. A partir delas, pois, e tendo alguns conceitos sido explanados neste capítulo, pode-se proceder à apresentação das categorias de análise, bem como da descrição das representações sociais nas notícias da greve de 2017.

## 4 AS ANÁLISES

Este capítulo, como já informa o título, destina-se a registrar as análises feitas sobre o *corpus*, já apresentado no primeiro capítulo. Primeiramente, buscou-se compreender quais elementos podem influir nas representações mentais dos participantes dos discursos produzidos. Em seguida, os cinco atores, alvos desta pesquisa – o Estado, a população, os comerciantes, os policiais e as “mulheres dos policiais”, – serão descritos por suas representações nesses discursos.

### 4.1 Representações mentais dos participantes, segundo as categorias de modelo de contexto

A primeira providência tomada, frente ao desafio de compreender os discursos que foram produzidos durante a paralisação, por 22 dias, das atividades policiais no estado do Espírito Santo e as representações sociais dos atores que dela participaram, foi tentar descrever os modelos de contexto criados nesse evento complexo. Duas dificuldades são iminentes: a primeira é referente ao número de textos escritos nesse período, que se sequenciavam, retomando eventos anteriores e apresentando novos desdobramentos – estes dependentes daqueles –; a segunda dificuldade consiste em descrever modelos de contexto possíveis em um evento complexo.

Buscando sanar o primeiro obstáculo, aceita-se nesta pesquisa que, por mais que os títulos analisados mantenham relações idiossincráticas com o texto noticioso, eles compõem uma teia que produzem uma unidade de sentido. O que se diz é que, aqui, intencionou-se descrever modelos de contexto da “greve” como evento único. Essa intenção macro tem validade nesta pesquisa, porque aqui se busca a análise da representação social de participantes do discurso. Tal representação não é criada apenas pela escrita ou leitura de uma notícia, mas, sim, pela sucessão sequenciada de descrição desses atores, de definição e de recorte de suas falas, de escolhas de determinados tópicos em detrimento de outros etc. Este capítulo apresenta, pois, as representações de atores (re)construídas ao longo dos 23 dias de cobertura jornalística.

Propõe-se, então, descrever modelos de contexto de um evento representado pela mídia capixaba ao longo de 23 dias. Para isso, valemo-nos do oferecimento, por van

Dijk, de categorias de elementos que podem definir a maneira como os participantes do discurso compreendem o aqui-agora do evento comunicativo, que se relacionam com os modelos de contexto (2012). É, portanto, possível proceder a tal análise aplicando-a sobre o evento complexo, o de 23 dias de cobertura. Os tópicos a seguir, destinam-se, pois, a apresentar essa análise:

- **Ambiente:** Era o ano de 2017. O mês de fevereiro se caracteriza tradicionalmente, no Espírito Santo, pela volta às aulas, pelo fim de férias de diversos trabalhadores dos setores da educação, do Judiciário e do Legislativo. Todos os anos, esse mês é símbolo de retorno à normalidade produtiva e, embora seja ainda verão e o Espírito Santo não esteja entre as maiores economias do País, as cidades desse estado alcançam uma movimentação maior de pessoas, de veículos e de transações comerciais e financeiras. Trata-se de um fim de temporada de férias. Ainda sobre o ambiente, em 2017, após uma semana de volta às aulas, nos principais colégios do estado, uma notícia surgiu informando mobilização de familiares de policiais, que impactara a rotina de trabalho dos policiais, movimento que cresceu ainda no fim de semana, criando alguma incerteza de que a segunda-feira, 06/02, seria um dia de funcionamento normal da vida. Com a evolução sistêmica do fechamento dos batalhões, de onde saem viaturas e policiais para a segurança de rua, seguiram dias de relatos e de análises pelas empresas jornalísticas do estado, do País e até do mundo. Sem sair de casa, a população foi tomada por fortes emoções: medos e incertezas, inclusive de continuidade de fornecimento de mantimentos básicos pelo comércio local. O período de paralisação durou de 06 a 25/02. No ano desse evento complexo, os setores produtivos conviviam com um cenário econômico de queda do Produto Interno Bruto, do ano anterior: atingiu em valores correntes a marca de R\$ 109,2 bilhões, com queda em comparação com o ano de 2015, segundo o Instituto Jones dos Santos Neves<sup>16</sup>. Em relação ao Brasil, o PIB de 2017, ano em que ocorreram as paralisações da PM, representou 1,7% do PIB nacional<sup>17</sup>. Esses dados

---

<sup>16</sup> Dados disponíveis em: [http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/6397#:~:text=Em%202016%2C%20o%20Produto%20Interno,rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20ano%20de%202015](http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/6397#:~:text=Em%202016%2C%20o%20Produto%20Interno,rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20ano%20de%202015.). Acesso em: 20 ago. 2020.

<sup>17</sup> Dados do Portal da Indústria, mantido pela Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes). Disponível em: <https://portaldaindustria-es.com.br/publicacao/370-o-pib-do-espírito-santo-e-a-participacao-da->

demonstram que a atividade econômica do estado, que possui uma população estimada de 4.064.052 pessoas e densidade demográfica de 76,25 hab/km, sendo metade dessa população moradora da Região Metropolitana da Grande Vitória,<sup>18</sup> é poderosa e representativa para o País. O Espírito Santo se localiza na região Sudeste, junto ao Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, grandes centros econômicos do Brasil.

- **Participantes do discurso:** os discursos ocorrem entre um público leitor e uma empresa jornalística emissora. O público capixaba leitor de A Gazeta se caracteriza por pertencer às classes mais socialmente favorecidas: a elite econômica, política e intelectual, incluindo estudantes e líderes religiosos, comunitários, entre outros. Trata-se de um jornal que se constitui menos popular que vários outros, mais voltados à leitura rápida, em terminais de ônibus, por exemplo. A Gazeta, como todo jornal, contém seus jornalistas, que reproduzem os interesses comerciais e políticos da empresa. O público capixaba pode ser entendido pela constituição econômica do lugar: há muitos comerciantes, funcionários públicos, militares, prestadores de serviço de toda natureza.
- **Eu-mesmo:** O modo como se constituem as identidades, no evento complexo analisado, deve considerar toda a história do desenvolvimento institucional da empresa jornalística: fundado há quase um século, o jornal se coloca com grande credibilidade junto a seu público. Os jornalistas que nela trabalham produzem discursos com a certeza de que vão ecoar como verdades junto ao público. Um fator muito decisivo à produção desses discursos está no seu caráter de temporariamente hegemônicos: durante a “greve” as mensagens por WhatsApp, assim como as postagens em redes sociais, tiveram sua credibilidade comprometida, pois logo se circularam muitas notícias falsas, recorrendo a cenas de assalto ou caos advindos de outros momentos de caos anteriores. Assim, as empresas jornalísticas do estado reforçaram o status de produtora de “verdades”, pois público-leitor e jornalistas-redatores se constroem em uma relação de confiança. Os interesses defendidos pelos profissionais passaram, então, a

---

industria#:~:text=Em%202017%20o%20PIB%20capixaba,ranking%20dos%20maiores%20PIBs%20e%20estaduais. Acesso em: 20 ago. 2020.

<sup>18</sup> Dos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

coincidir com os da população em geral: busca da estabilidade frente à crise aberta com a paralisação dos PMs.

- **Ações:** A grande parte das decisões governamentais, das ações dos manifestantes, dos posicionamentos de instituições fiáveis, entre outras, o grande público jamais teve acesso por participação direta. Por isso, salvo a pessoas diretamente envolvidas com a paralisação e com sua repercussão, todas as demais dependiam dos meios de comunicação para se informar. Os 22 dias de paralisação trouxeram uma sequência de eventos, comunicativos ou não, que alteravam ou consolidavam crenças sociais.

A partir desse levantamento, pode-se caracterizar os participantes dos discursos dentro de uma relação hierárquica, assimétrica, em que A Gazeta escolheu o que falar e quem poderia falar. Frente à quase hegemonia de seus discursos, o público teve sua construção de modelos mentais semânticos fortemente determinada pelo que era publicado nesse veículo. Relembra-se que toda a análise será feita a partir de uma divisão, já apresentada no primeiro capítulo:

1. Primeiras menções
2. Foco nos impactos
3. Polarizações
4. A força do Estado
5. Alvos definidos e discursos de paz
6. Anúncios do fim

Após análise das representações sociais de cada ator estudado, serão feitas as devidas justificativas para esta divisão.

## **4.2 O Estado, o grande estabilizador**

Os modos como o Estado, incluindo os três poderes, mas principalmente o Poder Executivo, mais diretamente ligado à polícia como corporação, foi representado se constituíram de variações, à medida que a crise se acirrou. Por isso, ao longo das cinco fases que serão analisadas, vão se fortalecendo determinadas representações e se apagando outras.

Assim, durante os primeiros momentos de “greve”, a primeira menção à mobilização dos familiares não focalizou muito o Estado, mas sim a manifestação dos parentes de policiais. Isso porque acionaram-se, no público, crenças e opiniões relativas às condições de trabalho dessa categoria. Então, o Estado, inicialmente apenas o Poder Executivo, foi representado por Exclusão por Encobrimento, sob as categorias sosiossemânticas propostas por van Leeuwen (1996).

Analisando o primeiro dia de cobertura, no título, “Mulheres de PMs protestam por reajuste para maridos”, por implícito, infere-se que as condições de trabalho não estão sendo garantidas pelo Estado, já que a Polícia Militar é uma instituição subordinada ao Governo do Estado. O que foi tematizado nesse primeiro momento, portanto, foi a constatação de que a condição salarial de um policial é tão indigna, que suas esposas tomaram uma ação drástica: mobilizar-se.

No dia seguinte, essa representação implícita e negativa evoluiu para: 1. responsabilização por falhas estruturais na corporação (“Quase metade da folha da PM é para aposentados”) e 2. uma necessidade de resposta do governo ao público (“Parentes fazem protesto, e Polícia Militar para no ES”). Nessas manchetes, de capa, não há uma representação por Inclusão, mas a expressão “folha da PM” se relaciona com “reajuste para maridos” do dia anterior e do corpo desta notícia.

Dentro dessa edição (segundo dia de cobertura), uma página, ao fim da cobertura, concede voz a agente do Estado, o secretário de Segurança, André Garcia<sup>19</sup>, que, em entrevista ao lado do Coronel da Polícia Militar, adota um tom de escusa, responsabilizando os policiais pela ação e não assumindo o discurso de responsável pela situação da categoria: “Segurança pública foi afetada”, em discurso direto e “Policiais em ato podem ser punidos”. Observa-se, nessas sentenças, ao utilizar como título, mesmo que numa seção interna do jornal e após toda a repercussão e fala de representantes do movimento, que as culpas do Estado já vão sendo eliminadas. O item lexical “segurança pública” aciona modelos mentais relacionados à coletividade e não às estruturas administrativas do Estado, gerenciador da corporação. O uso da voz passiva, sem o agente marcado, provoca a inferência de que o movimento estaria afetando a segurança coletiva. Na outra fala, o qualificador “em ato” constitui

---

<sup>19</sup> Em abril de 2018, André Garcia deixou o cargo de secretário de Segurança Pública, que atualmente é ocupado por Alexandre Ofranti Ramalho. Fonte: <https://sesp.es.gov.br/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

estratégia argumentativa de não estabelecer relação entre o movimento e a corporação como um todo. Apesar, portanto, de uma representação negativa do Estado, mesmo de maneira implícita, na capa e nas páginas anteriores à da fala do Secretário, a cobertura do dia 05 de fevereiro já inicia uma construção de representação do Estado como o estabilizador dessa crise.

O agravamento da crise de segurança levou a edição do dia 06 de fevereiro (Fase 2 – Foco nos impactos) a apostar nas consequências de um estado sem policiamento. Grande parte das notícias trouxeram, topicalizados pelos títulos, os agravamentos em todas as esferas. A manchete principal desta edição “Estado vai à justiça e suspende negociação” não demonstra a maioria dos conteúdos do interior, como já se disse, focado nos impactos da paralisação. Mas, embora essa edição não desse visibilidade ao Estado, uma página do interior, a despeito do foco da capa, trata das ações do poder público. Reforça-se que, se, nas edições anteriores, o Estado aparecia por encobrimento nas reivindicações dos trabalhadores e de seus familiares, a representação do Estado agora, ao menos no título “Estado vai à justiça e suspende negociação”, é por Inclusão e mostra-se detentor de força para impedir o movimento. Nenhuma responsabilidade é mais, nem mesmo implicitamente, atribuída ao Estado. O outro título, interno, que inclui explicitamente o poder público, demonstra-o também forte e ameaçador: “Governo engrossa tom com cenário alarmante”.

Em ambos (“Estado vai à justiça e suspende negociação” e “Governo engrossa tom com cenário alarmante”), essa representação se constrói por estruturas linguístico-discursivas. As estruturas sintáticas adotadas são todas agentivas, com o sujeito claro das ações. Os verbos demonstram providência. No 1º título, chama a atenção o uso do operador “e” ligando duas cláusulas e construindo já o efeito da ação do poder público: interferir no andamento do movimento. Essa interferência é feita lexicalmente pelo verbo “ir” que aciona a ideia de movimentação e “engrossar”, que demonstra força. Recursos retóricos foram utilizados na manchete, como forma de apelo ao tom dramático que a crise de segurança já imprimia junto ao público: “engrossa” e “alarmante” suscitam ações severas para momentos difíceis. A forma verbal “suspende”, apesar de, por conhecimento de mundo, levar o leitor a entender que a Justiça agiu, encontra-se em uma cláusula consecutiva da ação de “ir à justiça”, que foi atribuída ao Estado. Essa topicalização desses elementos linguístico-discursivos nos permite afirmar que a representação inicial de Estado como corresponsável da

crise evoluiu para Estado providente e com força capaz de interferência. Está em curso a representação construída ao longo dos dias de cobertura: o Estado é o grande estabilizador da crise.

No terceiro grupo de títulos (fase 3: Polarizações), sobressaem-se os heróis e vilões da paralisação. Essa fase é determinante para as representações dos atores envolvidos. Por dois dias, 07 e 08 de fevereiro, tomou força o projeto argumentativo de culpar os manifestantes e salvaguardar o Estado. Decerto, no dia 07, fica clara a fixação de uma representação positiva do poder público, enquanto, no dia seguinte, são definidos os “vilões” da paralisação.

Esse projeto argumentativo se deixa revelar, na edição de 07 de fevereiro, pelos usos que são feitos do operador argumentativo *e*. Nas sentenças “Homens da Força Nacional e das Forças Armadas chegam e começam a patrulhar as ruas das cidades” e “Deputados criam comissão e cobram diálogo”, as orações complexas, representativas das ações *chegar/começar* e *criar/cobrar*, são estruturadas pelo operador *e*, que constrói uma ideia de ações sequenciadas, em uma relação de sucessão, sendo a 2ª ação necessariamente dependente da 1ª. Essa construção cria conteúdos proposicionais relativos a providências do poder público: *chega e começa, cria e cobra*. Essas ações são devidamente marcadas por uma agentividade clara: “Homens da Força nacional e das Forças Armadas” e “Deputados”.

Ainda sobre os títulos do dia 7 (“Homens da Força Nacional e das Forças Armadas chegam e começam a patrulhar as ruas das cidades” e “Deputados criam comissão e cobram diálogo”), em termos lexicais, “Homens” remonta uma memória histórica de guerra, em que os homens (assim despersonalizados, mas compondo um “exército”) iam a campo para defender determinada população. Os nomes próprios compõem a representação desses funcionários federais, incluindo-os em duas instituições poderosas: as Forças Armadas e a Força Nacional. Não estão em jogo aqui, portanto, quem são essas pessoas e como elas foram preparadas, mas sim, a intervenção do Governo federal, que oferecia recursos humanos organizados.

Compondo ainda essa representação de capacidade de ação, técnica, organizada e poderosa, as referências às corporações, às ações e aos alvos de suas ações são criadas, buscando-se mais expressões de uso técnico, como “patrulhar”. Mais adiante, ver-se-á que as cláusulas que descrevem a população e suas ações são impregnadas

de figuras retóricas, ao passo que aquelas referentes ao Estado foram construídas sem esse apelo à emoção. Nomes de corporações, termos técnicos e ações sucessivas alcançam, junto ao público, segurança.

Na mesma edição, do dia 7, as providências tomadas pelo Estado são anunciadas, junto a uma avaliação da população: “Exército vai para as ruas”, “Aplausos para o exército nas ruas”, “Tropas federais no estado pela 3ª vez”, “Troca de comando em tempo recorde”, “PMs do administrativo vão atuar nas ruas” e “Guardas municipais reforçam segurança” compõem a atuação do Estado, grande projeto comunicativo da edição de 07/02. Percebe-se a agentividade dos verbos cujas ações (positivas) são executadas por alguma instituição pública, apenas excetuando-se “Troca de comando em tempo recorde”.

A edição de 08 de fevereiro é uma das mais decisivas na construção das representações sociais ao longo da paralisação. O dia anterior teria sido de inúmeros eventos sociais e de acirramentos. A edição focalizou, por meio de seus tópicos sentenciais e de temas, não as ações do Estado, mas o oferecimento de um menu de perturbadores à paz social: “mulheres”, saqueadores, atiradores, manifestantes.

No interior da edição (dia 8), a constatação: “Chegada das forças federais não freia violência”. A sequência de títulos, dos principais aos secundários, dos de capa ou de interior, demonstram, no entanto, que o fracasso não se deve ao poder público, mas aos diversos outros agentes, que mantêm o caos. Os títulos dessa edição serão pormenorizados nas análises dos outros atores sociais. Para a descrição do Estado, a que destina esta seção, importa a compreensão de uma representação que não inclui responsabilização pelo caos instalado.

Na sequência, as edições seguintes reforçam esses alvos da culpa pelo caos e o poder público como o estabilizador. No dia 09 de fevereiro (Fase 4 – Força do Estado), a manchete da edição não deixou dúvidas dos culpados e dos providentes: “General assume o controle da segurança”. Nessa cláusula, com força na afirmação, há uma composição que demonstra uma atuação positiva do Estado: “General” (alta patente), “assume” (providência convincente), “o controle” (assim, com o determinante, amplia a convicção de providência decisiva) e “segurança”, intencionalmente ambígua (pasta administrativa da segurança ou a paz coletiva?).

Essa edição, a do dia 09, é marcada por um evento relevante: o retorno do governador à agenda pública, após ter realizado um procedimento médico delicado. Observa-se que a ausência do chefe do Executivo estadual não tomara relevância nos títulos das edições anteriores. Porém, sua aparição, nas emissoras de TV, modificou absolutamente a representação do Estado, definitivamente construído como controlador da situação.

A edição do dia 09/02, então, refletiu essa representação de retomada do controle pelo Estado: “Hartung: ‘é uma chantagem aberta’” apresenta uma citação direta de um trecho de entrevista coletiva concedida, ainda sob imagem de debilidade de saúde. A fala aponta para culpados que não era o Estado: criticam-se as ações dos manifestantes (policiais e seus familiares), construindo-se a estratégia de polarização.

Outra citação direta obedece a esse projeto polarizador: “Sequestraram a liberdade do cidadão”. Paralelamente, “Hartung deve reassumir na próxima semana”, reforça a ideia de que a presença do governador marcou definitivamente os novos rumos da paralisação, oferecendo apoio ao estabilizador. Inclusive, a estratégia de centralizar as definições no governo do estado suplantou o investimento na credibilidade das ações federais, tão presente nas edições anteriores: “Não houve intervenção federal”, analisa o governador. A centralização no governador Paulo Hartung produziu também uma polarização com outro poder, o Legislativo: “Governo e Assembleia se estranham”, que deve ser entendida pela força que tem esse político junto a diversos setores da sociedade capixaba, incluindo as empresas jornalísticas.

Outros títulos da edição do dia 09 demonstram ação e força do Estado, seja na reorganização administrativa, seja na operacionalidade da segurança nas ruas: “General comanda a segurança nas ruas”, “Secretário de Segurança recebe apoio da cúpula” (destaca-se o termo “cúpula” como forma de validação das novas ações do governo do estado), “Até tanques para reforçar a segurança” (o modalizador “até” cria o conteúdo proposicional de que o Estado recorreu a todos os recursos para estabilizar a crise), “Força nacional no interior” (abrangência do poder), “Força-tarefa para liberar corpos no DML de Vitória” (providência).

A partir da chegada de Hartung, instaurando definitivamente a “Força do Estado”, as edições posteriores, mesmo a das próximas fases (“Alvos definidos e discursos de paz” e “Anúncios do fim”), investem na representação positiva do poder público, já que

os “vilões” haviam sido definidos. Os títulos são, então, construídos obedecendo a duas regularidades: representação de Estado como providente e representação de Estado como forte e ameaçador. Segue, para efeitos de demonstração, este quadro, com os títulos em que o Estado é mais explicitamente representado, a partir do dia 10, visto que a edição anterior trouxe o grande evento modificador da conduta discursiva da paralisação: a assunção de Hartung.

DATA	ESTADO PROVIDENTE	ESTADO FORTE E AMEAÇADOR
10/12	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Hartung: a PM vai ser reestruturada</li> <li>▪ HARTUNG: A PM VAI SER REESTRUTURADA</li> <li>▪ Três mil homens na rua</li> <li>▪ A TROPA E SEUS EQUIPAMENTOS</li> <li>▪ CORONEL FAZ APELO PARA QUE TROPA VOLTE À RUA</li> <li>▪ Guarda vai reforçar segurança na Serra</li> <li>▪ AGENTES TENTAM ACALMAR POPULAÇÃO</li> <li>▪ Patrulhamento e cercos em pontos estratégicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ POLÍCIA COMEÇA A PUNIR 3003 PMs</li> <li>▪ PM COMEÇA A PUNIR GREVISTAS</li> <li>▪ PM COMEÇA A PUNIR GREVISTAS</li> </ul>
11	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GOVERNO ANUNCIA ACORDO PARA PÔR FIM À GREVE DA PM</li> <li>▪ GOVERNO VAI APURAR GRUPOS DE EXTERMÍNIO</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O CAMINHO DAS PUNIÇÕES</li> <li>▪ JANOT VAI DISCUTIR PUNIÇÕES A GREVISTAS</li> </ul>
12	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ OPERAÇÃO RESGATA PMs NO QUARTEL</li> <li>▪ 600 PMs NAS RUAS E ATÉ RESGATE AÉREO</li> <li>▪ TROPAS SEM PRAZO PARA DEIXAR O ESTADO</li> <li>▪ Ministro coloca estrutura à disposição de PMs</li> <li>▪ HELICÓPTEROS TAMBÉM FORAM USADOS NO RIO</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PMS NÃO VÃO TER ANISTIA, DIZ MINISTRO</li> <li>▪ Comando vai punir militares aquartelados</li> </ul>
13	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 1,2 PMs NAS RUAS: ÔNIBUS VOLTAM HOJE</li> <li>▪ HELICÓPTERO RESGATA MILITARES DO BME</li> <li>▪ POLICIAIS VOLTAM ÀS RUAS NO SUL DO ESTADO</li> <li>▪ BLINDADO DO EXÉRCITO SE ENVOLVE EM ACIDENTE</li> <li>▪ MINISTRO DIZ QUE A ORDEM ESTÁ DE VOLTA</li> <li>▪ Ministro da Justiça volta a Vitória para acompanhar negociações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ “VAMOS SEPARAR O JOIO DO TRIGO”, DIZ CORONEL</li> <li>▪ PRG estuda a federalização de crimes</li> </ul>
14	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Força-tarefa diz que faz patrulhamento</li> <li>▪ Policiais civis são promovidos pelo governo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Comando da polícia abre processo para demitir 166 PMs</li> <li>▪ 161 PMS PODEM SER EXPULSOS DA CORPORAÇÃO</li> </ul>

15	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Força-tarefa investiga ação de milícias em mortes e atentados</li> <li>▪ Justiça exige que mulheres liberem portas de batalhões</li> <li>▪ FORÇA-TAREFA PARA INVESTIGAR MILÍCIAS RADICAIS</li> <li>▪ SECRETÁRIO AVISA QUE SOLUÇÃO PODE DEMORAR</li> <li>▪ Forças federais prolongam tempo no Estado (<i>sic</i>)</li> <li>▪ REFORÇO DAS TROPAS FEDERAIS NOS DESFILES</li> <li>▪ FORÇA-TAREFA PARA INVESTIGAR MILÍCIAS RADICAIS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GOVERNO PROMETE NOVAS PUNIÇÕES</li> </ul>
16	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FIM DA ROTAM</li> <li>▪ GRUPO DE ELITE DA PM SERÁ EXTINTO</li> <li>▪ Carnaval terá maioria das tropas perto do Sambão</li> <li>▪ EXÉRCITO VAI GARANTIR SEGURANÇA NO CARNAVAL</li> <li>▪ Guardas no trajeto de carros</li> <li>▪ CAÇA AOS ACUSADOS DE QUEIMAR ÔNIBUS</li> <li>▪ Operação do Exército e da Força em 5 bairros</li> </ul>	
17	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ EXÉRCITO SÓ VAI FICAR MAIS 6 DIAS</li> <li>▪ FORÇAS ARMADAS FICAM SÓ MAIS 6 DIAS NO ESTADO</li> <li>▪ Para ministro, situação está sob controle</li> <li>▪ 2,4 mil policiais militares nas ruas</li> <li>▪ GUARDAS MUNICIPAIS E PMs NA SEGURANÇA DO SAMBÃO</li> </ul>	
18	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ MINISTRO DIZ QUE TROPAS NÃO TÊM PRAZO PARA DEIXAR O ESTADO</li> <li>▪ MINISTRO DIZ QUE TROPAS CONTINUAM NO ESTADO</li> <li>▪ HELICÓPTEROS E PARAQUEDISTAS NO SAMBÃO</li> <li>▪ Guardas ajudam PMs no patrulhamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ MAIS DE MIL PMs NA MIRA DE PUNIÇÕES</li> <li>▪ 1151 PMs INVESTIGADOS POR MOTIM OU REVOLTA</li> <li>▪ ROTAM: METADE É INVESTIGADA</li> </ul>
19	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ciodes volta ao controle do Estado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ HARTUNG: “REAÇÃO SERÁ DE TOLERÂNCIA ZERO”</li> </ul>
20	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ POLÍCIA INVESTIGA AMEAÇAS DE MORTE A ANDRÉ GARCIA</li> </ul>	
21	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ EXÉRCITO INVESTIGA PEDIDO DE PROPINA</li> <li>▪ Comando não informa prazo para fim das investigações</li> <li>▪ FORÇA-NACIONAL EM MAIS TRÊS ESTADOS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GOVERNO DÁ ULTIMATO, MAS PROTESTO É MANTIDO</li> </ul>
22	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CORONEL: 3 MIL PMs NÃO ESTÃO NAS RUAS</li> <li>▪ TROPAS FEDERAIS POR MAIS 13 DIAS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ MAIS DE 2,5 MIL PMs PODEM SER PUNIDOS</li> <li>▪ MAIS DE 2500 PMs ALVOS DE PROCESSOS</li> </ul>

Quadro 13 – Representações sociais do Estado pós-ação de Paulo Hartung

A representação do Estado como providente compõe as estruturas linguístico-discursivas dos títulos estudados. Pode-se perceber, nos títulos, referências à esfera

federal, com falas e ações de ministros, que não são o foco deste trabalho. Elas participam de uma construção maior, que é a imagem do Estado capixaba e foi determinada pela volta do governador Paulo Hartung à agenda pública. Assim, as topicalizações e definições temáticas referentes ao poder nacional objetivam sempre reforçar as ações do Estado local: validação das estruturas montadas para estabilização da crise e validação da resposta punitiva aos “grevistas”. Alguns títulos que anunciavam o término do trabalho das tropas federais, a exemplo de “Exército só vai ficar mais 6 dias” interessavam mais apresentar a ideia de que o governo capixaba alcançara o controle da crise do que para alarmar a população. Isso ocorre por implícitos: “se não há tropa federal, é porque as do estado dão conta”, pensamento inviável nos primeiros dias da crise.

Assim, esta pesquisa destaca as duas representações, já citadas, de Estado, sobretudo a instância local. A primeira delas, a de Estado que agiu pela estabilidade da crise, constitui uma estratégia discursiva de imagem positiva do governo estadual. As realizações linguísticas que compõem essa construção são um prolongamento do que vinha sido feito logo a partir da Fase 2, quando a crise se acirrou. Resumindo, as sentenças apresentam verbos de ação, com sujeito claro, sempre referente a um agente administrativo poderoso, ao próprio Paulo Hartung, aos policiais que retornaram ao trabalho. Discursos diretos, principalmente do governador, foram utilizados. Além disso, na constituição semântica dos tópicos, são evitados recursos retóricos, exceto no episódio do “resgate” com helicóptero, que será analisado na ocasião da representação social dos policiais, em seção posterior. Assim, termos técnicos de corporações, denotativos, verbos de ação, sujeitos claros e implícitos compõem as sentenças. Para ilustrar essa recorrência, destacamos “Governo anuncia acordo para pôr fim à greve da PM” e “Força-tarefa investiga ação de milícias em mortes e atentados”. O trabalho do governo foi sendo, portanto, destacado. A partir disso, foi-se criada a representação de Estado que faz, age, controla a crise, apesar da resistência dos manifestantes.

A ameaça também compôs a representação do governo. Poucas falas, porém, são diretamente atribuídas ao governador Paulo Hartung, apenas na edição de 19/02, quando o interesse era demonstrar completo controle sobre a situação. As outras ações de ameaças, sempre em estruturas agentivas, são atribuídas a agentes representados por termos como “Governo”, a funcionários do alto-escalão da

segurança pública ou a órgãos. As apassivações, a exemplo de “161 PMs também podem ser expulsos da corporação” foram operadas para demonstrar a que estavam submetidos os policiais envolvidos no movimento. Poucas figuras retóricas foram utilizadas; uma delas, “joio” e “trigo”, constrói uma imagem de heróis *versus* vilões. Há referências ao Poder Judiciário, que oferecia segurança jurídica validadora das ameaças feitas pelo governo, devendo, portanto, ser entendidas dentro da composição de representação social de Estado providente e poderoso.

Sintetizando, propõe-se o seguinte quadro:

REPRESENTAÇÃO DE ESTADO COMO O GRANDE ESTABILIZADOR DA CRISE		
FASE 1: Primeiras menções	Após um breve foco nas condições precárias de trabalho, ao Estado foi condida voz. O recorte apresentado nos títulos constrói uma representação de Estado não como o responsável administrativo pela corporação e, por conseguinte, pela crise, mas como defensor da coletividade e como dono de um poder de punir os manifestantes.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implícitos</li> <li>▪ Tópicos e temas</li> <li>▪ Sintaxe</li> <li>▪ Léxico</li> </ul>
FASE 2: Foco nos impactos	Reduz-se a representação de Estado como corresponsável pela condição de trabalho da Polícia e evolui a ideia de Estado como providente e com força capaz de interferir na crise de segurança.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implícitos</li> <li>▪ Tópicos e temas</li> <li>▪ Sintaxe</li> <li>▪ Léxico</li> <li>▪ Figuras retóricas</li> </ul>
FASE 3: Polarizações	Duas edições acentuam as ações (positivas e técnicas) do Estado e as ações (negativas e perturbadoras) de outros atores sociais. Instaura-se a polarização.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implícitos</li> <li>▪ Tópicos e temas</li> <li>▪ Sintaxe</li> <li>▪ Léxico</li> </ul>
FASE 4: A força do Estado FASE 5: Alvos definidos e discurso de paz FASE 6: Anúncios do fim	Após a aparição de Paulo Hartung, a representação social do governo capixaba mobilizou diversos tópicos, envolvendo a esfera federal, o Judiciário, órgãos do Estado e representantes da alta cúpula da Segurança. O Estado agiu e foi providente, incluindo mostra sua face ameaçadora contra os “vilões” da paralisação policial.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implícitos</li> <li>▪ Tópicos e temas</li> <li>▪ Sintaxe</li> <li>▪ Léxico</li> <li>▪ Poucas figuras retóricas</li> </ul>

Quadro 14 – Representações sociais do Estado, o grande estabilizador

Essas ameaças, presentes nas fases 4, 5 e 6, apesar de aparecerem nesta pesquisa em coluna separada da primeira representação do Estado, devem ser compreendidas como subordinadas à representação maior, que é a de Estado providente: entre todas as ações do Estado, em busca de estabilizar a crise, está a punição aos representados como culpados. O Estado foi representado, portanto, como o grande estabilizador da crise de segurança de 2017.

### 4.3 A população e o respaldo à estabilização operada pelo Estado

Na cobertura jornalística dos dias de paralisação da PM, no Espírito Santo, as notícias abordaram também o impacto do evento complexo na vida das pessoas. Por mais que todas as edições trouxessem ações das instituições públicas, de participantes da paralisação, bem como repercussões nacionais e internacionais, foi a desordem social que recebeu o maior número de tópicos na cobertura. Essa vasta referência a assaltos, a privações de serviços públicos, comerciais, médicos, educacionais e à exposição à violência ofereceu um quadro de caos social e de desordem absoluta. Assim, estimulada, ora ao desespero, ora à confiança no Estado, ora à ação manifestadora, ao longo das seis fases, foi composta uma representação submetida aos interesses de apoio ou não do veículo de comunicação aos eventos diários, do poder público e dos manifestantes.

Nas primeiras menções à “greve” (Fase1), a população esteve presente de modo bastante encoberto. Ela aparece, nos títulos, apenas por expressões mais genéricas, que só alcançam, de fato, a população por meio de implícitos. Isso ocorre com “Protesto fecha batalhão e ruas da cidade ficam sem policiamento”, em que a palavra “cidade” está, de algum modo, relativa às pessoas, por um processo metonímico, e “segurança pública foi afetada”, que pode ser entendida como o conjunto de ações de uma pasta do governo, mas que, por extensão, também como a segurança das pessoas.

A fase 2 (Foco nos impactos) foi definitiva para a opinião pública ser mobilizada a não apoiar o movimento trabalhista dos policiais. Assim, é importante analisar as estruturas linguístico-discursivas produzidas nessa fase. Pode-se, sob essa intenção, dividir em duas as formas como os impactos apareceram junto à população: as privações a serviços e a exposição à violência, para compor o quadro de desordem vigente. Buscamos separar esses títulos a fim de demonstrar regularidades nas composições:

Representações da população na Fase 2 (Foco nos impactos)	
Privações a serviços	Exposição à violência
ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS SUSPENDEM AULAS CAOS PELAS RUAS CAUSA SUSPENSÃO DE AULAS Algumas unidades de saúde não vão atender a população Ministério Público e Justiça não vão funcionar	22 MORTES EM FINAL DE SEMANA SEM POLÍCIA ARRASTÕES E QUEBRA-QUEBRA POR TODA A GRANDE VOTÓRIA 22 PESSOAS MORTAS NO FIM DE SEMANA Fila em delegacias para registrar queixas MEDO TOMA CONTA COM ARRSTÃO E QUEBRADEIRA

## Quadro 15 – Representações sociais da população pelos impactos da “greve”

Com relação à privação aos serviços, os efeitos da paralisação foram compostos por estruturas agentivas, topicalizando as instituições responsáveis por serviços básicos: “Escolas públicas e privadas”, “unidades de saúde” e “Ministério público e Justiça”. O foco em instituições que prestam serviços básicos pode ser entendido como um recado claro: normalidades institucionais abaladas. A agentividade é relativa porque, apesar da estrutura prototípica, fica claro que essas instituições foram forçadas a agir dessa forma. O recorte escolhido, dentro de uma gama de serviços paralisados, foram os incidentes sobre a educação, saúde e Justiça.

Estruturas agentivas são encontradas, mas chama a atenção a pouca especificidade do tópico sentencial. Assim, “Caos pelas ruas causa suspensão de aulas”, que compõe o título principal da página, não apresenta com clareza, pela natureza semântica do sujeito “Caos”, os agentes dessa ação. Atribuímos essa inespecificidade a um projeto argumentativo de ainda não culpar a respeitada e poderosa categoria policial, estando, portanto, ainda numa fase que chamamos, neste trabalho, de “Foco nos impactos”, não nas instituições promotoras dos eventos. Nesse título, nota-se também um movimento linguístico-discursivo de tender à busca de efeitos retóricos: “Caos” aparece personificado, causando a suspensão das aulas. Pergunta-se: quem causou? Pode-se afirmar, pois, que a opinião pública ainda não é mobilizada a se posicionar contra os policiais ou contra o Governo Estadual, mas sim, possibilitada a ter acesso a um relato assombroso, de muita instabilidade. Além disso, “suspensão” é um termo que nominaliza uma ação não comumente atribuída a pessoas comuns, mas a instituições, o que demonstra uma força sobre a rotina das pessoas muito determinante, mas ainda sem rosto, sem personalização. É claro que esses recursos analisados aqui não apagam absolutamente os agentes das ações de suspensão, já que a coerência global mobiliza os acontecimentos vigentes: paralisação da polícia. Mas o que se ressalta aqui é a não especificidade dos responsáveis pela situação no estado.

Outro grupo de títulos argumentou em prol de um impacto terrível à população: as afetações à segurança pública, que não foram tratadas em termos de ação planejada

pelo Estado, responsável por ela, mas sob a incidência de eventos mais particulares sobre a vida das pessoas.

Para esse projeto, as mortes foram apresentadas sob o jogo de números. Por exemplo, “22 mortes em final de semana sem polícia”, na capa do dia 06, uma segunda-feira – dia tradicionalmente caracterizado pela retomada das atividades pausadas durante o fim de semana – e “22 pessoas mortas no fim de semana”, intitulado reportagem de uma página, apresentaram ao público-leitor uma face cruel da paralisação dos policiais: mortes de pessoas. O número de assassinatos foi representado como tópico das sentenças, sem qualquer especificidade de quem eram essas pessoas. Esse tipo de construção pode mobilizar nos capixabas modelos mentais relacionados ao “submundo do crime”: morreram “bandidos”, “moradores da periferia”, não a tal “sociedade de bem”. Por isso, esses números, embora não se referissem imediatamente aos leitores de A Gazeta, compõem um quadro de instabilidade maior, visto que outras notícias mostrarão que a violência pode chegar ao público leitor, pertencente a classes sociais não condizentes com os atributos sociais dessas pessoas que morreram (invasões a condomínios, por exemplo). Devido a isso, a parcela da população que estava sendo vitimada é representada por um número, sinalizando a possibilidade de esse efeito da violência chegar ao público leitor.

Com relação às estruturas apassivadas, a manchete, de capa (“22 mortes em final de semana sem polícia”), apresenta o atributo “sem polícia” ao termo “fim de semana” – reforçador de uma estrutura semântica de “balanço” do fim de semana – que tem efeito causal. Trata-se, pois, de um esboço de responsabilização. Mas ressalta-se: não é corporação, não são pessoas que paralisaram, é a segurança como um todo, despersonalizada. Afirma-se isso para deixar marcada a responsabilização difusa.

Essas construções não veementes dos agentes do chamado “caos” são somadas a outras, com recursos linguístico-discursivos que apresentam essa mesma finalidade: desenhar uma situação alarmante, sem definição de quem a provocou. O quão alarmante eram os eventos do fim de semana é passado por estruturas semânticas que personificam ações, não pessoas: “arrastões e quebra-quebra”, “medo toma conta” “fila”, tópicos de suas sentenças, compõem o cenário de impactos e efeitos de uma ação que não se sabe ao certo quem protagonizou: o Estado? Os policiais? Os familiares de policiais? Alguma instância sindical? Não é claro! Mas o é o fato de que

a representação da realidade era assombrosa. Há também o uso personificado de “medo”: “Medo toma conta com arrastão e quebradeira”, no qual se nota também apassivação, visto que a forma verbal “toma conta” tem sua agentividade reduzida pelo sujeito “medo”. Outras estruturas apassivadas também se emaranham, compondo ações sem agentes claros: “três ônibus queimados na Serra”, que mais reforça a perda de controle da situação de segurança pública. Lembra-se aqui que se trata de um município bastante violento,<sup>20</sup> portanto, mobilizando representações de lugar que pode sensibilizar a população para a gravidade do problema.

A Fase 3, “Polarizações”, é muito significativa para a condução das representações sociais dos maiores envolvidos na produção da paralisação: Estado e Polícia. A representação da população é construída sempre a partir desse projeto. Destacaremos a continuidade da situação de impactos, nos dias 7 e 8, e de apoio às ações normalizadoras tomadas pelo Estado, a partir do dia 9 (Fase 4 – Força do Estado). Nos dois primeiros dias desta fase, as construções linguístico-discursivas se aproximam muito do que foi feito na fase anterior; por isso, defende-se que houve a continuidade de cenário de afetações.

Nesse sentido, retomamos três recursos para compor a instabilidade sofrida pela população. O primeiro deles é o jogo de números. Como se disse, esse tipo de construção esvazia as individualidades e foca-se no fenômeno letal ou crítico em si. Os agentes de tais mortes, dos roubos ou de outras tentativas são colocados dentro de um modelo mental relacionado à criminalidade, jamais ao Estado ou à Polícia Militar. Os números frequentemente aparecem topicalizados. Os exemplos dessas construções seguem neste quadro:

<b>Topicalização sentencial por estatística (jogo de números)</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ MAIS DE 100 MORTES EM CINCO DIAS</li><li>▪ NÚMERO DE HOMICÍDIOS CHEGA A 113</li><li>▪ 127 mortes em 7 dias</li><li>▪ 666 veículos furtados</li><li>▪ EM 7 DIAS, ESTADO TEM 666 CARROS FURTADOS</li><li>▪ Mais mortes que em fevereiro de 2016</li><li>▪ DEZ HOMICÍDIOS NO OITAVO DIA DE GREVE DA PM</li><li>▪ Durante a paralisação, registro de 40 mortos em um dia</li></ul>

Quadro 16 – Jogo de números na representação da população

<sup>20</sup> O título de uma notícia, “Mata-se mais na Serra do que no país mais violento do mundo”, bem como o corpo do texto fornece alguns dados que demonstram a expressão da violência no município. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/seguranca/mata-se-mais-na-serra-do-que-no-pais-mais-violento-do-mundo>. Acesso em: 20 dez. 2020.

Outra topicalização sentencial muito utilizada aparece nas construções em que o sujeito é um fenômeno abstrato. Como se disse, essa representação de ação ressalta o foco no efeito da paralisação junto à população, sem identificar com clareza o agente da ação. Obscurecem-se os agentes, mobilizando, na opinião pública, a noção de “bandidos”, “crime organizado”, “pessoas da periferia, onde reina o crime”. Este quadro traz os exemplos dessa construção:

<b>Topicalização sentencial por fenômeno abstrato</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FILAS E ESPERA PARA REGISTRAR OCORRÊNCIAS</li> <li>▪ ESCALADA DE HOMICÍDIOS CONTINUA NA (sic) NO ESTADO</li> <li>▪ VIGÍLIA EM CONDOMÍNIOS PARA EVITAR ASSALTOS</li> <li>▪ SAQUES MESMO COM O EXÉRCITO NAS RUAS</li> </ul>

Quadro 17 – Fenômenos abstratos na descrição dos impactos

Também compôs sintaticamente os títulos a estratégia da apassivação. Como já se disse, essas estruturas escondem o agente, por omissão ou por ocupação nas casas sintáticas de menor relevância, sendo apenas recuperado por implícitos. Os títulos selecionados estão sempre relacionados ou à privação à rotina considerada normalizada, seja pela violência, seja pela falta de acesso a serviços:

<b>Apassivação</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Dois rapazes são assassinados a tiros em frente a shopping</li> <li>▪ Jovem baleada em tentativa de assalto</li> <li>▪ Médicos ficam reféns do medo</li> <li>▪ Avenidas em clima de “cidade fantasma”</li> <li>▪ ÔNIBUS VÃO CIRCULAR E AULAS ESTÃO SUSPENSAS</li> <li>▪ Homem é morto por vigilante durante assalto</li> <li>▪ ÔNIBUS VÃO FICAR LONGE DAS RUAS</li> <li>▪ SEDE DA REDE GAZETA É ATINGIDA POR TIROS</li> <li>▪ Dupla presa após bater com carro roubado</li> <li>▪ Detido com arma falsa no aeroporto</li> <li>▪ Unidade de saúde é arrombada em Guriri</li> <li>▪ FESTAS E CASAMENTOS CANCELADOS</li> <li>▪ SEDE DA REDE GAZETA É ATINGIDA POR 4 TIROS</li> <li>▪ Aprovados no Prouni sem matrículas</li> <li>▪ Apenas urgências no Hospital das Clínicas</li> <li>▪ PRATELEIRAS VAZIAS EM SUPERMERCADOS</li> <li>▪ JOVEM É MORTO COM DISPARO DE FUZIL</li> <li>▪ SML de Cachoeiro lotado de corpos</li> <li>▪ NA PERIFERIA SEMANA FOI DE TIROS E MORTES</li> <li>▪ Diária de segurança provada tem aumento de até 350%</li> <li>▪ MATRÍCULA DO SISU É SUSPENSA</li> <li>▪ TIROS EM CARRO DE DELEGADA</li> </ul>

Quadro 18 – Representações sociais da população pela apassivação

Esses recursos estiveram presentes, sob regularidade, em toda a fase 3. Mas esse período, que vai dos dias 07 ao dia 12, que definiram os alvos da “culpa” pela greve, apresenta algumas variações importantes. A primeira delas refere-se a títulos em que a população é representada como tendo de tomar medidas extremadas. Essa representação deve ser entendida dentro de um projeto maior de caracterização da narrativa do “caos”. Estão nesse projeto representativo títulos, como: “FAMÍLIAS FAZEM FILA PARA LIBERAR CORPOS NO DML”, “CAPIXABAS CORREM PARA FAZER ESTOQUE DE COMIDA” e “MORADORES RECORREM A TROCA DE ALIMENTOS”. A representação dessa população sofredora dos impactos, levada a ações extremas, é construída por substantivos referenciadores de grupos, como “capixabas”, “moradores”, famílias”, sendo este último bastante provocador de emoção; as ações demonstram desespero, que apontam para uma passividade: “correm”, “recorrem” e “fazem fila”. Outros caracterizam a população como revoltada, contra a “greve”, jamais contra o Estado: “POPULAÇÃO REVOLTADA TAMBÉM EM GUARAPARI”.

A construção da imagem de caos também mobilizou o recurso do discurso direto ou indireto topicalizado no título. A definição do macrotema por uma fala valida o caos, sendo o discurso direto ainda mais impactante: “Imprensa estrangeira repercute a insegurança no Estado (*sic*)”, “Falta de policiamento vira tema mais comentado no Twiter”, “Dom Luiz: ‘Essa situação é uma vergonha’”, “MARCELINHO MORREU COMO HERÓI”, “Tirei a vida de um trabalhador’, diz menor”, “Há um impacto psicológico inédito”.

Essas falas foram mais fortemente reproduzidas até o dia 9, já que, a partir de 10 de fevereiro, há um investimento na confiança das ações tomadas pelo Estado. Após tal data, esses discursos diretos foram reproduzidos em um projeto de apoio à suposta normalidade: se até o dia 7, havia até esse apoio às intervenções federais (“APLAUSOS PARA O EXÉRCITO NAS RUAS”), depois da assunção de Hartung, o apoio é ofertado às medidas estatais: “POPULAÇÃO PODE VOLTAR ÀS RUAS” e à contraposição ao movimento trabalhista: “OAB: ataque é contra a democracia”, “Associação internacional repudia o ato”.

Definidos os culpados pela situação e apoiadas as ações de estabilização protagonizadas pelo governo estadual, a população passa a ser representada por apoio às medidas. Isso é demonstrado pela volta à vida normal: “ELES SE

RECUSARAM A FICAR TRANCADOS”, “Greve não afasta clientes de feira na Praia do Canto”, “MENSAGENS DE ESPERANÇA E SOLIDARIEDADE”, “AGENTES TENTAM ACALMAR POPULAÇÃO”, “Apesar de você’ Vida que segue”, “ÔNIBUS VOLTAM A CIRCULAR ENTRE OS TERMINAIS”, “CAPIXABAS COMEÇAM A VOLTAR À ROTINA” e, por fim, os títulos do dia 12, que marcam já os esboços da nova representação, criada a partir dessa data: “CAMINHADA PELA PAZ HOJE EM CAMBURI”, “Capixabas aproveitam para tentar voltar à rotina” – confiantes nas ações de Hartung e contrária ao movimento dos policiais, a população age em prol da normalidade.

Dois eventos dessa fase são constituintes das representações da população pelo jornal. A primeira é o reforço do veículo de comunicação como fonte fiável dos acontecimentos: “SEIS REGRAS PARA BARRAR BOATOS EM MEIO AO CAOS” foi escrita em um contexto de caracterização da população como vítima de circulação de informações falsas pelas mídias virtuais. Com o título, recorrendo a construções prototípicas dos textos instrucionais (guias, tutoriais), reforça-se junto à população como fonte de confiança. A segunda relaciona-se com um evento bastante propagado pela mídia tradicional: um saque promovido por pessoas na cidade de Cachoeiro de Itapemirim (“PRODUTOS FURTADOS SÃO DEVOLVIDOS EM CACHOEIRO”, “Saqueadores de loja devolvem produtos”). Essa representação, prontamente referenciada por “saqueadores” mobilizou os leitores a entender que nem nas outras pessoas, ao menos nos mais carentes, se poderia confiar. Leitores de A Gazeta, neste momento, tomadas as representações criadas pelo jornal, não confiariam nem nos “grevistas”, nem na população, resultando em um apoio irrestrito a Paulo Hartung e sua máquina administrativa.

Os dias que seguem trazem títulos que reforçam o discurso de paz, em apoio às ações do governo: “VITÓRIA DA PAZ” (ambiguidade expressiva no termo “Vitória” – nome da cidade ou a consolidação da paz? –, ao mesmo tempo em que trata os manifestantes pela paz como representantes de toda a cidade, por um processo metonímico), “1,2 PMs NAS RUAS: ÔNIBUS VOLTAM HOJE”, “1,2 MIL PMs DE VOLTA ÀS RUAS”, “5 MIL PEDEM PAZ EM CAMINHADA EM VITÓRIA” (quantificação por números), “Na volta à rotina, capixabas enfrenta longas filas”, “Todas as linhas do sistema Transcol vão funcionar hoje”, entre tantos outros.

As representações principais da população são sumarizadas neste quadro:

REPRESENTAÇÃO DA POPULAÇÃO COMO APOIADORA DO ESATADO		
FASE 1: Primeiras menções	A população é representada pelas afetações da paralisação. Isso não ocorre sob referências diretas a ela, mas aos primeiros impactos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implícitos</li> </ul>
FASE 2: Foco nos impactos	Essa representação, pelos impactos, mostra sua face de mais evidente: vítima de inaccessos a serviços básicos e de vulnerabilidade à violência. A população compõe, então, uma representação de quadro de instabilidade, que requeria providências.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estruturas agentivas (mas instituições “forçadas” a agirem)</li> <li>▪ Apassivação por sujeito referenciando os impactos (caos)</li> <li>▪ Jogo de números</li> </ul>
FASE 3 e 4: Polarizações e A força do Estado	Enquanto eram construídas as representações de manifestantes como vilões e de Estado como estabilizador, a população é chamada ora para demonstrar o caos, ora para demonstrar confiança às ações de Hartung.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Topicalização sentencial por números</li> <li>▪ Topicalização sentencial por fenômeno abstrato</li> <li>▪ Apassivação</li> </ul>
FASE 5: Alvos definidos e discurso de paz FASE 6: Anúncios do fim	A população é representada como desejosa de paz e militante dessa bandeira, indo às ruas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Jogos semânticos retóricos</li> <li>▪ Quantificação numérica dos manifestantes pela paz</li> </ul>

Quadro 19 – Representações sociais da população como apoiadora do Estado

#### 4.4 Os comerciantes, fiadores da desgraça

A representação dos comerciantes operada por A Gazeta é construída sob dois projetos argumentativos: a de demonstrar os impactos do “caos” e a de evidenciar resistência à falta de normalidade. Assim, em alguns momentos, eles são chamados à cobertura para apresentar perdas monetárias e patrimoniais e, em outros, para ilustrar à população a tentativa de fazer tudo voltar ao “normal”.

As menções a esses atores sociais pela sua categoria, “comerciantes”, ou por termos contíguos à atividade, “lojas”, “comércio”, é, por si só, motivo de reflexão: a representação é do grupo, como se houvesse entre eles uma unidade absoluta – porém, essa atividade é exercida por milhões de pequenos, por centenas de grandes empresários e pelos funcionários que contratam, muitos desses negócios sequer registrados formalmente. A noção de comerciantes como categoria é fortalecida por representações por associações, que na capital, Vitória, é a Câmara de Dirigentes Lojistas. Nota-se, portanto, que, embora algumas notícias trouxessem a violência patrimonial que muitos dirigentes sofreram, as informações mais panorâmicas, como prejuízos diários, são fornecidas por essas associações e, talvez, por isso, veja-se

uma unidade da atividade comercial, como setor organizado. Analisaremos essas representações pelas fases, conforme o fizemos com os atores sociais anteriores.

A primeira menção aos comerciantes ocorre no dia 8, 2º dia de cobertura. O título “Lojas fecharam mais cedo para evitar assaltos” não relata ações efetivas de assaltantes, mas já inicia uma configuração de afetação. Os comerciantes são referenciados por “Lojas” e a marca circunstancial temporal “mais cedo” mobiliza no leitor à anormalidade. Observa-se como os implícitos, que são compreendidos no contexto comunicativo, foram, assim como nos outros atores sociais, importantes para um início de construção de representação.

A partir daí, é válido registrar que representações sociais descritas para a população, na seção anterior, são válidas aqui também para os comerciantes, como “arrastões e quebra-quebra por toda a cidade”. Nesta seção, pretende-se focar em como a descrição dos comerciantes como atores sociais funciona como um termômetro da “normalidade”. Assim, na 3ª fase, já de polarizações, os comerciantes passam a ser representados ou pelos efeitos violentos ou pelo prejuízo monetário que sofreram. A seguir, a lista de títulos em que os responsáveis pela atividade comercial aparecem explicitamente:

	<b>Prejuízo patrimonial</b>	<b>Prejuízo monetário</b>
07/02 [Polarizações]	INVASÃO E SAQUES ASSUSTAM LOJAS Arrombamentos também no comércio de Cachoeiro	PREJUÍZO NO COMÉRCIO PASSA DE 4,5 MILHÕES
08/02 [Polarizações]	SAQUES MESMO COM O EXÉRCITO NAS RUAS	COMÉRCIO TEM PREJUÍZO DE R\$ 220 MILHOES
09/02 [A força do Estado]	CARRO É USADO PARA ARROMBAR LOJA DE CELULAR	NO PREJUÍZO E SEM POLÍCIA, COMERCIANTES PROTESTAM

Quadro 20 – Representações sociais dos comerciantes por suas perdas

Os títulos afirmando prejuízos patrimoniais antecedem relatos mais pontuais, frequentemente oferecendo voz ao dono da loja. Este trabalho questiona a omissão das outras violências a que se submetem os funcionários, por exemplo, durante e após um assalto, já que há poucas menções ao seu estado. Ao focalizar a loja ou o comércio, traz-se o evento de impacto da paralisação dos policiais para a esfera da atividade comercial organizada. Essa operação revela modelos mentais pelos modos de representação do afetado: a loja, o comércio. Tal afetação da importante atividade

econômica se constrói sintaticamente com essas referências voltadas à atividade – e não aos funcionários, por exemplo, – por ocupação de casas sintáticas que permitem a ideia de vítima de impactos. Em dois casos, a ação é marcada por um substantivo agentivo e a afetação do comércio é implícita: “Arrombamentos também no comércio de Cachoeiro”, em que a expressão locativa funciona como a vítima da ação, e “SAQUES MESMO COM O EXÉRCITO NAS RUAS”, em que a referência direta ao comércio não aparece. De toda sorte, esse setor foi representado como vítima de violência patrimonial.

O prejuízo financeiro é representado pelo jogo de números, o que acende a ideia de que o jornal utiliza como fonte instituições que falam pela atividade comercial e que sumarizam as informações para a mídia. Esses números não podem ser reais, visto a complexidade com que essa atividade comercial ocorre no Espírito Santo – como se disse, há milhares de lojas exercendo o comércio, dos mais variados ramos –, compondo um discurso matemático com uma finalidade clara: ilustrar o caos. Além disso, a palavra “prejuízo” é sempre utilizada como tópico, referenciando um cenário alarmante. A forma verbal “passa”, seguida da preposição “de” (como na edição do dia 7/2) também é mobilizada com esse fim, já que, não intencionando retirar a especificidade do número que aparece na sequência, amplia a gravidade do quadro.

Essa construção de representação pelo prejuízo não cessa ao longo da cobertura. Mesmo compondo, como se verá adiante, uma representação de retorno à estabilidade a partir do dia 10, os números e as notícias de perdas ainda aparecem. A explicação para isso está no fato de que, embora apresente regularidades, a cobertura jornalística é um evento comunicativo complexo, cheia de eventos a serem cobertos, caracterizando, por vezes, por vai-e-vem na representação. Ou seja, por mais que se assumisse outro projeto de representação para os comerciantes, menções a eles relativas às suas perdas patrimoniais e financeiras coexistem com novas descrições. Deixa-se claro, porém, que os dois projetos representacionais favorecem o governo do Estado: se há perdas, a culpa é do movimento; se há resiliência, é mérito da estabilização operada pelo Estado, porque o discurso polarizado já fora consolidado. Essa representação dos comerciantes pelas suas perdas, a partir do dia 10, é exemplificada por títulos como: “Prejuízo e queda nas reservas de hotéis”, “PREJUÍZO DE 2,4 BI COM PARALISAÇÃO DA PM”, “Prejuízo de 20 milhões no comércio” e “Supermercados fecham lojas mais cedo”.

Uma segunda fase no tratamento da atividade comercial é vista após o evento político mais significativo do período de paralisação: a assunção de Hartung e o comando de ações estabilizadoras. A partir do dia 10, portanto, verificaram-se representações dos comerciantes em sua resiliência. Se a primeira representação, pois, houvera sido de pessoas fortemente impactadas pela paralisação, como bem demonstrou a reiteração da palavra “prejuízo”, a nova representação se compõe de categoria resiliente. Aparecem, sob tal projeto argumentativo, títulos relacionados à manutenção ou à retomada das atividades, a despeito da existência ainda de instabilidades. É como se a população se dividisse em dois grupos: aquela, virtuosa, que vai ao trabalho e retoma a rotina diária vida e aquela, desordeira, que pratica crimes, assaltos, vandalismos como a queima de ônibus. A categoria dos comerciantes é representada como sendo o primeiro grupo. Exemplos de títulos com essa finalidade são os enunciados: “Greve não afasta clientes de feira na Praia do Canto” e “Lojas vão reabrir aos poucos”.

Para que a vida retomasse, era preciso, pois, confiar nas medidas tomadas pelo governo do estado. Assim, a categoria dos comerciantes – repetindo, um rótulo para uma atividade que envolve milhares de pessoas, desenvolvendo toda a sorte de negócios – passa a ser, no discurso jornalístico, fiadora das ações estatais. Se houve polarizações discursivas, como se verá na próxima seção, os comerciantes ficaram do lado do Estado, representante da ordem: em um primeiro momento, compondo a cena de caos, em um segundo momento, compondo a estabilização.

#### **4.5 Os policiais, a categoria cindida**

Atores sociais de maior relevância neste evento complexo analisado, os policiais constituíram a categoria trabalhadora em paralisação, sendo, portanto, representados ao longo de toda a cobertura. A primeira análise que deve ser feita sobre a descrição desses atores é, assim como fora feito com os comerciantes, a referência pela categoria a que pertencem, ou seja, um referencial pelo grupo e não pela individuação. Os policiais frequentemente, mesmo nos discursos cotidianos, não são vistos como trabalhadores quaisquer, mas como importantes agentes do poder: autoridades. Por isso, as primeiras menções, ao longo da primeira fase de reportagens são bastante interessantes. Nelas, tanto os policiais quanto seus familiares foram tratados pelo

caráter inusitado do evento de manifestação: o bloqueio de um órgão público por familiares de trabalhadores faz supor que as condições de trabalho são precárias, sendo, portanto, justa a reivindicação. Assim, as primeiras menções surgem não negativas, com referências mais à família dos policiais que à categoria propriamente dita.

Isso está presente na primeira notícia sobre o movimento de familiares, a do dia 04: “Mulheres de PMs protestam por reajuste para maridos”. Ao ser representados por PMs e por “maridos”, as relações conjugais são reveladas, como se sobrepusessem à própria categoria. O que se afirma nesta dissertação é que, pelo inusitado da situação, o título é positivo e de apoio ao movimento. Isso fica claro também pelo segmento “por reajuste”, que apresenta uma justificativa para ação das “mulheres, tornando o “protesto” justo. Os policiais são, neste momento, representados ao mesmo tempo como trabalhador (a palavra “reajuste” está diretamente associada a salário nesse contexto de uso) e como marido, pai de família, que, não conseguindo levar para casa o suficiente, tem seus familiares mobilizados a reivindicar. O único termo que coloca esse trabalhador dentro de uma grande corporação de segurança estatal é a referência “PMs”, mas reforça-se que os modelos mentais acionados são menos de agentes do Estado, que de trabalhador em condições precárias de trabalho.

No próximo dia, viu-se um movimento de maior lucidez da redação do jornal, no sentido de iniciar um foco maior nos impactos da paralisação. Essa edição mostra, assim, uma representação sobreposta por: trabalhador em reivindicação justa (“QUASE METADE DA FOLHA DA PM É PARA APOSENTADOS”) e produtor de efeitos negativos à população e ao poder público (“PARENTES FAZEM PROTESTO, E POLÍCIA MILITAR PARA NO ES”, “Protesto fecha batalhão e ruas da cidade ficam sem policiamento”, “Mobilizações registradas de Norte a Sul do Estado”). Sobre a manchete de capa, a primeira reportada neste parágrafo, a investigação do jornal sobre a oneração da folha de pagamento é apresentada como validadora das condições salariais dos PMS. Por esse título (“QUASE METADE DA FOLHA DA PM É PARA APOSENTADOS”), fica clara a representação dos policiais como trabalhadores em protesto justo. Corroborando essa representação, no interior da edição, há um título em discurso direto, trazendo a fala de um agente de hierarquia considerável dentro da corporação: “‘Temos o pior salário do país’, diz sargento”. Ao conceder espaço a esse discurso, pode-se afirmar que o veículo de comunicação

estudado apostou no apoio às reivindicações dos policiais, representando-os, conforme se disse, como trabalhadores. Porém, as primeiras vozes dos representantes do governo do Espírito Santo já apontavam os impactos da paralisação (“segurança pública foi afetada”, em discurso direto) e a ameaça aos manifestantes (“Policiais em ato podem ser punidos”). Esta última fala dá início a uma representação que vai evoluir nos discursos construídos pelo jornal, a de categoria cindida, dividida, entre os integrantes comprometidos com a corporação e os integrantes rebeldes. Nesta fala, o qualificador “em ato” já inicia uma separação, que mais tarde será tratada pelo Coronel da Polícia Militar pelas metáforas “Joio” e “trigo”.

Em suma, nesta primeira fase, que incluem os dias 04 e 05, os policiais são descritos por três principais representações: trabalhador em reivindicação salarial justa, pai de família em dificuldade e “policia em ato”, como fosse uma “maçã podre” na corporação, sendo esta última a que evoluirá crescentemente nos próximos títulos.

A segunda fase (Foco nos impactos) representa, em todas as notícias, os policiais pelos impactos de sua paralisação. Todas as ocorrências relatadas pela edição do dia 6 de fevereiro, diretamente ou indiretamente, legavam a situação de “caos” à paralisação. Um título que exemplifica bem essa relação é a manchete, de capa, “22 MORTES EM FINAL DE SEMANA SEM POLÍCIA”. Nela, o elemento “sem polícia” é mais que um qualificador de “final de semana”; é a causa das 22 mortes. Havia, nessa fase, conforme defendido nas seções anteriores, uma grande aposta na descrição dos impactos e, por conseguinte, o esvaziamento da ideia de trabalhador em reivindicação justa, que fora uma das principais representações dos PMs na edição do dia 04. O que ocorreu: frente à instabilidade do fim de semana, com mortes, arrastões e vandalismos, os modelos mentais de policiais como trabalhadores foram deixando de ser acionados e, em troca, uma crescente ideia de que eles provocaram um fim de semana caótico, o que exigia ações definitivas do poder público na segunda-feira.

Essa representação crescente assume força na fase 3 (polarizações), quando os policiais em paralisação serão representados como culpados da situação. São, em todas as matérias, caracterizados por sua ausência nas ruas. Trata-se de dezenas de relatos de impactos, sempre trazendo a falta de policiamento como grande causa deles. Especificamente nos títulos, os dias 7 e 8 são silenciosos em relação às cabeças da organização do movimento, assim como aos manifestantes. Consoante o que já foi descrito, o foco nos impactos constituiu a ideia de que os policiais não

estavam sendo justos em suas reivindicações, já que a situação perdera o controle. Assim, títulos como “FAROESTE CAPIXABA” (de grande apelo expressivo, o império dos sem-lei é evocado sob um fundo: não há policiamento), “REFÉNS DO MEDO” (descrição da população acuada, também pela ausência de policiais nas ruas) e “RASTROS DE MORTE PELAS RUAS DA GRANDE VITÓRIA”, para trazer apenas alguns exemplos, mesmo não fazendo menção direta aos policiais, mobilizavam modelos de situação que apontavam os policiais como causadores da tragédia. Somando-se a isso, outro conjunto de notícias compunha a ampliação da responsabilidade dos policiais pela situação: a chegada de tropas federais. Apoiadas pela população (“APLAUSOS PARA O EXÉRCITO NAS RUAS”), elas significavam uma saída temporária, enquanto os policiais não voltassem. Por isso, as edições de 07 e 08 de fevereiro, mesmo não trazendo muitas referências diretas aos policiais, nos títulos das notícias, operam um importante trabalho de representação dos policiais pelos impactos de sua ausência nas ruas.

Nos títulos em que houve menções diretas aos policiais, no dia 07, nota-se a construção de uma imagem do alto escalão da polícia (referências à corporação, não à classe trabalhadora) como providente, promovendo alterações administrativas e evocando ajuda de outras categorias para a segurança pública: “TROCA DE COMANDO EM TEMPO RECORDE”, “PMs DO ADMINISTRATIVO VÃO ATUAR NAS RUAS” e “GUARDAS MUNICIPAIS REFORÇAM SEGURANÇA” são três títulos que representam a polícia em seu status de comando, de alto escalão, logo, acionando modelos relacionados à corporação como um todo. Nesse projeto discursivo, “em tempo recorde” é um elemento circunstancial que confere eficiência às ações tomadas, não pelos policiais, mas por suas instâncias político-administrativas; “do administrativo” é um qualificador que distingue trabalhadores, atribuindo a eles elementos restritores para não serem descritos como PMs em paralisação; “reforçam a segurança” é uma estrutura agentiva que a população gostaria de ver atribuída aos policiais militares. Assim, enquanto a corporação vai sendo salva do julgamento da opinião pública, os PMs paralisados vão sendo construídos como provocadores da situação de instabilidade social.

A edição do dia 8 de fevereiro define ainda mais a representação negativa dos policiais, embora o projeto de cindir a categoria, em militares ordeiros e militares desordeiros, ainda não estivesse plenamente lúcido, mas em construção. Por isso,

encontram-se referências negativas aos policiais, na tentativa de desqualificar o movimento. Vejamos esta manchete: “REVOLTA NA PORTA DOS QUARTÉIS”. Os protagonistas da “revolta” só podem ser alcançados pela leitura da notícia, mas já anuncia alguma instabilidade do movimento dos trabalhadores. Ou seja, embora não tenhamos sabido, pelos organizadores ou pelos próprios policiais, sobre os rumos da paralisação, observamos o oferecimento de relevância a um evento conflituoso na “porta dos quartéis”, local que representa o *locus* do movimento, já que lá ocorria o bloqueio à saída de viaturas e de policiais. A topicalização desse evento, que ofereceu status de manchete de uma edição a um evento conflituoso específico, é relevante à análise da evolução do movimento: não seriam os representantes dos policiais em movimento as mais qualificadas vozes para caracterizar aquele momento da paralisação? Em vez disso, ilustra-se um evento, apresentando um conflito específico, mas que foi alçado à ilustração de que o movimento entrava em crise. Somando-se às dezenas de outros títulos que apresentavam desaprovação popular, perda de controle da segurança, mortes de colegas de corporação, os policiais foram representados como manifestantes desordeiros e irresponsáveis, já que levavam a cabo um quadro de profundos impactos, incluindo desaprovação da opinião pública.

Essa representação fica ainda mais clara por três títulos desta edição, que destacamos neste parágrafo para análise mais pormenorizada. O primeiro consiste no enunciado “Coronel da ‘panela vazia’ recebe R\$ 16 mil”. Ele marca contundentemente uma revisão dos posicionamentos do jornal em relação ao movimento. Explana-se: no dia 05, que repercutiu o primeiro bloqueio dos familiares à saída de viaturas, um título trazendo uma fala, sob discurso direto, concedeu voz a um apoiador, do alto escalão da Polícia, ao movimento dos familiares: “‘Temos o pior salário do país’, diz sargento”. Desta vez, a atualização das representações já não permite vozes defensoras dessa natureza, mas sim a ressalva questionadora da fala do coronel. “da ‘panela vazia’” é um atributo restritivo do substantivo “coronel” que o desqualifica, por ser portador de uma análise exagerada em relação aos recebimentos financeiros dos policiais. Mais uma vez, a estratégia foi não olhar o todo, apresentando os valores recebidos pelos policiais, mas, sim, focar-se em um caso abusivo, de recebimento de valores surreais para a maioria dos brasileiros. A forma verbal “recebe” não é agentiva: demonstra a facilidade com que esses dividendos chegam ao militar, privilegiado e reclamante injusto da própria condição.

Outro título que marca definitivamente a construção de representação negativa dos policiais mobilizados está em “EM VÍDEO, POLICIAIS PEDEM AUTORIZAÇÃO PARA SAIR”. O movimento, a partir desta edição, está fragilizado, já que os policiais começam a ser caracterizados como vítimas do próprio movimento, que já não é consensual. O tópico oferecido ao suporte da mensagem dos policiais cria uma representação de cerceados, em confinamento. Fica claro que há uma parte dos militares que são contrários ao movimento. Por tudo isso, o título analisado neste parágrafo mais compõe representação de movimento não consensual e de imagem negativa dos manifestantes.

Ainda nesse projeto de desqualificação do movimento, há um título que nos acende o poder argumentativo das escolhas temáticas. Entre centenas de eventos produzidos pelo movimento dos policiais, elege-se um que determina definitivamente a representação do movimento junto à opinião pública. Trata-se do título “Festa na porta do 4º batalhão”. Um vídeo havia circulado por WhatsApp, denunciando um churrasco feito por manifestantes à porta de um batalhão. Esse evento jamais pode ser desconsiderado, se se observar os fundamentos éticos de um movimento que tantas mortes produziram, mas o texto não mostra preocupações de atribuir essa ação a apenas um grupo de bloqueadores. No título, “4º batalhão” não especifica a “porta”, já que não faz parte do conhecimento das pessoas a indicação desse número especificador aos batalhões. Assim, crava-se na memória dos leitores a indecência de um movimento que, apesar de provocar mortes e desordens sociais e financeiras, promove festa.

A partir do dia 09, com o controle assumido por Hartung, a representação de desqualificação do movimento dos policiais evolui à mais determinante representação dessa cobertura, a de policiais militares como categoria cívica: um grupo comprometido com o “bom” funcionamento da corporação, obediente às ações estabilizadoras do Estado, e outro grupo, dissidente, que mantém a “greve”, desobediente das determinações do poder público, resistente irresponsavelmente ao fim da mobilização e insensíveis ao drama sofrido pela população. Para tanto, foi preciso criar discursos polarizados, que apresentam representações positivas sobre “Nós”, o Estado e os policiais que já queriam retornar ao trabalho, mas são impedidos pelos bloqueios, e representações negativas dos familiares, em vigília à porta do quartel e dos batalhões, e dos policiais apoiadores do movimento. Àqueles favoráveis

ao retorno foram reservadas caracterizações não negativas, incluindo a de vítima de confinamento imposto pelo movimento, sendo “resgatados” por um helicóptero; àqueles que resistiam permanecendo em paralisação, foram reservadas caracterizações negativas, incluindo ameaças.

Antecipando à análise pormenorizada, propomos o esquema do Quadrado ideológico, proposto por van Dijk, que já organiza as estratégias linguístico-discursivas exploradas:

<p>Enfatizar aspectos bons em Nós</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estado providente: termos técnicos, estruturas agentivas construídas por altos cargos da Polícia, estruturas nominais ou apassivadas que oferecem possibilidade de inferência do agente,</li> </ul> <p>(Des)Enfatizar aspectos ruins sobre Nós</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estado disposto à conciliação</li> <li>• Estado sob apoio da população</li> <li>• Demonstrações de sensibilidade e de humanidade</li> </ul>	<p>Enfatizar aspectos ruins sobre Eles</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cisão da polícia: policiais em paralisação <i>versus</i> X corporação providente</li> <li>• Ameaça de punição</li> </ul> <p>(Des)Enfatizar aspectos bons sobre Eles</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Improdutividade do movimento</li> <li>• Resistência ao retorno</li> </ul>
--	--

Quadro 21 – Quadrado Ideológico

A construção positiva de “nós” que o jornal operou inclui uma representação de Estado como providente, conforme já se analisou em seção anterior. Nesses títulos, sobressaem-se as estruturas agentivas, com referências lexicais a altos escalões da corporação ocupando sempre a casa de sujeito, tópico sentencial: “GENERAL ASSUME O CONTROLE DA SEGURANÇA” e “GENERAL COMANDA A SEGURANÇA NAS RUAS”. Essas providências incluem a disposição a negociar com manifestantes: “GOVERNO ANUNCIA ACORDO PARA PÔR FIM À GREVE DA PM”. As providências também aparecem em estrutura nominal ou em voz passiva, mas com o agente recuperado implicitamente como produtor de rearranjos na corporação: “FIM DA ROTAM” e “GRUPO DE ELITE DA PM SERÁ EXTINTO”. As providências também aparecem pelas especificações técnicas, recorrendo a léxico que indica preparação, planejamento e uso de equipamentos técnicos: “ATÉ TANQUES PARA REFORÇAR A SEGURANÇA”, “A TROPA E SEUS EQUIPAMENTOS”, “Patrulhamento e cercos em pontos estratégicos”, “OPERAÇÃO RESGATA PMs NO QUARTEL” e “HELICÓPTERO RESGATA MILITARES DO BME”.

Essas ações são receptoras de apoio das mais diversas esferas: da população (“População mostrava alívio e receptividade aos PMs” – lembra-se que aqui está presente a representação de categoria cindida, visto que esses policiais bem recebidos pela população não são os manifestantes), das altas hierarquias nacionais (“SECRETÁRIO DE SEGURANÇA RECEBE APOIO DA CÚPULA”), das experiências técnicas anteriores (“HELICÓPTEROS TAMBÉM FORAM USADOS NO RIO”).

Outra construção que ganhou relevância se soma ao caráter técnico das ações: as atitudes humanas tomadas pelos atores sociais que trabalhavam pelo retorno dos policiais: “PMs SÃO BELADOS E CORONEL TEM CRISE”, referente ao relato de que o Coronel da PM foi acometido de uma crise nervosa que o levou a um hospital (da corporação, diga-se de passagem), “CORONEL FAZ APELO PARA QUE TROPA VOLTE À RUA”, “Policia militar tem crise de choro no retorno ao trabalho”.

Esse comportamento de apelo à emoção, somado às ações técnicas do comando da corporação, leva à ideia de retorno dos policiais, menos dos manifestantes. Isso cria fortemente a polarização: a disposição para o retorno à estabilidade *versus* a resistência irresponsável dos manifestantes. Como resultado do árduo trabalho normalizador, os efeitos se mostram no número de policiais que retornam às ruas: “Três mil homens na rua”, “600 PMs NAS RUAS E ATÉ RESGATE AÉREO”, “1,2 PMs NAS RUAS: ÔNIBUS VOLTAM HOJE”, “1,2 MIL PMs DE VOLTA ÀS RUAS”. Esses números devem ser entendidos sob a composição de um discurso de polarização. Esses trabalhadores, representados nestes números, não receberam aumento salarial, nem melhora das condições de trabalho, mas seguem o Estado, o lado do “bem”. A maior prova de que a categoria dos policiais, em sua representação durante a cobertura, foi cindida está nestes dois títulos: “POLICIAIS MILITARES MARCHAM EM PROTESTO” e “PMs COBRAM JUSTIÇA E SOLUÇÃO PARA A CRISE”. Os que criavam a crise, os manifestantes, já não eram vistos como PMs, mas como dissidentes.

Essas construções positivas de “Nós” se contrapõem a uma constante descrição negativa dos atores favoráveis à paralisação. Primeiramente, destacam-se as constantes ameaças de punição: “HARTUNG: É UMA CHANTAGEM ABERTA”, “POLÍCIA COMEÇA A PUNIR 3003 PMs”, “PM COMEÇA A PUNIR GREVISTAS”, “Entidades que representam PM vão aguardar notificações”, “O CAMINHO DAS PUNIÇÕES”, “161 PMS PODEM SER EXPULSOS DA CORPORACÃO”, “MAIS DE

MIL PMs NA MIRA DE PUNIÇÕES”, “HARTUNG: ‘REAÇÃO SERÁ DE TOLERÂNCIA ZERO””, “GOVERNO DÁ ULTIMATO, MAS PROTESTO É MANTIDO”.

Além da reprodução desse discurso ameaçador, repetem-se títulos que demonstram o quanto os policiais que retornavam ao trabalho encontravam dificuldades. Esses percalços, às vezes custando a vida de pessoas, não ocorreriam pelas fragilidades estruturais da segurança pública, mas, sim, pela dissidência dos manifestantes. Isso deixa claro o caráter cindido da polícia: “POLICIAIS AINDA NÃO ESTÃO NA PERIFERIA”, “PM LEVA 14 TIROS E MORRE NA FRENTE DA NAMORADA”, “PM REAGE A ASSALTO E MATA BANDIDO”, “ADOLESCENTE É MORTO AO TENTAR ASSALTAR PM”, “NAS RUAS, PRESENÇA DA POLÍCIA AINDA É TÍMIDA”, “PM REAGE A ASSALTO E MATA ADOLESCENTE”, “Bandido é baleado por policial militar” e a reprodução da fala de uma mãe: “SE TIVESSE PM, ISSO TERIA SIDO EVITADO”. Esses títulos demonstram que o funcionamento efetivo da Polícia Militar, como corporação, não dependia mais da ação do Estado ou da valentia nobre dos policiais em trabalho: as responsabilidades pela teimosa instabilidade precisavam ser legadas aos manifestantes, tanto que impediam diretamente o retorno dos policiais: “AMEAÇADOS DE MORTE PARA NÃO DEIXAR GREVE”.

Paralelamente, vão sendo criadas representações negativas do “Eles”, os policiais manifestantes e seus familiares: “SEQUESTRARAM A LIBERDADE DO CIDADÃO”, “Após 11 horas de reunião, PMs não aceitam acordo”, “11 HORAS DE REUNIÃO E NENHUM ACORDO”, “Até meia-noite de ontem, negociações não haviam avançado”, “SÃO 200 ANOS DE HISTÓRIA NA LAMA”, “NÃO SE NEGOCIA COM UMA ARMA NA CABEÇA”, “APOSTA NO QUANTO PIOR, MELHOR”, “VAMOS SEPARAR O JOIO DO TRIGO’, DIZ CORONEL”, “É PRECISO ROMPER COM O CORPORATIVISMO”, “POLÍCIA INVESTIGA AMEAÇAS DE MORTE A ANDRÉ GARCIA”.

Observam-se, na fase que aqui denominamos de “Polarizações”, por meio desses mecanismos discursivos, estratégias que reforçaram imagens positivas – do Estado, da PM, enquanto alto escalão, e dos policiais que retornaram às ruas – e negativas dos policiais manifestantes.

As edições finais da cobertura, que chamamos de “Anúncios do fim”, mantêm essa representação cindida da categoria, reforçando sempre uma visão positiva sobre

“Nós” (“MILITARES JÁ ATUAM NA MADRUGADA”, “TROPA DE ELITE LIBERA PORTÃO E DE QUARTEL E RECUPERA VIATURAS”, “OPERAÇÃO RESGATA 41 VIATURAS DE BATALHÕES”, “ATÉ MURO CORTADO PARA RETIRAR CARROS”, “GOVERNO VAI COMPRAR 77 VIATURAS E INVESTIR NO HPM”). Também prossegue a representação negativa dos manifestantes: “PRISÃO PARA PMs POR INCITAR MOTIM”. Ao fim da greve, a edição do dia 23 traz a coroação da Polícia Militar: na capa, “COMANDANTE DA PM: ‘PEDIMOS DESCULPAS, ESTAMOS DE VOLTA” e, internamente, “COMANDANTE DA POLÍCIA PEDE DESCULPAS À POPULAÇÃO”, destacando toda a virtuosidade da corporação, que não inclui os dissidentes.

Para sintetizar essa análise, propomos este quadro, resumindo as representações:

REPRESENTAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR	
FASE 1: Primeiras menções	Três representações foram detectadas: trabalhador em reivindicação justa (positiva), pai de família (positiva) e produtor de efeitos negativos à população e ao poder público (negativa).
FASE 2: Foco nos impactos	Os fortes impactos da paralisação provocam uma mudança nas representações, sendo, por isso, esta fase considerada de transição. Esvazia-se a imagem de trabalhador em reivindicação justa e cresce a representação de produtor de impactos irreparáveis.
FASE 3 e 4: Polarizações e A força do Estado	Opera-se uma polarização entre “Nós” (alto escalão da corporação, Estado, incluindo autoridades de Segurança, policiais em retorno às atividades) e “Eles” (policiais em “greve” e seus familiares).
FASE 5: Alvos definidos e discurso de paz FASE 6: Anúncios do fim	Estabilizam-se os discursos polarizados.

Quadro 22 – Representações sociais da PM

#### 4.6 “Mulheres dos policiais”: lugar de mulher é na...

Para o público leitor de A Gazeta, o evento que marca o início da “greve” é o protesto de familiares de policiais, que impediram a saída de viaturas do Departamento de Polícia Militar, no município de Serra, na Grande Vitória. Jamais se soube com certeza, pelas notícias desse veículo, como esse ato fora organizado, se houve participação de alguma organização sindical ou política. Os familiares surgiram, então, como os pivôs da “greve”, como se eles alcançassem força política para tanto. Decerto, durante 22 dias, eles estiveram à porta dos batalhões e a “greve” só é dada como finalizada na edição do dia 26 de fevereiro, sob a manchete “Fim da greve da

Polícia Militar”, trazendo também uma longa negociação com os familiares e sua consequente desocupação da fachada dos batalhões.

Em quase todas as notícias que mencionam diretamente esses familiares, eles são tratados por “mulheres de policiais”, embora diversas imagens mostrassem homens e até crianças. Por isso, as representações dos familiares, ao longo da cobertura desses familiares apresentam peculiaridades que merecem ser estudadas.

Chama a atenção também como, ao longo de toda a cobertura, as mulheres policiais foram silenciadas. Elas representam cerca de 14% da corporação no Espírito Santo e participam da corporação desde o primeiro concurso público que as admitiu participação, em 1983.<sup>21</sup> Ao representar os familiares como “mulheres dos policiais”, reforça-se a ideia de esposas lutando pela família. Esse modelo não se aplica diretamente às mulheres policiais, independentemente do tipo de relação afetivo-amorosa e de constituição familiar que tenham. Talvez, por isso, os discursos pouco evocaram as policiais.

A primeira análise a ser feita sobre essas representações diz respeito às primeiras menções (Fase 1) feitas sobre a paralisação. No título “Mulheres de PMs protestam por reajuste para maridos”, a referência “Mulheres” – embora o corpo da notícia também tivesse utilizado “familiares” – pode ser entendido como uma aposta no inusitado, assim como no caso dos policiais, já analisado na seção anterior. Como se falou, o enquadramento semântico nas relações familiares pode ser lido como uma visão não negativa do jornal ao protesto, já que parece justa a reivindicação de membros da família em nome de uma categoria que se considera explorada em seu trabalho. Por isso, pode-se dizer que o rótulo “Mulheres de PMs”, apesar de evocar a condição histórica da mulher, referenciada constantemente pela sua posição em relação ao homem, apostou na ideia de família unida em prol de melhorias. O que se diz: é claro que a referência “Mulheres de PMs” está impregnada de ideologias quanto aos papéis sociais das mulheres, mas, relendo a análise das primeiras representações dos policiais – trabalhadores em reivindicação e, concomitantemente, pais de família – explica-se essa referência às mulheres pela sua constituição familiar.

---

<sup>21</sup> Esse dado foi recolhido de reportagem hospedada em uma página do *site* oficial do governo do estado. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/policiais-femininas-historias-de-mulheres-que-comecaram-a-carreira-militar>. Acesso: 20 dez. 2020.

Na edição do dia 05, que trouxe uma ocupação mais sistêmica dos batalhões, os títulos “apagaram” essa referência às mulheres, aparecendo o termo “parentes”: PARENTES FAZEM PROTESTO, E POLÍCIA MILITAR PARA NO ES. Observa-se, pela topicalização do termo e pela estrutura agentiva, um reforço da ideia de que o movimento dos policiais se desencadeia pela ação dos “parentes”. Corrobora tal análise o uso que é feito do operador argumentativo “e”, construindo uma relação consecutiva da ação dos “parentes”. Lembra-se que o Espírito Santo, apesar de ser considerado pouco extenso em relação a outras unidades federativas, apresenta dezenas de unidades de segurança policial. Por isso, afirma-se que houve uma aposta no inusitado que é parentes suspenderem as atividades dos policiais, já que não houve grandes explicações do porquê o protesto do dia anterior se tornara sistêmico, conforme se anuncia na expressão locativa “ES”. As representações das “mulheres dos policiais” estão, nesse primeiro momento, portanto, engendradas ao movimento de familiares e aciona modelos mentais dos leitores relativos às constituições dessa instituição familiar.

Na sequência das edições, encontra-se a fase 2, chamada nessa pesquisa de “Foco nos impactos”. É surpreendente o silenciamento do jornal em relação ao protagonismo dos familiares, tão destacada na fase 1. Conforme já se analisou aqui, na segunda-feira, dia 06, todo o projeto argumentativo dos relatos do jornal girou em torno dos impactos da paralisação. Nos títulos, então, não se menciona diretamente as “mulheres”.

Na quarta-feira, consolidados os impactos nos modelos de contexto construídos, os manifestantes à porta do quartel e dos batalhões voltaram a ser representados nos títulos das notícias e reportagens. A esse conjunto de textos temos atribuído o agrupamento “Polarizações”, pois marca as definições discursivas de buscar os heróis e vilões do movimento – já se mostrou que o Estado foi assumido como estabilizador e os policiais, cindidos em “bons” e “maus”. As representações dos familiares obedecem também a esse projeto argumentativo: passam a ocupar o polo dos rebeldes desordeiros. A construção negativa desses atores incorpora, definitivamente, a referência lexical por “mulheres”. Essa estratégia de tratar os familiares pelo gênero – embora fossem as mulheres o maior número de manifestantes – deve ser entendida como evocadora das construções históricas da figura feminina. Assim, diante dos fortes impactos demonstrados nas edições anteriores e alimentados nas

dos dias 07 e 08 de fevereiro, transforma-se a imagem dos familiares: de inusitado e justo movimento em prol da categoria policial à inadmissível situação de mulheres conterem policiais, impedindo-os de trabalhar.

Para caracterizar negativamente essas mulheres manifestantes, os títulos reforçaram a ideia de que o movimento não era absolutamente organizado, mas sim conflituosos e tensos. “REVOLTA NA PORTA DOS QUARTÉIS” apresenta uma estrutura nominal, rotulando uma ação, que não tem agente claro: quem se revoltou? Sem a personalização dessa ação, cria-se a ideia de que os locais de manifestação eram marcados pela tensão, enquanto os representantes do Estado, sob entrevistas coletivas, apresentavam planejamento e técnica. O termo “dos quartéis”, no plural, demonstra não relatar um evento único, mas um panorama do movimento. Dá-se início, então, à deslegitimação do movimento de familiares.

Outra forma de visualizar essa polarização discursiva, a partir da representação das “mulheres” está na descrição desses atores como resistentes. Dois títulos demonstram essa representação, dentro de um quadro de polarização discursiva: “MILITARES IGNORAM ORDEM DO COMANDO” e “JUSTIÇA: MULHERES TÊM QUE SER RETIRADAS”. Vejamos: o primeiro título aponta para uma ação dos militares – observa-se que essa referência vai sendo substituída, no decurso da cobertura, para termos que salvaguardam a corporação – de inserção no movimento de paralisação. Assim, pergunta-se: seriam mesmo as “mulheres” as responsáveis por toda a paralisação das atividades? Porém, a rápida determinação da Justiça capixaba é anunciada pelo jornal em forma de sentença judicial: as mulheres têm que ser retiradas. Nota-se, nessa fase, portanto, o direcionamento da “culpa” pela crise de segurança também às “mulheres”.

Na quarta fase, “a força do Estado”, marcada pelo retorno do então governador Paulo Hartung à agenda pública, as referências às “mulheres” são compostas em relatos de tentativa de acordo, por parte do poder público, e de resistência rebelde dos familiares. Diversos títulos apresentam esse enquadramento: “ACORDO NÃO TIRA MULHERES DA PORTA DE BATALHÕES”, “MULHERES NÃO DEIXAM A PORTA DOS BATALHÕES” e “MULHERES CONTINUAM PROTESTOS EM BATALHÕES”. Observa-se, assim, a consolidação do tratamento “mulheres” para os manifestantes à porta de quartéis e de batalhões e a construção da representação por teimosia.

A edição de domingo, dia 12, traz um evento muito significativo às construções representativas dos manifestantes. As edições anteriores já descreviam os bloqueios à saída de viaturas e de policiais como sendo protagonizados por mulheres. A alta cúpula da segurança pública capixaba promove, então, um evento cinematográfico: uma operação, com helicóptero, para “resgatar” os policiais confinados pelo bloqueio das mulheres: “OPERAÇÃO RESGATA PMs NO QUARTEL”. Assim, construíram-se representações determinantes da corporação, que à moda “Resgate do Soldado Ryan”, do cinema, não abandona sua tropa e das “mulheres”, que obrigaram o Estado a montar tamanha “operação”. Essa fase aprofunda a polarização discursiva, portanto, consolidando a representação dos manifestantes como mulheres irresponsáveis e resistentes.

A fase 5, em que a polarização estava consolidada, é marcada pela multiplicação de discursos de paz, entre a população. O Estado não contrariou essa direção e mostrou-se sempre disposto a participar de negociações com manifestantes. Ressalta-se que toda negociação fracassada ocorre por uma falta de consenso: cada lado não aceita ceder à reclamação do outro. Mas, nas representações construídas, o fracasso era atribuído às teimosias e exigências femininas: “Mulheres querem encontro com Hartung e procurador-geral” e “NEGOCIAÇÃO COM AS MULHERES NÃO AVANÇA”. Em paralelo, as sentenças judiciais contra os manifestantes eram relatadas por meio de verbo que demonstram o poder do Judiciário: “Justiça exige que mulheres liberem portas de batalhões” e “MULHERES OBRIGADAS A DEIXAR BATALHÕES”.

Reforça-se que, ao tratar as dezenas de manifestantes que bloqueavam a atividade da maior corporação de segurança do estado como “mulheres”, criava-se, junto à opinião pública, um tom de revolta contra os manifestantes. Isso porque, historicamente, as mulheres não estão à frente das decisões políticas. Ao evocar essa incômoda atuação de “mulheres”, polariza-se o discurso e conduz o público leitor ao apoio às medidas estabilizadoras do Estado.

Na última fase, anúncios do fim, em que interessava ao poder público a construção de um clima de controle e de estabilidade, as “mulheres” continuaram a ser representadas em situação de negociação, entre um Estado benevolente que se senta para uma conversa e as “mulheres”, que serão ouvidas.

Sumariando as representações, observa-se, portanto, a construção de uma representação dos familiares que se inicia evocando a coesão familiar de seus membros, que se põem a defender os interesses do trabalhador, e que evolui para “mulheres” teimosas, resistentes e rebeldes, que provocam o Estado a elaborar gigantescas operações estratégicas.

## CONCLUSÕES

Os movimentos de qualquer categoria trabalhista devem ser compreendidos de acordo com as condições em que se apresentam os contextos sociais, econômicos, históricos, entre outros, conforme assevera Vieira Pinto (1962). Além desses componentes, a partir da noção de discurso como ação social de van Dijk, pode-se afirmar que as mobilizações trabalhistas sofrem interferências dos discursos produzidos sobre e para elas. Desses discursos, ganha relevância os das mídias jornalísticas que, conforme afirma Thompson (2011), constituíram-se como fontes fiáveis junto ao seu público. Por isso, o que é dito pelos jornais, em uma cobertura de uma greve, pode interferir no andamento do movimento, visto que se compõe de visões e de posicionamentos de determinados grupos sobre os atores que do movimento participam.

Uma maneira de se avaliar os graus de influência desses discursos sobre uma greve é a análise de como os participantes foram representados. Decerto, a teoria da representação social, desde a contribuição de Moscovici (1984, 2015), até os mais recentes estudos, por Jodelet (1988, 1993), entre outros, consolida a existência de um fenômeno de significação, construída socialmente, que nos permite afirmar que todas as descrições de atores sociais presentes em uma cobertura de greve são modos de representação que se constroem. Especificamente da Análise Crítica do Discurso, veio a contribuição de se compreender esse sistema de significação como um fenômeno sociocognitivo do discurso. van Dijk (2016) integra a representação social ao sistema de cognição social, constituindo-a como um modelo mental especial, de natureza avaliativa, localizado na memória semântica das pessoas. Assim, tudo que se é dito em relação a qualquer ator social é produto de uma interface cognitiva de formulações sociais desse ator. Nesse sentido, o discurso da mídia jornalística, em uma situação de greve de trabalhadores aciona, desativa, constrói e reconstrói as visões que temos do movimento e dos grupos sociais que dele participam.

Na paralisação de policiais militares no Espírito Santo, em 2017, o jornal A Gazeta ofereceu, ao seu público-leitor, 23 dias de cobertura. Nesse período, foi possível analisar como as representações de cinco importantes participantes foram se construindo: os policiais, “as mulheres dos policiais”, o Estado, os comerciantes e a população. Por se tratar de uma extensa sequência de notícias e de reportagens,

observaram-se alterações nos modos como foram descritos, revelando um movimento de busca de influência e de manipulação do público leitor.

Nesse projeto discursivo, as primeiras menções à “greve”, nos dias 04 e 05 de fevereiro, representaram os participantes de maneira que se discreparam da representação construída à medida que a crise de segurança se acirrava. Essa mudança fica clara quando se analisa a polarização discursiva que foi operada a partir da edição do dia 07 de fevereiro de 2017 e que ganha ainda mais força a partir do dia 09, edição que traz o retorno do governador da época, Paulo Hartung, à agenda pública, após um tratamento médico. Essa polarização modificou a representação dos todos os cinco grupos analisados nesta pesquisa.

As primeiras representações do Estado, da população e dos comerciantes ocorreram por Exclusão por Encobrimento, segundo as categorias sociossemânticas propostas por van Leeuwen (1996), já que o leitor pôde acessá-lo por inferências. Por exemplo, ao se falar de salário dos policiais, é possível associá-lo ao Estado, gestor dessa categoria de trabalhadores. Da mesma forma, ao afirmar que lojas foram fechadas, os comerciantes são, de alguma forma, representados. Já os policiais e seus familiares foram referenciados por Inclusão, segundo novamente as categorias de Leeuwen (1996).

Nas primeiras menções, o Estado não foi diretamente responsabilizado pelo início da crise de segurança, mas, como efeito da representação dos manifestantes – familiares e policiais –, era possível ler um discurso de justificativa para o movimento. A participação dos familiares foi anunciada como um evento inusitado, sendo acionadas representações dos policiais como pai de família e como vítima de um processo de precarização da atividade. As “mulheres” foram representadas como aquelas que enfrentam o mundo por sua família.

Entretanto, com o acirramento da crise de segurança, visto que a população capixaba ficou sem policiamento, vão desaparecendo essas representações e surgindo outras, que se estabilizaram. A grande estratégia dessa mudança foi a polarização discursiva, que se inicia na edição do dia 6, mas que se estabiliza após o retorno de Paulo Hartung.

O Estado passa, então, a ser representado como a instância capaz de reinstaurar a normalidade à população. Para a construção dessa ideia de grande estabilizador, operam-se diversas estratégias discursivas, como utilização de léxicos técnicos da segurança, estruturas agentivas tendo como sujeito figuras do alto escalão da segurança pública, discursos diretos apresentando ameaças, construções semântico-sintáticas para compor anúncios de providências do Estado.

Essa representação do poder público, que define as outras quatro analisadas nesta pesquisa, não pode, porém, ser compreendida de modo separado das outras descrições. Assim, paralelamente, as “mulheres” e os policiais foram sendo representados como atrapalhadores da paz social, apagando as justas reivindicações do início da cobertura.

Como envolvia uma corporação do Estado, a Polícia Militar, a estratégia para enfatizar aspectos negativos dos policiais em paralisação foi de divisão: aqueles que agiam pela paz (autoridades de segurança e agentes policiais que voltavam ao trabalho) e aqueles que insistiam na “greve”. A representação da polícia foi, portanto, construída a partir dessa cisão. Com relação às “mulheres”, de mães defensoras da família, passaram a resistentes e teimosas.

A representação da população e dos comerciantes também obedeceu ao projeto de salvaguardar o poder público. Por meio da descrição (por números ou por fatos), os comerciantes demonstravam a gravidade da crise, o que justificava a representação negativa dos manifestantes, e, mais tarde, a instauração da paz, a ponto de se poder reabrir o comércio. De modo próximo, ocorreram as participações da população nessa cobertura: testemunharam a grave situação, principalmente a partir do dia 06 de fevereiro, e o anseio pela paz, nas edições finais.

Essa retomada das formas como esses atores sociais foram representados faz perceber que o jornal criou discursivamente estratégias que se mostraram determinantes para os rumos do movimento. Ao abandonar o foco da cobertura na reivindicação de trabalhadores, esvaziou-se o sentido do movimento, produzindo um conteúdo que alimenta modelos mentais relativos a criadores de um caos jamais visto. Isso explica o apoio da população às ações do Estado, por exemplo.

Por isso se afirmou, no início desta conclusão, que os discursos da mídia jornalística em cobertura de greve são influenciadores do destino da manifestação. Reforça-se, dessa forma, a ideia de discurso como um modo de ação social. Enfim, a quem defende a greve de trabalhadores como um instrumento de reivindicação de uma categoria trabalhadora, é preciso atentar-se para esse papel das mídias, que, por meio das representações dos atores sociais, podem determinar o sucesso ou fracasso de uma greve.

## REFERÊNCIAS

ADAM, J. M. **A Linguística Textual**: introdução à análise textual dos discursos. Trad. Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes Silva Neto, Luis Passeggi e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. São Paulo: Cortez, 2011.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, 1970.

ALVARO, José Luis; GARRIDO, Alicia. **Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas**. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2013.

CERQUEIRA, Daniel et. al. **Atlas da violência 2017**. Ipea e Fórum Nacional de Segurança Pública, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CHAUÍ, MARILENA. **Convite à filosofia**, 9ª edição. São Paulo: Ática, 2000.

DA COSTA, Lígia Militz. **A poética de Aristóteles**: mímese e verossimilhança. São Paulo: Ática, 1992.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **As regras do método sociológico**. Martins fontes. 2007.

DUVEEN, G. O poder das ideias. In: MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

FARR, Robert M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em representação social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. pp. 31-59.

JODELET, Denise. **Representação Social**: fenômenos, conceitos e teoria. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Getúlio Vargas, 1988.

JODELET, D. **Représentations sociales**: un domaine en expansion. In D. Jodelet (Ed.) Les représentations sociales. Paris: PUF, 1989, pp. 31-61. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith Alves-Mazzotti. UFRJ- Faculdade de Educação, dez. 1993.

LALLEMENT, M. **História das ideias sociológicas**: das origens a Max Weber. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LUXEMBURGO, R.; **Greve de massas, partido e sindicato**. Coimbra: Centelha, 1974.

MAGRITTE, René. **Les deux mystères**. 1966. Óleo sobre tela, 65 x 80 cm. Bruxelas, Cortesia Galerie Isy Brachot Disponível em: <https://ecole-durkheim.org/emile1.0/travaux/tableaux/magritte/magritte.htm>. Acesso em: 29 dez. 2018.

MARQUES, Luciana Moraes Barcelos. **As aulas de Saussure**: um retorno aos manuscritos. Belo Horizonte: PUC Minas, 2016

MARRA, D.; MILANI, S. Uma teoria social da lingua(gem) Anunciada no limiar do século xx por Antoine Meillet. Revistas da USP: **Linha d'Água**, São Paulo, v. 25, n.2, p. 67-90, 2012.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Conceitos de gramática. In: \_\_\_\_\_ (org). **Manual de linguística**. 2. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

MOSCOVICI, S. The myth of the lonely paradigm: A rejoinder. **Social Research**, 51, 1984, pp. 939-967.

\_\_\_\_\_. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

TOMAZI, Micheline Mattedi; NATALE, Raquelli. [Des]caminhos da violência de gênero no Brasil: discurso, mídia e representação social. In: **Passado, presente e futuro dos Estudos de Discurso na América Latina**. Edição comemorativa 20 anos da ALED. Brasília: Universidade de Brasília, 2015, p. 138-157.

PICKERING, William. A influência de Darwin na teoria linguística como um prelúdio às abordagens “evolucionárias” no século 21. In: BERNARDO, Sandra; AUGUSTO, Marina R. A.; VASCONCELLOS, Zinda. **Linguagem**: teoria, análise e aplicações (6). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Letras, 2011.

PINHEIRO FILHO, Fernando. **A noção de representação em Durkheim**. Lua Nova [online]. 2004, n.61, pp.139-155.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

RODRIGUES, M. G. S. et al. (Org.). “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso político de renúncia. IN: ADAM, J. M.; HEIDEMANN, U.; MAIGUENEAU, D. **Análises textuais e discursivas**: metodologias e aplicações. São Paulo: Cortez, 2010.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. Linguagem: representação ou mediação? **Veredas**: revista de estudos linguísticos, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 41-49, jul/dez. 1997. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/Nova->

digitaliza%C3%A7%C3%A3o-Linguagem-representa%C3%A7%C3%A3o-ou-media%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 24 dez. 2020.

SÁ, Celso Pereira de. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria; In: SPINK, Mary Jane P. (org.). **O conhecimento no cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SARTORI, O. Tríssia. Signo linguístico versus signo onomástico: convencionalidade e motivação para falar e nomear. **Revista Científica Ciência em Curso**, Palhoça, SC, v. 4, n. 2, p. 123-133, jul./dez. 2015. Disponível em: file:///C:/Users/joero/Downloads/3140-7719-2-PB.pdf. Acesso: 20 dez. 2020.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SÊGA, Rafael A. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici, In: **Anos 90**. Porto Alegre, n. 13. 2000.

SOARES, A. J. Apontamentos para uma crítica à teoria das Representações Sociais. In: **Direito e Liberdade**, vol;7, n. 3. Natal: Revista Jurídica da Escola de Magistratura do Rio Grande do Norte, 2007.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, Vozes, 9. ed. 2011.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso, notícia e ideologia**: Estudos na Análise Crítica do Discurso. Tradução de Zara Pinto-Coelho. Braga: Húmus, 2.ed. 2017.

\_\_\_\_\_. **Discurso y conocimiento**: una aproximación sociocognitiva. Barcelona: Gedisa Editorial, 2016.

\_\_\_\_\_. Análise crítica do discurso (Tradução: Raquelli Natale, Micheline Mattedi Tomazi e Lúcia Helena Peyronton da Rocha). In: TOMAZI, M. M et al. (org.). **Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito**. São Paulo: Terracota Editora, 2016b, p. 19-42.

\_\_\_\_\_. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. **Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS (Letrônica)**. Porto Alegre, v. 9, n. esp. (supl.), s8-s29, 2016c. Disponível em: <https://www.revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/>. Acesso em: 21 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **Cognição, discurso e interação**. (Org. e apresentação de Ingedore V. Koch). 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

\_\_\_\_\_. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. Discourse and ideology. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Discourse Studies**:

a multidisciplinar introduction. 2 ed. London: Sage Publications, 2011.

\_\_\_\_\_. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. Notícia e conhecimento. In Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol.2. n.2.

pp.13-29, \_\_\_\_\_, 2005. Disponível em:  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2138/1850>. Acesso: 20 set. 2020.

\_\_\_\_\_. **La multidisciplinarietà del análisis crítico del discurso**: un alegato em favor de la diversidad. In: Wodak, R.; Meyer, M. Métodos de análisis crítico del discurso. Barcelona: Gedisa, 2001.

VAN LEEUWEN, T. **Discourse and practice**: new tools for critical discourse analysis. New York: Oxford University Press, 2008.

\_\_\_\_\_. **Introducing Social Semiotics**. Nova Iorque: Routledge, 2005

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Por que os ricos não fazem greve?** Coleção Cadernos do Povo Brasileiro, v. 4. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

WODAK, Ruth. **Do que trata a ACD** – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. Linguagem em (Dis)curso, [S.l.], v. 4, p. p. 223-243, set. 2010. ISSN 1982-4017. Disponível em:  
[http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem\\_Discurso/article/view/297/313](http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/297/313). Acesso em: 10 Jul. 2020.

ZOLA, E. **Germinal**. São Paulo: Brasil, 1956. (s.m.r.)